

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**LUÍS RONALDO DOS SANTOS**

**DA PRÁXIS À REIFICAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE ASSISTENTES SOCIAIS  
INSERIDAS NO “TERCEIRO SETOR” DE VARGINHA/MG**

**VARGINHA/MG**

**2023**

**LUÍS RONALDO DOS SANTOS**

**DA PRÁXIS À REIFICAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE ASSISTENTES SOCIAIS  
INSERIDAS NO “TERCEIRO SETOR” DE VARGINHA/MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Trabalho e lutas sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Zwick

**VARGINHA/MG**

**2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

SANTOS, Luís Ronaldo dos.

Da práxis a reificação: a trajetória de assistentes sociais inseridas no "terceiro setor" de Varginha/MG / Luís Ronaldo dos SANTOS. - Varginha, MG, 2023.

120 f. -

Orientador(a): Elisa Zwick.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Práxis. 2. Reificação. 3. Trabalho. 4. Terceiro setor. 5. Serviço social. I. Zwick, Elisa, orient. II. Título.

**LUÍS RONALDO DOS SANTOS**

**DA PRÁXIS À REIFICAÇÃO: A TRAJETÓRIA DE ASSISTENTES SOCIAIS  
INSERIDAS NO “TERCEIRO SETOR” DE VARGINHA/MG**

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 21 de julho de 2023.

Profa. Dra. Elisa Zwick

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Zwick, Professor do Magistério Superior**, em 21/07/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1041845** e o código CRC **482C254D**.

À minha mãe, Maria Teresa Megda dos Santos, e meu pai, Luiz Roberto dos Santos, pelo empenho, dedicação e luta para mostrar os caminhos do mundo do trabalho e da sociabilidade cotidiana.

À minha esposa, Ana Claudia Fortes dos Santos, pelos momentos de paciência e parceria nesse processo importante da minha formação.

Ao meu filho, Luis Otávio de Lima Moreira dos Santos, que teve que dividir minha atenção com tantos livros e artigos em um momento de mudanças para ele.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. À agência destino agradecimento especial por este apoio que foi fundamental.

Assim, partindo da constatação de que “a magia do narrar é sem sombra de dúvidas o exercício democrático da palavra” (VERONESE, 2019, p.173), início meus agradecimentos da forma mais democrática possível.

Agradeço as contribuições e paciência da minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Elisa Zwick, pelos aprendizados durante a disciplina “Teoria Crítica e Psicanálise”, na qual me foi apresentado uma nova perspectiva conceitual de ler o mundo. Pela experiência transformadora no momento do estágio docente. Enfim pelas orientações que me levaram a finalizar com êxito esta etapa de formação acadêmica.

Agradeço a todos e todas as colegas do mestrado, que no início eram apenas nomes na lista de classificação do processo de seleção, mas que com o passar dos meses foram tomando formas e consolidando os melhores sentimentos a se nutrir ao próximo. Pelas trocas no momento das aulas que com certeza contribuíram para minha formação, mesmo que forçados a não estarmos no formato de aulas presenciais. Em especial aos colegas com os quais fizemos parcerias nas apresentações e nas elaborações dos artigos das disciplinas. Não esquecendo as incríveis e descontraídas trocas de mensagens no grupo de WhatsApp. São colegas que em virtude da pandemia não nos encontramos presencialmente, mas que ajudaram muito em todos os aspectos o processo de formação.

Agradeço a todos os professores que tive contato no mestrado e que me proporcionaram experiências indescritíveis, a Dr.<sup>a</sup> Fernanda Mitsue Soares Onuma, Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo, Dr. Luiz Antônio Staub Mafra, Dr.<sup>a</sup> Margarete Panerai Araújo, Dr. Adílio Renê Almeida Miranda, Dr.<sup>a</sup> Aline Lourenço de Oliveira, Dra. Ana Carolina Guerra, Dr.<sup>a</sup> Virgínia Donizete de Carvalho e Dr. Gabriel Rodrigo Gomes Pessanha.

Em nome da minha cunhada Maria Auxiliadora Fortes, que na reta final me deu suporte operacional tecnológico para concluir os trabalhos de digitação da dissertação, agradecer a todos os meus familiares e amigos que de alguma forma proporcionaram

condições para que eu concluísse o mestrado acadêmico.

Estendo o agradecimento a todas as assistentes sociais e gestores das instituições do município de Varginha que me receberam para apresentar a proposta desta pesquisa.

Por fim em nome do Sr. Marcel, responsável pela secretaria do PPGPS, agradecer a UNIFAL pela oportunidade de cursar um programa de mestrado com um corpo de professores e de técnicos da mais alta qualidade.

As categorias compõem e são constituídas do processo de abstração dialética, pois captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta.

(KOSIK, 1996, p. 12)

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta o cotidiano como um espaço de lutas e correlação de forças permeadas por ideologias no seio da sociedade capitalista. Local onde se criam novos meios de se organizar, e o “terceiro setor” se constitui como tal. Assim, o serviço social no interior das organizações que o compõem, também passa por esse processo dialético. Influenciado pela ideologia neoliberal, o setor vem ganhando destaque na oferta de políticas públicas em substituição ao Estado. Então, o objetivo da pesquisa é analisar a partir das narrativas orais das assistentes sociais, como se relacionam práxis e reificação no cotidiano das organizações do “terceiro setor” no município de Varginha/MG, no que tange a oferta de políticas públicas sociais. A pesquisa passou por etapas metodológicas que envolveram o uso da história oral temática como método, que permitiu um aprofundamento sobre o cotidiano de trabalho e das participantes. Posteriormente, para a análise e discussão dos resultados utilizamos um referencial teórico crítico de base marxiana e marxista, capaz de subsidiar uma discussão das contradições promovidas pela antinomia “práxis x reificação” no cotidiano institucional. Dentro de uma abordagem crítica e exploratória se buscou discutir as categorias trabalho, práxis e reificação em Marx e Lukács, sob o pano de fundo da ascensão do “terceiro setor” embasado pela visão de Montaño (2010), com a análise pautadas na teoria sobre hegemonia em Gramsci. Dentro dessa correlação de forças que coloca as instituições do “terceiro setor” sob um guarda-chuva ideológico que perpassa dos valores neotomista aos da filantropia empresarial em contraposição a um serviço social crítico e questionador desses valores conservadores, podemos vislumbrar uma prática profissional que vem em pequenas e isoladas caravelas na contramare de desse oceano revolto e tempestuoso chamado “terceiro setor”.

Palavras-chave: práxis; reificação; trabalho; terceiro setor; serviço social.

## **ABSTRACT**

This research presents everyday life as a space of struggles and correlation of forces permeated by ideologies within capitalist society. Place where new means of organizing are created, and the “third sector” is constituted as such. Thus, social service within the organizations that comprise it also goes through this dialectical process. Influenced by neoliberal ideology, the sector has been gaining prominence in the provision of public policies to replace the State. So, the objective of the research is to analyze, from the oral narratives of the social workers, how praxis and reification are related in the daily life of third sector organizations in the municipality of Varginha/MG, regarding the provision of social public policies. The research went through methodological stages that involved the use of thematic oral history as a method, which allowed a deepening of the daily work and of the participants. Subsequently, for the analysis and discussion of the results, we used a critical theoretical framework with a Marxian and Marxist base, capable of subsidizing a discussion of the contradictions promoted by the antinomy “praxis x reification” in the institutional routine. Within a critical and exploratory approach, we sought to discuss the categories of work, praxis and reification in Marx and Lukács, against the background of the rise of the third sector based on the vision of Montaña (2010), with the analysis based on the theory of hegemony in Gramsci. Within this correlation of forces that places third sector institutions under an ideological umbrella that runs from neo-Thomist values to those of corporate philanthropy as opposed to a critical social service that questions these conservative values, we can envision a professional practice that comes in small and isolated caravels against the tide of this turbulent and stormy ocean called the third sector.

Keywords: praxis; reification; labor; third sector; social work.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico do crescimento anual das OSC em Varginha.....	66
Gráfico 2 - Gráfico da Distribuição de OSCs por área de atuação.....	68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de instituições que possuem inscrição no CMAS do município de Varginha/MG.....	69
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de OSCs por natureza jurídica no município de Varginha em 2018.....	67
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AGEVA	Associação Afeto de Amparo à Gestante de Varginha
ASPAS	Associação de Promoção e Assistência Nossa Senhora de Guadalupe
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDCA	Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
CEBAS	Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
Centro POP	Centro de Referência para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ESPRO	Associação de Ensino Profissionalizante
FUVAE	Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILPs	Instituições de Longa Permanência
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social

MF	Ministério da Fazenda
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOBs	Normas Operacionais Básicas
NUCAP	Núcleo de Capacitação para a Paz
OASIS	Organização de Assistência e Serviços Integrados aos Sujeitos com Necessidades Especiais
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
PPGPS	Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEHAD	Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social
SRF	Secretaria Especial da Receita Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIS	Centro Universitário do Sul de Minas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1	JUSTIFICATIVA.....	20
1.2	OBJETO DA PESQUISA.....	24
1.3	OBJETIVOS.....	25
1.4	METODOLOGIA.....	30
1.5	CONHECENDO AS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	37
<b>2</b>	<b>DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL À TRAJETÓRIA DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG.....</b>	<b>39</b>
2.1	DA ASCENDA SÃO “NOVO SERVIÇO SOCIAL” À ASSUNÇÃO DO NEOLIBERALISMO.....	44
2.2	A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO NO BRASIL “DEMOCRÁTICO” .....	50
2.3	A DICOTOMIA SERVIÇO SOCIAL VERSUS “TERCEIRO SETOR” .....	53
<b>3</b>	<b>A CONFIGURAÇÃO DO “TERCEIRO SETOR” NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG.....</b>	<b>62</b>
<b>4</b>	<b>O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ONGS DE VARGINHA/MG.....</b>	<b>72</b>
4.1	O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO.....	73
4.2	A PRÁXIS COMO ELEMENTO CENTRAL NA DINÂMICA DO TRABALHO.....	82
4.3	A REIFICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	90
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

História é aqui entendida não como uma sucessão dos fatos, mas como luta cotidiana dos homens e mulheres para produzir suas condições materiais de existência na relação com a natureza, mediada pelo trabalho, bem como o modo como os seres humanos interpretam essas relações (ZAGO, 2013, p. 44).

O trabalho que aqui se inicia é fruto de uma inquietação cotidiana de um assistente social, que desde a graduação em serviço social colocou-se em contato direto com o cotidiano de atuação profissional e organizacional em uma instituição do “terceiro setor”. Essa minha experiência foi o ponto de partida para pesquisar sobre o trabalho do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, visto que naquela ocasião e naquela instituição não era possível identificar uma ação que transformasse a realidade enfrentada para além de uma prática pontual. Longe de perpetrar uma visão negacionista por sobre a função social mais profunda dessa profissão, não devemos menosprezar que a prática emergencial traz dentro do seu limite algum conforto para quem dela necessita. E é entre essas duas perspectivas, que aqui aprofundamos como práxis e reificação, que se insere esta pesquisa.

Assim, delimitado o posicionamento histórico do pesquisador, é fundamental traçarmos uma linha guia para estabelecer o local histórico da sociedade e das organizações não governamentais no momento de análise desta pesquisa, ou seja, o início do século XXI, com suas transformações sociais, culturais e econômicas.

Dito isso, o cenário econômico e social brasileiro nas últimas décadas se mostra em um processo de transformação, seja no modo de produção, de acumulação e no modo de se organizar socialmente. No que tange a acumulação flexível, Harvey (1992, p. 140) discorre que ela “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. Entra em cena na contemporaneidade, o avanço do capital financeiro especulativo, as novas formas de trabalho influenciadas em muito pelo modelo de produção toyotista (flexível), o crescimento dos setores de serviço, e em contrapartida novos modos de exploração da força de trabalho e conseqüentemente a forma de organização desses trabalhadores enquanto classe.

Afetando assim, o cotidiano dos e das trabalhadoras desde suas concepções sobre o conceito de trabalho, o aumento da jornada de trabalho tendo uma quantidade cada vez mais elevada de pessoas com mais de dois empregos para garantir uma renda mínima como poderemos observar no capítulo destinado a discussão dos resultados com as reflexões das participantes da pesquisa.

Agnes Heller (1977) discute o espaço cotidiano como o espaço da vida, é nele que as trabalhadoras e trabalhadores estão imersos em uma rotina com relações permeadas por atividades que caracterizam a reprodução dos indivíduos criando possibilidades para a reprodução social. Mostra-se então, uma conjuntura cada vez mais complexa e contraditória causada pelas mudanças e metamorfoses advindas do avanço do ciclo do capital (MARX, 1986). Essas transformações causam efeitos não apenas sobre a condição do/a trabalhador/a ou da sociedade, mas também recaem sobre os demais setores como o mercado e o Estado, criando e recriando novos aparelhos e instituições e formatando suas funções no que tange à relação “Estado x Mercado x Sociedade” podendo ser mediadas por uma ação teleológica<sup>1</sup>, consciente e planejada para este fim ou mesmo pelas distorções do avanço tecnológico do processo de evolução e incorporação da microeletrônica de base informática no processo de trabalho, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970 (SOARES NETO, 2012).

Essa mudança de paradigma da função do Estado em garantir condições mínimas a sua população mais pauperizada é materializada com o avanço de políticas neoliberais, que passam a atender apenas pontualmente a população. Assim, pauta-se como possível solução para a diminuição do protagonismo estatal, uma saída estratégica do Estado na sua responsabilidade sobre as expressões da questão social<sup>2</sup>. Para tanto, propõe-se uma forma de “terceirização” para implementação de “políticas públicas estratégicas”, que são prestadas em sua maioria por organizações não governamentais (ONGs). O ponto crítico é que a ação dessas organizações intensifica mais a fragilidade da proteção social no Brasil. Isso, pois conforme Mattos e Hercowitz (2011, p. 100) é que:

---

<sup>1</sup> A teleologia se manifesta por meio de uma ação guiada com fins e propósitos já definidos, ao se idealizar um objeto (LUKÁCS, 2013).

<sup>2</sup> A questão social no Brasil, conforme Iamamoto (2012, p. 133), está ligada a “generalização do trabalho livre em uma sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”, sendo suas expressões intrínsecas ao modo de produção e de acumulação capitalista.

A consequência mais grave na nova forma constitucional de se conceber políticas públicas e programas governamentais dissociadas de um plano nacional de desenvolvimento é que o exercício de elaboração do PPA vira um campo de disputa política pontual, com cada gestor público defendendo causas regionais, setoriais ou (até comumente) pessoais.

Assim, utilizando da lente de análise teórica apropriada pelo serviço social<sup>3</sup> a qual fui exposto durante a graduação em serviço social, trago elementos empíricos e teóricos para discutir a relevância do trabalho das assistentes sociais nas organizações do “terceiro setor” do município de Varginha/MG. Essas instituições que integram o “terceiro setor” do município ganham importância como organizações responsáveis pela elaboração e/ou execução de políticas públicas, muito em decorrência do desmonte do Estado (MONTAÑO, 2010), que afeta não só em um plano nacional, como também a nível local. Em uma perspectiva econômica, esse setor se destaca na geração de emprego e desenvolvimento econômico, tornando um setor relevante para a população, para o município e para a região.

Diante desse contexto, é imprescindível pautar pesquisas sobre o cotidiano da sociedade, principalmente sobre a categoria trabalho permeada pelas mudanças ocorridas na formação do Estado brasileiro, sobretudo depois do processo de redemocratização do país. Essa transformação do aparelho estatal, caminho pavimentado por uma racionalidade instrumental a serviço da hegemonia burguesa para a perpetuação do poder pela classe dominante, conforme afirma (MARX, 1993), será pautada nesta dissertação pelo sentido de Estado Ampliado em Gramsci (2001)<sup>4</sup>.

As organizações da sociedade civil se engendram conforme o conceito de dominação trabalhado por Miguel (2017, p. 1), que disserta que “por vezes surgem manifestações de inconformidades, mas raras vezes elas tomam a forma de ameaças efetivas à continuidade da dominação ou exigem esforços extraordinários para serem contidas”. Esse processo de dominação que invade uma organização legítima da sociedade, pode ter respaldo no processo de dominação conduzido pela classe dominante, que ocupa espaços estratégicos para sua propagação. Afinal Marx e

---

<sup>3</sup> O serviço social, “enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria” (PAULO NETTO, 1996, p. 12), pois utiliza das ciências sociais para fundamentar suas bases de intervenção.

<sup>4</sup> Trata-se de um conceito que sustenta o Estado não apenas como instrumento repressor pelo uso da força, mas pela socialização e avanço da hegemonia na sociedade. O Estado cumpre esse papel sem necessariamente atuar diretamente na repressão, além de orbitar, em sua configuração, em torno de outras organizações da própria sociedade civil. Estas passam a atuar como aparelhos hegemônicos do Estado e, na configuração atual, são as organizações do “terceiro setor” propriamente ditas.

Engels (1993) já discutiam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

Assim, tomaremos como base para possíveis análises na perspectiva de que as organizações da sociedade civil integram por diversas vezes o aparato hegemônico do Estado (GRAMISC, 2001), chegando a tomar uma dimensão coercitiva, engajando o pensamento hegemônico por meio de sua atuação junto à própria sociedade civil, e estas, nas suas entidades. Tal fenômeno traz uma ambiguidade na estrutura dessas organizações que são gestadas com fundamentos no trabalho coletivo, e tem como fim, chegar aonde o Estado por vários motivos se mostra ausente (FERNANDES, 1994).

Deste modo, a proposta desta dissertação de conhecer e analisar a prática cotidiana do trabalho das assistentes sociais nas organizações não governamentais do município de Varginha/MG, busca interpretar à luz da teoria marxista e marxiana, que nos permite realizar uma abordagem histórico-crítica, as manifestações da práxis e da reificação no cotidiano destas profissionais. Contribuindo assim, para a abertura de novas perspectivas e alternativas de discussões endógena e exógena ao serviço social, que poderão subsidiar tomadas de decisões a nível técnico-profissional e mesmo político-institucional na perspectiva de clareamento sobre o papel desses agentes públicos do Estado na reprodução social.

Desta forma, tanto no sentido de organização como de didática, a pesquisa discorre estruturada por quatro capítulos e as considerações finais. A fim de conhecermos o cotidiano de trabalho de Rosa<sup>5</sup> e Margarida<sup>6</sup>, duas mulheres trabalhadoras, mães, assistentes sociais e lutadoras pela defesa de um projeto de sociedade pautado nos princípios éticos da profissão em uma arena permeada por valores conservadores e assistencialistas, iniciamos com o tópico da introdução que abrange a justificativa, delimitação do objeto, objetivos e a descrição dos materiais e métodos de pesquisa.

No segundo capítulo trataremos da trajetória sócio-histórica do serviço social e das assistentes sociais do “terceiro setor” no município de Varginha, utilizando da história oral temática para desvelar o cotidiano destas trabalhadoras, a fim de

---

<sup>5</sup> Codinome da participante da pesquisa.

<sup>6</sup> Codinome da participante da pesquisa.

conhecermos especificidades da prática profissional nestas instituições. Não obstante, no movimento contínuo de troca, esse processo de entrevistas também trará resultados positivos para as participantes, Maria Lúcia Martinelli aponta que “para o sujeito, tal escuta é também de fundamental importância, pois, ao narrar ele reconstrói sua história, consegue vê-la com totalidade e estabelece nexos até então inalcançáveis” (2019, p. 31).

No terceiro capítulo, vamos discorrer sobre o “terceiro setor” como um dos possíveis espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais, também sobre as instituições que compõe este setor no município de Varginha/MG, sendo esse um espaço de trabalho das assistentes sociais participantes da pesquisa do município. Correlatamente, também discorreremos sobre especificidades que as participantes da pesquisa trazem sobre sua experiência nas diversas Organizações não Governamentais (ONGs) em que atuaram e sobre as que atuam no momento.

No quarto capítulo, a discussão será em torno do trabalho e o cotidiano das assistentes sociais. Suas mediações e transversalidades no que tange ao trabalho no seu sentido ontológico (LUKÁCS, 2018), como meio de transformação da natureza, dos sujeitos que procuram as instituições no dia a dia e as transformações delas próprias. Ressalvada a importância geral dos demais capítulos, este, sobre o trabalho, a práxis e a reificação, surge da necessidade de compreender quais influências, e de que modo, essas categorias se apresentam no cotidiano das participantes da pesquisa.

Por fim será apresentado no último capítulo as considerações finais, como resultado da discussão proposta pela pesquisa ao apresentar o problema que fundamenta todo processo de investigação, definido como: a partir das narrativas orais das assistentes sociais, como se percebem os elementos da práxis ou da reificação que integram o processo de trabalho dessas no “terceiro setor” no município de Varginha - MG?

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Para possibilitar a discussão crítica do tema: trabalho e “terceiro setor” foi necessário tomarmos algumas medidas, como o seu redirecionamento dentro da perspectiva da oferta de políticas públicas em resposta ao desmonte estatal e sua delimitação, pautado no arcabouço teórico marxiano e marxista, com as contribuições

de Carlos Montañó (2010) no que se refere à crítica ao “terceiro setor”.

A intenção crítica da execução desta pesquisa foi de se pautar no “terceiro setor” como mais uma estratégia de expansão do capitalismo, seja frente a “crise sistêmica do capital”<sup>7</sup> ou como Leilah Landin (1993), aponta: mediante a institucionalização das lutas dos movimentos sociais, principalmente com a redemocratização sociopolítica brasileira nas décadas de 1980 e 1990, quando se passou por um rompimento brusco de intenções por parte dos movimentos sociais e organizações coletivas.

Com a superação de uma sociedade organizada a partir do binômio capital x trabalho, em uma perspectiva de produção industrial fabril, por uma sociedade que tem agora no setor de serviços e na especulação financeira, com a introdução da instrumentalidade da inovação tecnológica, suas bases de reprodutibilidade, temos o surgimento também de um novo direcionamento das lutas sociais. Uma luta que anteriormente era pautada por mais empregos, melhoria das condições de trabalho, redirecionou-se às lutas em prol de garantia de condições mínimas, ou seja, da manutenção dos empregos e minimização das perdas de direitos conquistados, lutas que levam apenas a manutenção de uma ordem de exploração.

Conforme Alves (2009), a partir dos anos 1990 o sindicalismo brasileiro passa por uma reforma, sendo a insegurança de classe preponderante para a formação de um sindicalismo corporativo, que dificulta o uso de suas ferramentas e estratégias tradicionais como a greve geral, passando agora os sindicatos a serem apenas mediadores de interesses entre patrão e empregados. Mediação essa que é pautada e balizada pelo ideário neoliberal, e permeada pelo processo de precarização do trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas, e de narrativas de meritocracia e individualismo, que por sua vez também atuam discursivamente em desfavor da mobilização coletiva.

É bom destacar que um elemento comum que cria uma aglutinação dos integrantes de um movimento social (TILLY, 2010) é o aspecto que também é propulsor de sua formação, ou seja: a exclusão. Então, em uma década que se inicia

---

<sup>7</sup> Conceito trazido pela professora Dra. Elaine Behring em palestra realizada em virtude do encerramento do IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho Política Social (SENASS), organizado pelo Departamento de Serviço Social (DSS), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e Curso de Graduação em Serviço Social (CGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://senass.ufsc.br/?fbclid=IwAR3ORBZblncCft2omvdiYIDLKHLKWHmqKDL9f6EW8r5eStb-HZFjvbDmM>.

com intensas lutas por reconhecimento de direitos de uma população excluída, com superação dos ideários moralizantes que consolidaram os anos da ditadura civil militar no Brasil, a exclusão e a marginalização de grande parcela da sociedade é o elemento que agrega e consolida a luta coletiva no país. Desta forma, a população se engajou em várias frentes, desde a luta das donas de casa contra a carestia<sup>8</sup> até o maior movimento que tomou as ruas até aquele momento no país, as diretas já.

No campo dos direitos sociais destaca-se o reconhecimento, via Constituição Federal, da seguridade social, passando a saúde a ser um direito de todos e dever do Estado; a previdência social uma outra política autônoma e prestada a quem contribui; e pôr fim a assistência social também ganha status de política pública estatal passando a ser garantida como direito de quem dela necessitar.

Assim, antagonicamente a mesma década passa por um turbilhão político com inúmeras conquistas e reconhecimento de direitos, e termina com a implementação de políticas neoliberais e de desmonte do Estado. Mas, conforme Ribeiro (2022 p. 36) elas indicavam que “mesmo com o processo de redemocratização do país na década de 1980 e com a formação de uma nova Constituição Nacional, os desafios para se alcançar um Estado menos contraditório na defesa dos interesses nacionais permanecem”. Configurou-se uma resposta do estado neoliberal às lutas e conquistas da sociedade organizada em movimentos sociais. A falta de proteção social intensificou o processo de exploração e de aprofundamento das desigualdades sociais.

Para tanto, como perspectiva teórica para a promoção de uma análise crítica desse processo iniciado nos anos 1990 e tendo sua ampliação paulatina até os dias atuais, tomamos como base, que a sociedade capitalista neoliberal no Brasil consigna para si duas propostas marxistas, segundo Alcoforado: o planejamento e a apropriação da crítica da racionalidade. O autor, por sua vez conclui serem “usadas para desqualificar o legado marxista” e remodelar o cerne da luta social no interior dos movimentos sociais, que “na teoria dos novos movimentos sociais de K. Eder<sup>9</sup> não mais se orienta pela luta distributiva, mas por uma luta identitária e emancipatória”

---

<sup>8</sup> Movimento Contra a Carestia, que em 1976 reuniu 5 mil pessoas em São Paulo para protestar contra as altas do custo de vida e o congelamento dos salários, dirige uma carta diretamente à Presidência da República. Em 1978 o mesmo movimento insiste em dirigir a esta instância de poder um abaixo-assinado com 1 milhão e 300 mil assinaturas (NUNES, 1987, p. 91).

<sup>9</sup> Eder Klaus, sociólogo alemão que discute a relação de classes e movimentos sociais. Seus estudos são direcionados à importância da classe, e na análise de classe é ainda uma ferramenta central para entender fenômenos macrosociológicos, principalmente quando se refere aos novos movimentos sociais (KLAUS, 2001).

(ALCOFORADO, 2005, p. 86-88).

Essa luta é para a garantia mínima daqueles direitos recém expressos pelo Estado permeado pelo ideário neoliberal em implantação pelo mesmo Estado, por meio da chamada terceirização do social (MONTAÑO, 2010) com a diminuição das políticas públicas estatais em detrimento do fomento das ações das ONGs neste setor, onde, tem-se na sociedade civil organizada a responsabilidade pelas respostas às suas próprias mazelas.

Essa tomada de perspectiva para a pesquisa não se fez de modo aleatório, ela possui bases sólidas em minha formação como pesquisador. Raízes que entranham no meu processo de formação acadêmica, frente às inquietações de cunho metodológico que colocam no campo de disputa duas correntes antagônicas. Sendo elas: minha formação acadêmica em serviço social de bases epistemológicas fundadas no materialismo histórico, concorrente a um “terceiro setor” que tem por base conjuntural o positivismo comteano, com uma de suas máximas: “viver para os outros não é somente a lei do dever, mas também a da felicidade” (CIMINO, 2019). As determinações da vida concreta cujas entranhas da pobreza estão dispostas nas ruas todo dia concorrem com a retórica romântica de premissas que, no fundo, preveem o ordenamento da sociedade segundo uma ordem exata, mas insensível.

Já a justificativa para esta delimitação de território para a pesquisa se caracteriza por dois motivos específicos: o de conveniência, por se tratar do município em que se encontra o campus da Universidade do programa de mestrado em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), o que facilita todos os procedimentos da pesquisa empírica. Já o segundo motivo está ligado ao papel social da UNIFAL no desenvolvimento regional, inserindo-se esta pesquisa no debate sobre um setor estratégico que, direta e indiretamente, compreende a oferta de políticas públicas e a promoção de direitos a grande parte da população local, detendo grande relevância social e econômica no município de Varginha.

Assim, ao propormos uma investigação sobre esse recorte diante das inúmeras possibilidades do “terceiro setor”, optamos por trazer subsídios que possibilitam respostas ao nosso problema de pesquisa. Isto, em um município de relevante importância na região do Sul de Minas Gerais, com características que entranham desde o desenvolvimento de grandes cidades, a problemas que assolam pequenos

municípios do interior. Desta forma, tais características podem colaborar com discussão sobre a práxis das assistentes sociais, sua amplitude e seus efeitos no cotidiano de trabalho.

Na escolha do “terceiro setor” como espaço sócio-ocupacional dos/as assistentes sociais, trazemos a relevância para a oferta de políticas públicas e sua dimensão no setor econômico local e nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022) em relação região do Sul de Minas Gerais, Varginha é a 3º (terceira) maior cidade em número de habitantes com um total estimado de 137.608. Ela se estabelece na 4ª (quarta) posição do ranking sul mineiro em termos de Produto Interno Bruto (PIB), com um valor de R\$ 5,442 Bilhões registrado no ano de 2017. Ocupa a mesma posição quando nos remetemos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que registrou em 2010 o indicador de 0,778. No que se refere ao “terceiro setor”, a cidade ocupa no Sul de Minas a segunda posição em números de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), totalizando 530 instituições (IPEA, 2022). Esse diagnóstico permite compreender que essa temática compõem um campo de investigação de considerável relevância no município de Varginha/MG, de modo que se pedem discussões críticas acerca da atuação do assistente social nesse setor.

## 1.2 OBJETO DA PESQUISA

Uma vez explanado de forma geral a importância do setor e do território de pesquisa é fundamental declarar o nosso problema, que edifica toda a discussão deste trabalho. Porém, é necessária uma atenção em considerar que a proposta de investigação da prática da assistente social no desenvolvimento das ações das organizações não governamentais tem estreita relação com o cotidiano destas.

O cotidiano das assistentes sociais também é permeado por valores institucionais, sua prática é influenciada pelos objetivos organizacionais frente às demandas da população atendida, e pela intencionalidade da ONG em definir o seu recorte político (IAMAMOTO, 2009). Desse modo, as assistentes sociais em uma de suas atribuições, orientando e identificando recursos para que os usuários possam ou não fazer uso dos mesmos para atendimentos de suas demandas e na defesa de seus direitos (BRASIL, 1993), intervém também no modo de sociabilidade dos usuários dos serviços prestados por estas instituições, podendo ter competências de

transformação ou de manutenção da realidade social. Tais competências recebem influências da correlação de forças que permeia a sociedade burguesa, na qual o papel político-social da organização empregadora e a prática profissional determinarão os efeitos que incidirão no modo de atuação dessas entidades.

Assim, o problema de pesquisa se traduz no seguinte questionamento: a partir das narrativas orais das assistentes sociais, como se percebem os elementos da práxis ou da reificação, que integram o processo de trabalho no “terceiro setor” no município de Varginha - MG? No geral, buscamos investigar como essas duas categorias centrais do trabalho se expressam e se relacionam na prática dessas profissionais em suas respectivas instituições.

### 1.3 OBJETIVOS

O avanço do “terceiro setor” no Brasil tem seu local e data definidos conforme Montaño (2010), construído sobre as bases bem fundamentadas de um Estado neoliberal, iniciado nos governos da década de 1990, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso, com um discurso que o próprio Montaño (2014) descreve como um “canto da sereia” ao fazer alusão a obra “A Odisseia de Homero”, onde coloca numa comparação o discurso neoliberal e o encantamento causado pelas canções das sereias que são uma forma de sedução para levar a embarcação de Homero ao naufrágio.

Um dos cantos entoados pela proposta neoliberal, de responsabilizar a sociedade civil pelas respostas às expressões da questão social, foi a construção de alternativas endógenas próprias para a população vulnerabilizada deixar de buscar nos serviços estatais o apoio para a superação da realidade enfrentada, associada à extrema pobreza<sup>10</sup>. Todavia, o resultado mais importante dessa ação proposta pela reforma do Estado foi a manutenção e ampliação de um Estado Mínimo (BRESSER PEREIRA, 2009), fortalecido pelo discurso da participação social, porém desvinculado da sua essência e finalidade proposta pelo gerenciamento social (PAES DE PAULA, 2005). Trata-se, pois, de um sequestro de uma legítima ferramenta de controle e participação da sociedade na elaboração de políticas públicas estatais, com a finalidade da simples responsabilização da própria população pelas demandas e

---

<sup>10</sup> Segundo Kageyama (2006, p.109) são pessoas "carentes pela renda e pelas necessidades básicas, e provavelmente já excluída dos mercados de trabalho minimamente organizados".

mazelas sociais sob a bandeira da participação social, ou participacionismo<sup>11</sup> (CUNHA; REZENDE, 2018).

Assim, as organizações que integram o “terceiro setor” se tornaram algumas das portas de entrada ao atendimento da população mais vulnerabilizada, podendo ser, em alguns casos<sup>12</sup>, a única forma de acesso destas a serviços essenciais. Essa transformação na estrutura do Estado, principalmente na sua função social, coloca tais organizações no centro da disputa de classes. Esta é, inevitavelmente, em termos marxistas, uma reprodução da luta da exploração da burguesia sobre o proletariado, incansavelmente discutida pela teoria marxiana e marxista. É importante destacar que a reprodução de que se trata, não vem despida de lutas e resistências (CHAUÍ, 1986).

Nesse cenário antagônico no qual se coloca a sociedade civil e o Estado em confronto, as instituições do “terceiro setor” têm como ato de resistência em si a tomada do protagonismo social para atender as demandas, que incidem sobre esta mesma população. Se por um lado as ONGs desoneram o Estado no seu cuidado com o social, elas são colocadas para a sociedade como um falso grito de resistência à imposição da exploração do capital. Fernanda Astori e Maria Vieira debatem em seu trabalho a posição de Michel Certeau, dizendo que “mesmo reconhecendo a existência do jogo da estratégia, Certeau acredita que o sujeito intervém no discurso institucional, interferindo nos mecanismos de controle [...] podendo deslocar os limites da dominação” (ASTORI; VIEIRA, 2019, p. 13), é neste sentido, em um patamar discursivo, por meio de narrativas hegemônicas, que as organizações do “terceiro setor” são vistas como alternativas capazes de propiciar a superação da realidade enfrentada pela população mais vulnerabilizadas.

Desta forma, o “terceiro setor” se coloca, aqui, como um espaço contraditório para as Assistentes Sociais, que através de sua atuação, podem transformar ou apenas retificar a dinâmica social, performando a produção de novas práticas e ou apenas a reprodução social<sup>13</sup>. A atuação dessas profissionais também está envolvida

---

<sup>11</sup> “Trata-se de um modo de integração das classes dominadas de modo que não se alterem as estruturas dessa própria dominação” (CUNHA; REZENDE, 2018).

<sup>12</sup> Em municípios de pequeno porte I (nomenclatura utilizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para designar municípios de até 20 mil habitantes), alguns serviços da assistência social, como Instituições de Longa Permanência (ILP), abrigos, casas de passagens etc. são serviços ofertados em exclusividade por Organizações não Governamentais (ONGs).

<sup>13</sup> “Alguns autores referem reprodução social à reprodução global da sociedade ou de sistemas sociais; outros, aplicam este conceito à recriação do social em diferentes âmbitos: individual, familiar, grupal e societal” (OLIVEIRA; SALES, 2007, p. 08).

pelas ações e propostas das instituições nas quais atuam. Não obstante, as assistentes sociais também integram a massa de trabalhadoras, incidindo sobre elas as mesmas correlações de força, de exploração e expropriação do trabalho e suas diversas formas de precarização promovidas pelo avanço neoliberal.

Tomamos assim, após destacado o local e a importância dessas profissionais no recorte definido para a pesquisa, o objetivo geral: analisar, a partir das narrativas orais das assistentes sociais, como se manifestam a práxis e a reificação no cotidiano das organizações do “terceiro setor” no município de Varginha – MG, no que tange a oferta de políticas públicas sociais.

Para um maior entendimento do objeto de pesquisa e a consecução do objetivo geral segue abaixo os objetivos específicos da pesquisa:

- a) Fazer um levantamento das entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), descrevendo o universo e um corpus amostral das mesmas, para definição dos possíveis sujeitos/as de pesquisa;
- b) Identificar as entidades que possuem assistentes sociais em seu quadro de funcionários/as, e através dos dados dos respectivos sites eletrônicos levantar informações para conhecer o processo sócio-histórico e político da sua atuação institucional;
- c) Investigar, por meio do conjunto de procedimentos metodológicos da história oral, o cotidiano das assistentes sociais que atuam no “terceiro setor” de Varginha;
- d) Apreender e analisar, a partir do referencial teórico marxista e marxiano o trabalho das assistentes sociais no cotidiano dessas organizações, como se dão os processos do trabalho e suas transformações a partir de algumas categorias percebidas sob a ótica da práxis ou da reificação.

A partir dos desdobramentos do objetivo geral desta pesquisa, utilizou-se da história oral, onde foi possível “analisar os temas relevantes, [levantados pelas participantes] resolvendo as propostas indicadas de maneira que, as análises não tornassem a divisão racional das entrevistas” (MEIHY; BARBOSA, 2007, p. 132), estas, interrelacionam entre si e com a totalidade. Conduziremos assim, análises que envolvam o cotidiano profissional nesse espaço sócio-ocupacional, que possibilitará uma discussão da prática das assistentes sociais em um ambiente influenciado pelo cotidiano institucional do setor, com possíveis práticas voltadas para a caridade, e a

filantropia reconfigurada nos moldes de Mestriner (2011, p. 217), como uma “filantropia democratizada”. Também, há de se refletir sobre a existência de uma contracorrente institucional, onde a assistente social atua por meio da materialização do projeto ético político, ou seja, do seu reconhecimento enquanto profissional, como expressão de seu projeto profissional e societário. Buscando entender como o cotidiano institucional passa a ser influenciado e influenciado por tais preceitos, conseguindo propor rompimentos com os valores hegemônicos que permeiam este setor.

Para tanto, temos como objetivo do projeto profissional do serviço social, segundo Paulo Netto (1999), a apresentação da autoimagem de uma profissão, em que os assistentes sociais:

elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

E por projeto societário entende-se que:

trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. [...] projetos macroscópicos, em proposta para o conjunto da sociedade. [...] há necessariamente uma dimensão política envolvendo relações de poder (PAULO NETTO, 1999, p. 93-94).

Apresentado esse cotidiano permeado por valores antagônicos, principalmente ao percebê-lo na concreticidade da luta de classes, onde se colocam lado a lado e em torno das profissionais: a ideologia hegemônica tecnicista racional, que tem como finalidade dentro destas instituições o atendimento básico e pontual que se manifesta com a manutenção das desigualdades e a conservação da ordem vigente. Perspectiva esta, que se efetiva por meio de uma atuação suficiente para que seja apenas garantida uma existência animal (MARX, 2010). Ou seja, apenas a garantia de manutenção das condições para avanço da sociedade capitalista.

Na perspectiva das assistentes sociais enquanto trabalhadoras assalariadas, afiança-se a ampliação da exploração e expropriação do trabalho, materializando-se em uma prática reificadora. E de outro lado desse antagonismo, tem-se uma perspectiva estruturada sobre as bases de uma ideologia crítica, questionadora do *status quo*, porém, que questiona, mas também, sob influências que integram tais

perspectivas, apontam caminhos que podem apresentar elementos reificadores, que no cotidiano de trabalho nas instituições da sociedade capitalistas tendem a se tornar algo natural (HONNETH, 2018).

Nessa concepção, a prática profissional passa a ser pautada pela inquirição da condição que a população usuária dos serviços e a sociedade em geral se encontram. Sempre considerando o processo sócio-histórico de formação da sociedade contemporânea brasileira, buscando por meio de uma ação transformadora superar as condições que cravam na sociedade capitalista um estrato social de “vulnerabilizados”, uma camada social, que “não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

Assim, frente a uma complexa antinomia que abarca tanto a importância econômica quanto a social desse setor e não obstante, a relação dual dos objetivos que envolvem as organizações que integram o “terceiro setor” se faz necessária uma disponibilidade obstinada em relação à vigilância epistemológica, como bem traz Japiassu (1981). E se tal vigilância é estrutural em todo processo de pesquisa científica, ao abordar um tema controverso como o do “terceiro setor” com seus inúmeros possíveis recortes, é imprescindível uma atenção extra, haja vista que ao mesmo tempo em que o “terceiro setor” se coloca como uma importante faceta na estrutura econômica brasileira, com números incontestáveis de sua dimensão, é senão uma saída criada justamente com o objetivo racional tecnicista de expansão do capitalismo, como bem ilustrado pelo trecho retirado dos cadernos da Reforma do Estado: “a implementação de Organizações Sociais é uma estratégia central do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (BRASIL, 1997, p. 7).

O fomento do Estado brasileiro na ampliação de legislações para regulamentação das organizações não governamentais e na transferência de recursos para estas instituições, como uma pseudo estratégia de desoneração das atividades estatais na prestação de políticas sociais (MONTAÑO, 2010), parece muito bem implantada pois, nos dias atuais, o “terceiro setor” é posto como uma belíssima alternativa devido a sua potência na geração de postos de trabalho e da flexibilidade destes. Nos últimos 10 anos, o setor foi responsável pela garantia de 2 milhões de empregos no Brasil, segundo informações do observatório do “terceiro setor”<sup>14</sup>,

---

<sup>14</sup> Agência brasileira de conteúdo multimídia com foco nas temáticas sociais e nos direitos humanos, disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/>.

sempre com o apoio dos discursos com forte apelo à valores ligados ao amor ao próximo como a caridade, benemerência e o famigerado filantropismo (MESTRINER, 2011), que coloca sobre o processo de precarização advinda das características específicas desse setor uma certa humanização da exploração. Mas, conforme Montañó (2010, p. 23), o motivo para a desestatização das políticas sociais é:

fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e autoajuda e uma ajuda mútua para o seu enfrentamento; desonerar o capital de tais atividades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Em meio às contradições já apresentadas e da dimensão econômica do setor e sua importância na execução de políticas públicas, se faz necessário a compreensão da dinâmica de atuação das assistentes sociais nessas organizações privadas no que se propõe como públicas na oferta de seus serviços. Toda essa querela intrinsecamente justifica o debruçar científico sobre o tema proposto à essa pesquisa, que é acentuada pela ausência de um olhar crítico para o assunto. A análise proposta de que o tema, sob o recorte marxista e marxiano de produção e reprodução do trabalho dos/das assistentes sociais é pouco investigado, se demonstra com os resultados da pesquisa bibliométrica apresentados a seguir, ratificando assim, a relevância desta pesquisa.

#### 1.4 METODOLOGIA

Nas pesquisas qualitativas é imprescindível ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, busca-se conhecer trajetórias de vida, experiência social dos sujeitos. (MARIA LÚCIA MARTINELLI, 2012, p. 27).

Para iniciar o capítulo de descrição dos métodos utilizados nesta dissertação, cabe informar que a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas, com o parecer número 6.080.250, aprovado no dia 25 de maio de 2023.

Para o aprofundamento do tema e desvelamento do objeto de pesquisa de forma crítica, foi proposto a utilização de dados e informações de sites e documentos

de modo a promover o conhecimento estrutural desse setor, a nível nacional e local. Alia-se a proposta de estruturação do setor a abordagem qualitativa, que por meio de da escuta proporcionada pelo uso da metodologia da história oral temática, conforme Rovai e Santhiago (2021) foi possível conhecer o cotidiano para além dos dados e das versões narradas pelas participantes. Com isso, a abordagem qualitativa nos proporcionou melhores condições para conhecer cotidiano de trabalho das assistentes sociais nessas instituições, pois “a pesquisa quantitativa é importante para dimensionar os problemas com os quais trabalhamos, para nos trazer grandes relatos da realidade, mas é insuficiente para trazer as concepções dos sujeitos” (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Dessa maneira, esta pesquisa se comporta como descritiva e exploratória, pois intenta-se pela busca da interpretação de certos paradigmas vinculados à racionalidade neoliberal, que promovem a manutenção das relações sociais de exploração e por fim, descrevem este setor, por meio de informações institucionais retiradas de bancos de dados oficiais, alcançando uma maior nitidez da importância do tema pesquisado. A compreensão desses paradigmas ocorreu por meio do conhecimento de novas concepções trazidas pela escuta das profissionais que vivem, produzem e reproduzem as condições da sua sociabilidade, da população atendida e da própria instituição. Assim, a partir das suas experiências cotidianas em contato com diversos sujeitos e suas múltiplas demandas, onde as suas funções de trabalhadoras e mulheres se encontram, essas profissionais experimentam e reinventam novas práticas (BONDÍA, 2002).

É no cotidiano que o exercício da práxis pode tomar forma, ela se estrutura a partir da prática aliada à teoria social que incidirá na transformação da realidade. Cotidiano este, que na obra em que discute arte e cotidiano, Frederico (2000, p. 303) define como sendo “o começo e o fim de toda ação humana”, o lugar onde está posto os desejos e as necessidades dos homens, na sociedade capitalista: as necessidades materiais diárias, que são avassaladoras. Desse modo, ele se distingue de uma simples rotina corriqueira, ou de repetições miméticas como o senso comum pode nos levar a acreditar. De fato, conforme Heller (1974), ele não só se diferencia desta situação, como também a incorpora.

Dessa forma, quando nos remetemos à teoria é fundamental observarmos que ela está diretamente relacionada a experiências cotidianas das profissionais,

dentro e fora das instituições em que elas desenvolvem seu trabalho como assistentes sociais. Esse cenário apenas será percebido com a utilização do método da história oral temática, que Martinelli (1999) define como um método de pesquisa inovador que é usado para conhecer a estrutura na qual os sujeitos estão inseridos e suas percepções e histórias no seu cotidiano.

A história oral surge na pesquisa, conforme Martinelli (2014), como uma opção política, visto que não há neutralidade no interior de um projeto político de dimensão social. Será utilizada durante a investigação como o elo que une todas as etapas, desde a elaboração do projeto de pesquisa à apresentação das considerações finais. No processo de entrevistas, ela é fundamental para chegar aos acontecimentos não depois que eles já aconteceram, não um simples relato do passado, mas conforme Martinelli (2019, p. 30) “de como os acontecimentos foram elaborados no trabalho contínuo da memória”.

Outra colaboração da história oral para a pesquisa é no sentido da nossa incessante busca pela essência escamoteada pelo fenômeno. A essência, conforme Kosik (1976, p. 16) “não é realmente pertencente a uma ordem diversa do fenômeno”. Para Dinis (2019, p. 48) “compreender o fenômeno exige a busca reiterada pelas mediações que estão incutidas, de modo a alcançar a essência, observando sua relação com a complexidade do real e os contornos da história”. Estas são mediações que o método da história oral pode nos fornecer com propriedade.

Para o desenvolvimento de um diálogo sobre aspectos do cotidiano do trabalho com as participantes da pesquisa, foi necessário delimitar um dos gêneros da história oral, conforme orientam Meihy e Barbosa (2007). Assim, esta dissertação tem na história oral temática a metodologia que a permeia todo o processo de pesquisa, desde o planejamento até as considerações finais. Segundo os mesmos autores, este é um gênero que admite meios de se chegar a detalhes específicos procurados, como o uso de instrumental que direcione ao tema a ser investigado.

Para a orientação das análises das narrativas das sujeitas da pesquisa, utilizou-se de conhecimentos teóricos relacionados aos conceitos de: trabalho, práxis e reificação, além da conceituação de hegemonia, cotidiano, do “terceiro setor” e do referencial crítico que embasa a formação da assistente social no Brasil. Consubstancialmente trouxemos informações públicas das instituições que possuem cadastro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Varginha-MG.

Este exercício de análise possibilitará a exploração dos resultados a fim de entender os desafios e as potencialidades do trabalho da assistente social no cotidiano das instituições do “terceiro setor”, sempre vigilantes em tratar as assistentes sociais como sujeitas históricas promotoras de transformações.

Para conhecer estudos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, foi necessária uma abordagem quantitativa como primeiro passo da investigação. Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliométrico no portal de periódicos da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, com objetivo de quantificar os estudos relacionados ao trabalho no terceiro setor, seguindo as etapas abaixo.

Primeiramente, no portal de periódicos da CAPES, na guia “pesquisa por assunto” e no item “busca avançada”, foram preenchidos 3 campos de filtro de busca com os termos: Título - contém - “terceiro setor”; e Título - contém - “trabalho”; ou; Título - contém - “ong”. O propósito foi o de obter um relatório das produções acadêmicas que discutem a categoria trabalho no “terceiro setor”, a fim de conhecer o debate sobre o tema. Com o filtro delimitando resultados dos últimos 10 anos (2011 a 2021), a pesquisa retornou um total de 456 artigos. Dentre esses, após a leitura dos títulos, foi observado o critério de que ao menos um dos termos enumerados acima estivessem contidos nos títulos no seu sentido literal, o que resultou em uma apuração de 284 obras.

Na etapa seguinte ao primeiro passo da pesquisa bibliométrica foi feita a seleção de textos que possuem ao mesmo tempo a combinação dos termos: “Trabalho” e “Terceiro Setor”, ou “ONGS” e “Trabalho” ou até mesmo qualquer descritor correlato, que pode ser sinônimo de trabalho, propiciando assim o resultado de 17 títulos que ao mesmo tempo se referiam ao trabalho e ao “terceiro setor”.

Já no site da biblioteca digital de teses e dissertações foram realizadas duas pesquisas. Uma com os termos no campo do título “Terceiro Setor” e “Trabalho” e outra com os termos “ONG” e “Trabalho” que, respectivamente, retornaram um total de 6 e 2 dissertações nos últimos 10 anos. Em uma análise primária dos títulos, verificou-se que apenas 3 dissertações tratam como objeto o cotidiano do trabalhador nesse espaço sócio-ocupacional, sem nenhuma alusão ao profissional do serviço social.

Na sequência, por meio do portal dos dados abertos do Catálogo de Teses e

Dissertações da Capes foi analisado, através do uso dos descritores “Terceiro Setor” e “ONG”, nos últimos 5 anos de registro sistematizado pelo portal e, posteriormente, dentre esses resultados, o descritor “Trabalho”, em que, por meio de planilhas do excel, partindo de um total de 417.282 trabalhos completos, a pesquisa mostrou que apenas 160 desses trabalhos remetiam no título o termo “terceiro setor” ou “ONG”. Posteriormente dentre esses, apenas 4 trabalhos acadêmicos faziam referência a análise da categoria trabalho no “terceiro setor”, e somente 1 se expressa diretamente ao trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional.

Em um segundo momento, foi realizado um levantamento quantitativo das organizações não governamentais inscritas no conselho municipal de assistência social da cidade de Varginha. A delimitação por essas entidades se deu em decorrência do requisito de que as ONGs e OSCIPs estejam inscritas nos conselhos municipais para ter direito ao acesso a recursos públicos municipais e para ofertar serviços relacionados às políticas públicas (BRASIL, 2014).

Desta forma, por meio de consulta aos Diários Oficiais do município de Varginha do período de 01 de julho de 2021 a 01 de julho de 2022 foram totalizadas 21 entidades vinculadas ao CMAS.

A inscrição de organizações não governamentais nos conselhos municipais de políticas públicas, como no CMAS, proporciona às ONGs condições de realizarem parcerias e contratos com o executivo municipal. Essas parcerias, são formas que as instituições encontram para conseguirem uma possibilidade de financiamento público, por meio de subvenções (Albuquerque, 2006), para continuarem a prestação de seus serviços, que em uma ausência racional do Estado, se tornam serviços fundamentais à população. Dito isso, conhecidas as organizações que compõem o universo amostral deste estudo, partimos à busca de contato com as mesmas. Foram utilizados como meio de comunicação inicial, na busca desses/as profissionais: contatos via telefone, e-mail e mesmo redes sociais. Neste ponto, houve certa dificuldade, pois a pandemia da covid 19 alterou o cotidiano de muitas organizações.

Destarte, após um primeiro contato com as ONGs, tomamos conhecimento da existência ou não de assistentes sociais naquelas instituições, sendo possível constatar que apenas 11 ONGs possuíam Assistentes Sociais no seu quadro de trabalhadores. Cabe ressaltar que para esta identificação não se levou em conta o tipo de vínculo profissional estabelecido entre a organização e o trabalhador. Desta

forma, as participantes da pesquisa foram selecionadas a partir desse campo amostral.

Para convidarmos as narradoras a participarem da pesquisa foi realizado um primeiro contato telefônico para o agendamento da apresentação do projeto. A importância para iniciarmos uma conversa direta e pessoal com as possíveis entrevistadas, foi pensada de acordo com os apontamentos teóricos de Portelli, (1997, p. 9), considerando que “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos, literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca”, logo sem um conhecimento prévio essa troca poderia ser comprometida, e para isso foi fundamental o uso da história oral, pois no primeiro contato já foi possível estabelecer uma relação de reciprocidade e horizontalidade entre as entrevistas e o pesquisador. Assim, conseguimos contato telefônico com onze profissionais, dentre os quais conseguimos agendar uma apresentação presencial apenas com quatro assistentes sociais, das quais somente duas demonstraram interesse em participar da construção da pesquisa. A construção da pesquisa é coletiva, é um trabalho de cooperação entre pesquisador e pesquisadas, Martinelli discorre que:

o rumo da entrevista será dado por ambos, num percurso que será construído na relação entre os sujeitos: o que quer conhecer e o que tem o conhecimento que se busca e deseja narrá-lo, reconstruindo sua história num exercício democrático da palavra (MARTINELLI, 2018, p. 110).

Assim, a pesquisa com as duas assistentes sociais teve como metodologia para a escuta e apreensão do cotidiano profissional a história oral temática, tendo como norte o roteiro apresentado no Apêndice - A que consta nos anexos. A intenção dos tópicos norteadores que compõem o instrumental é de dar início a uma conversa direcionada a conhecer os fenômenos do trabalho no dia a dia de cada uma das entrevistadas através de suas narrativas.

Esse conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa foi delimitado por suas possibilidades de contribuição para o desvelamento do objeto em sua manifestação real, pois “ao narrar o sujeito revela-se para si mesmo, ao estabelecer alguns nexos que ele não conseguiria sem um sujeito que pudesse ouvi-lo” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p. 111), conseguindo por meio da reflexão de sua história construir novos caminhos, podendo se reinventar. O que talvez outros métodos com o uso de questionários estruturados poderiam encobrir os processos de subjetividades da relação da prática das assistentes sociais na cotidianidade institucional,

condicionando a pesquisa a obter resultados importantes, porém destituídos da crítica, o que aqui é intencional.

Desse modo, por meio da história oral, conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, 2020), pretende-se apreender a conjuntura sob a perspectiva dos entrevistados que participam diretamente na sua construção. Como define Alberti (1990):

História oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, **categorias profissionais, movimentos** etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p. 1-2, grifo nosso).

Utilizamos assim, o conjunto de procedimentos metodológicos da história oral temática na qual as narrativas são direcionadas ao trabalho das entrevistadas em sua especificidade híbrida (MEIHY; HOLANDA, 2007), “que pressupõe o contraponto entre um depoimento e outras fontes, inclusive com outras formas de registro” (ALMEIDA, 2012, p. 8), colaborando com especificidades que só uma narrativa de quem vive e faz o cotidiano pode apresentar-nos. Porém atentos para o que Portelli (2001) diz em relação do papel entre a história oral e os dados e documentos, papéis estes que não são complementares ou subalternos, mas colaborativos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho ao definir a história oral como metodologia, não é confirmar uma verdade absoluta, mas através da comparação e análise, conseguir complementaridade nos dados para contribuir com um conhecimento mais aprofundado da temática.

Konder (1992, p. 107), faz apontamentos sobre o conhecimento de um objeto na sua imediatividade, no trecho: “o ser humano nunca pode ser suficientemente conhecido em sua realidade imediata, que é uma realidade que está sendo constantemente superada”, mostra que o conhecimento do ser na sua totalidade é complexo, dinâmico e está em constante movimento. Essa totalidade do sujeito não pode ser confundida com uma simples somatória de coisas (KOSIK, 1976), pois ela é dinâmica, ou seja, o sujeito não deixa de ser algo para se tornar outro. Ele se transforma agregando o antigo com o novo, de forma que não há possibilidade de subtrairmos as experiências cotidianas e retornarmos ao mesmo sujeito anterior.

Desse modo, a história oral ao propiciar o desvelar do processo histórico e social de formação desses profissionais e de suas respectivas atuações, oportuniza a esta dissertação um fundamental e seguro conjunto de métodos de investigação.

A fim de contribuir com a discussão fomentada pela pesquisa, delimitamos a amostra de maneira que possamos trabalhar categorias que compreendem a formação profissional e a experiência das assistentes sociais no setor, permitindo dialogar com as diversas expressões da prática profissional no cotidiano do “terceiro setor”.<sup>3</sup>

### 1.5 CONHECENDO AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a consecução do nosso objetivo de pesquisa foi necessário o estabelecimento do fechamento de uma amostra conforme Pires (2008). Assim, partindo da construção do objeto, foi delimitado os/as assistentes sociais que trabalham no “terceiro setor” de Varginha/MG nossas/os possíveis participantes.

Após o fichamento da totalidade de participantes, que se mostram em 11 possíveis, realizou-se o contato telefônico com os seus respectivos empregadores, dos quais conseguimos marcar uma apresentação da pesquisa com 4 profissionais. O primeiro passo foi me apresentar como pesquisador, o meu vínculo institucional, a minha formação e o meu cotidiano profissional. A isso, cabe destacar que a apresentação institucional juntamente com o cotidiano de trabalho como assistente social foi fundamental para o estabelecimento de vínculos com as assistentes sociais.

Os encontros foram realizados no próprio espaço de trabalho das assistentes sociais. Essa decisão do local, dia e horário foi segundo a disponibilidade das participantes. Nesse sentido, as então, quatro possíveis participantes optaram por ser durante o seus expedientes de trabalho, devido à falta de tempo em suas jornadas diárias. Contudo, como tratamos de profissionais que possuem um fortalecido código de ética, que tem no sigilo uma de suas bases, as profissionais têm no seu espaço de trabalho e atendimento um local inviolável e de extrema segurança.

Apesar de toda segurança ética, foi possível perceber durante as apresentações um certo desconforto ao aprofundar aspectos do cotidiano de trabalho destas no interior das instituições. Uma das assistentes sociais que não integrou a pesquisa como participante, relatou sua falta de segurança trabalhista como um obstáculo para participar da pesquisa. Diante disso, tomamos como forma de trazer

mais segurança e um espaço mais propício a trocas e reflexões mais aprofundadas, a nomeação de codinomes para as participantes e para as instituições, além de todas as pessoas e instituições que fossem objeto das narrativas. Dito isso, mesmo trazendo essa possibilidade, apenas duas assistentes sociais se disponibilizaram a construir essa pesquisa.

Assim, ao concluir a fase das entrevistas, e realizado a escuta das narrativas, foi possível perceber como estas profissionais vem se desabrochando e florescendo em um sentido de ampliação da luta cotidiana em busca de uma transformação e superação da realidade, na sua totalidade social. Em contrapartida, o espaço institucional das participantes em meio a uma correlação de forças, tem se mostrado um campo fértil para o desenvolvimento crítico dessas profissionais. Dessa maneira, foi definido que as participantes e os sujeitos que se relacionam com o cotidiano delas tomariam o nome de flores. Já as instituições, projetos e programas que compõe o espaço ocupacional das profissionais foram caracterizados como espaços que as flores possam se desenvolver, onde criam suas raízes e se desabrocham.

Então, nas próximas laudas vamos conhecer por meio das narrativas de Margarida, 39 anos, mulher branca, casada, mãe do pequeno “girassol” de um ano e dois meses, assistente social, que desenvolve além de sua jornada em casa, atividades remuneradas em três espaços sócio-ocupacionais, além do trabalho voluntário em uma outra instituição. E de Rosa, 61 anos, mulher branca de 61 anos que encontrou no serviço social aos 45 anos a sua realização profissional depois de garantir sua estabilidade financeira na carreira de contabilista.

## 2 DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL À TRAJETÓRIA DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG

O movimento da sociedade capitalista traz a reboque a alienação (ÁVILA, 2015, p. 2).

Para propormos uma discussão sobre uma práxis do serviço social brasileiro e seus aspectos que o colocam inscrito na divisão social do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), como uma profissão coletiva e especializada é necessário que sejam considerados os processos históricos que forjaram o serviço social brasileiro, com todas as suas especificidades. Esse processo histórico, e toda conjuntura, que instituiu o referencial teórico do serviço social dão as bases para auxiliar na discussão dos resultados e possíveis análises durante a execução desta pesquisa. Isto posto, partimos.

O serviço social surge no Brasil, ainda na segunda metade do século XIX e início do século seguinte, muito vinculado às damas de caridade e ligado ao serviço da igreja católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Esse caráter religioso é percebido ainda em muitas das instituições do “terceiro setor” de Varginha. Visto que em uma análise preliminar, das 21 instituições que possuem inscrições no CMAS 7 delas são ligadas a alguma igreja, e trazem no próprio nome essa relação explícita com o setor religioso. A participante Rosa nos traz sua relação com uma instituição ligada à igreja, que permeou grande parte da sua história, que na verdade a apresentou ao serviço social.

Eu sempre fui voluntária na igreja, e na igreja trabalhando na paróquia eu tive a inspiração de fazer esse curso de Serviço Social. [...] eu acabei envolvendo com o social dentro da igreja, então eu coordenei pastoral da criança. E estive envolvida com a pastoral do idoso, com todas as pastorais sociais. Eram sete e eu envolvi com todas entre dois mil e dois até dois mil e doze mais ou menos. Eu estava envolvida demais na igreja. Foi quando eu fiz o curso. Quando eu escolhi cursar o serviço social, foi assim, foi devido à questão social dentro da paróquia mesmo, que me levou a seguir este caminho (ROSA).

Rosa, apresenta como conheceu esse lado social através da igreja, o que a permitiu buscar uma nova formação. Em seguida, reconhece que a instituição de caridade ligada à igreja não lhe traria condições básicas de trabalho e de remuneração por seu caráter voluntário, quando no trecho de sua fala a seguir faz a justificativa do porquê ela imaginava trabalhar na igreja após o término de sua graduação.

Na época que eu estudei a expectativa era ficar na igreja e atuar [...] como

assistente social, porque já era a minha segunda profissão. Então eu [...] quando fui fazer o serviço social, financeiramente eu já estava equilibrada (ROSA).

Complementando, em outro trecho do diálogo, ela aponta com críticas o assistencialismo que presenciava: “Cesta básica [...], na igreja eu fui [...] eu presenciei isso. Todos que cadastravam lá recebia de mão beijada a cesta básica” (ROSA).

Iamamoto e Carvalho (2012, p. 140) apontavam que as Igrejas, em especial a Católica no início do século XX agiam:

reagrupando suas forças, visando à reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa - verdadeiro partido da Igreja - visando ao controle e enquadramento da população.

No município de Varginha/MG, segundo dados levantados junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), há um montante considerável de instituições religiosas na prestação de serviços estatais sob forte influência de valores ligados à religião. Com isso, evidenciamos uma manutenção ou mesmo a retomada do projeto pautado na moral cristã fundamentada pela doutrina social da igreja<sup>15</sup> do início do século passado, como apontado por Iamamoto e Carvalho (2007). No momento atual esse projeto apresenta uma nova roupagem e atua com base em novas estratégias, como a contratação de assistentes sociais para trazer certa legitimidade de valores democráticos, mas que ainda carecem de críticas como abordado por Rosa.

As ações desse projeto conservador cristão buscavam uma harmonia entre as classes pauperizadas e a sociedade burguesa, uma mediação onde se mantém toda a estrutura e é trabalhado apenas a ideologia, que por sua vez tem as bases nos postulados neotomistas:

O pensamento neotomista reconhece que o homem é um ser dotado de razão, o que lhe permite refletir sobre seus atos e superar suas limitações. Assim, deverá o homem dominar seus instintos e paixões para viver em sociedade com os outros homens, colaborando para a construção do bem comum; caso contrário, deverá este homem se submeter a um tratamento capaz de devolvê-lo a serenidade e a tendência de progresso e perfectibilidade. A reforma moral, portanto, comportamental, faz parte desse processo de adequação e ajustamento do homem à sua verdadeira naturalidade e destino (ORTIZ, 2007, p. 133).

---

<sup>15</sup> Os primeiros assistentes sociais idealizavam a construção de um projeto social, através do reaprendizado de valores morais e da obediência a princípios cristãos, mas argumentavam que esse projeto só se viabilizaria se fossem asseguradas as mínimas condições de bem-estar social (GUEDES, 2003).

Já em relação ao enquadramento da população por essa vertente cristã, que em sua maior parte integrou ações sociais advindas da igreja católica, embora com participação de outras religiões, podemos perceber esse fenômeno no relato de Rosa, em sua entrevista, quando ela conta sobre sua experiência em uma das ONGs que já trabalhou:

O “terceiro setor” é muito carente do profissional de Serviço social, e **às vezes tem pessoas que querem praticar o bem, quer praticar o bem que eu falo, quer o desenvolvimento, acolher a família, fazer, dar assistência para as famílias, mas sempre com cinchho muito religioso.** Eu fui assistente social de outra ONG aqui em Varginha. Eu trabalhava de manhã lá e à tarde aqui e eram realidades completamente diferentes. **A realidade era diferente porque o presidente lá é muito religioso na época. Muito, muito, muito.** Então, por exemplo, todo dia lá servia café e sopão. Você conhece lá? Acho que lá está sem assistente social no momento. Acho que a menina saiu é a que entrou no meu lugar. Eu percebia a diferença, porque aquele tanto de pessoas em situação de vulnerabilidade ao ponto de que já perdeu o vínculo com a família e indo lá tomar um café, pegar o sopão, o assistente social, eu quando eu entrei no lugar da outra assistente social eu buscava entrevista com todos e encaminhar pro CAPS pra passar no psiquiatra e eu coloquei a questão da contrapartida. Qual que era a contrapartida? Apresentar comprovante de que estavam fazendo um tratamento para receber os benefícios da ONG. **Eu não consegui colocar isso. Eles acham que o importante é dar isso, e o serviço está feito** (ROSA, grifo nosso).

No último trecho, destacado em negrito, demonstra-se o quão efetiva é a racionalidade que permeia estas instituições, onde Rosa diz que não conseguiu implementar, através da sua ação prática, os valores que fundamentam o projeto ético-político do serviço social naquela instituição. Assim, a profissional se encontra em um ambiente de contradições, que inviabiliza sua práxis e a superação da realidade de riscos e vulnerabilidades dos usuários dessa instituição. Isso, aliado aos tipos de contratos ofertados nestas organizações, gera uma flexibilidade e rotatividade de profissionais realçado pela narradora no momento em que ela traz para o diálogo a ausência de profissional naquele espaço, o que também é percebido quando tentamos contato para apresentação da pesquisa e fomos informados de que um processo de contratação estava em curso, sendo este processo de contratação evidenciado em três outras organizações.

Posterior a essa influência franco belga no serviço social brasileiro, permeada e norteadada pelo cristianismo europeu, surge por meio dos primeiros cursos de serviço social uma vertente aprimorada, que se afasta do viés católico, assimilando novas técnicas, porém mantendo uma base ainda conservadora. Essa influência norte-americana é muito associada às novas expressões da questão social, que tem sua

gênese com a exploração e expropriação da força de trabalho na recém industrialização brasileira.

Nesse sentido, conforme Iamamoto e Carvalho (2012), o Estado assume um papel de canalizador dos diversos interesses da classe trabalhadora em prol de uma política de expansão do capital. Esse papel estatal é efetivado inicialmente em dois períodos com características distintas mas com o objetivo comum de controle da massa trabalhadora com fins de garantir a produção máxima com custos mínimos: dentro do período desenvolvimentista, nas décadas de 1940 a 1960, o instrumento estatal era o arcabouço de direitos sindicais que mesmo garantindo estabilidade era controlado de forma que o objetivo central do capital fosse alcançado (HIRATA, 2011), mantendo e garantindo as condições de reprodução do capital. Posteriormente, mesmo após o período conhecido como “movimento de reconceituação do serviço social que redirecionou o processo de renovação do serviço social brasileiro” (PAULO NETTO, 2011, p. 151). O Estado, por meio da implantação do chamado “Estado Mínimo” e flexibilização de direitos com foco numa política neoliberal de terceirização em massa, precariza ainda mais as condições de trabalho e da oferta de direitos sociais. Essa última análise traz os elementos fundamentais para a inserção do projeto que se traduz como cooptação do “terceiro setor” para fomento do social pelo Estado, o que Bresser Pereira (2009) chama de “reforma do Estado”, mas que, na realidade amplia e promove a entrada do Estado mínimo no Brasil, previsto pelas políticas neoliberais de caráter mundial.

Concomitante a essas transformações estatais e sociais, o serviço social no Brasil trilha mudanças vinculadas e vinculantes ao processo de formação e transformação política, cultural e econômica do País, assimilando seus avanços e retrocessos. A categoria profissional, assim como a sociedade brasileira é caracterizada por uma heterogeneidade, uma pluralidade de sujeitos e conceitos. Paulo Netto (1999, p. 5) explica:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc.

Isso é fundamental para entendermos que o processo que o serviço social passou até os dias atuais não é linear. Mesmo tendo percorrido um duro e longo

caminho de crítica e superação, atualmente é possível notar um avanço do conservadorismo no interior da classe dos/as assistentes sociais.

Assim, o movimento de reconceituação que traz como essência uma ruptura com paradigmas conservadores, que orientavam a profissão através de um processo de crítica (PAULO NETTO, 2011), traz em seu bojo o objetivo de romper com a atuação fundada nos preceitos religiosos e valores morais. São pressupostos pautados na caridade, no amor ao próximo, na benemerência, ou mesmo no sentido de adequar os sujeitos “desajustados” para uma vida em sociedade de forma produtiva (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Paulo Netto (2011) destaca que no período de superação do conservadorismo no interior da categoria, o serviço social passa a ser influenciado pelo marxismo e pela teoria crítica, que questionam a ordem social capitalista e propõem uma práxis transformadora e emancipatória.

O próprio movimento de reconceituação tem no seu interior influências conservadoras e modernizadoras que numa espiral dialética se expressa em diferentes correntes teóricas, como a modernizadora em uma tentativa de superar os valores neotomistas que fundamentavam a atuação profissional (GUEDES, 2003), em um momento de laicização da profissão. A reatualização do conservadorismo em que mesmo na busca por novas bases teóricas ainda se mantém a venerabilidade pela vertente conservadora que estabeleceu o serviço social brasileiro até então; a intenção de ruptura que busca, principalmente na academia e no marxismo, uma base crítica para dar conta das expressões da questão social (PAULO NETTO, 2011). Dessa forma o cotidiano do/a assistente social é formado pela apresentação dessas correntes teóricas, sejam no trabalho através de valores institucionais, dos usuários com suas opções políticas que permeiam suas decisões e escolhas que o levam até aquele momento de atendimento, ou da sua sociabilidade com o mundo.

Por fim, é com a busca da implementação do projeto ético político do serviço social, conquistado e implantado a partir da década de 1980 em uma luta cotidiana e paulatina no Brasil, que as entrevistadas pautam suas escolhas e direcionam seu trabalho no interior das instituições do “terceiro setor”. Assim, o serviço social consolida um projeto ético-político que expressa os valores e os compromissos da profissão com a classe trabalhadora, objetivando a construção de uma sociedade livre, mais justa e democrática. O Serviço Social passa a entender a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades sociais geradas pelo modo de

produção capitalista e atua sob as bases que sustentam tais expressões.

Ao final da década de 1980 o serviço social e a luta da categoria para imprimir na prática uma teoria crítica e buscar uma práxis social ganha mais força com as mudanças no período de abertura política nacional. Uma dessas contribuições são os direitos previstos pela nova Constituição Federal, que por sua vez, também define o papel do Estado e da sociedade nessa relação. Esse projeto ético-político passa a se materializar nos códigos de ética profissional, nas leis de regulamentação da profissão, nas diretrizes curriculares para a formação profissional e nas entidades representativas da categoria, todas conquistas da década de 1990, mesmo período que tardiamente o Brasil avança com o desmonte do Estado na busca da implantação do projeto neoliberal.

Nesse processo de interpretação da luta ideológica que permeia o fim dos anos 1980 e a década de 1990 no Brasil, anos de avanços e retrocessos na luta social por direitos, o arcabouço teórico desenvolvido por Gramsci colabora de maneira incomensurável com conceitos marxistas para interpretarmos os novos movimentos de transformação do capitalismo, em especial o conceito de hegemonia. “Gramsci ampliou o conceito de hegemonia ao utilizá-lo para explicar os modos de dominação pela burguesia e para estabelecer uma base teórica adequada para a contra estratégia proletária no contexto das formas políticas do capitalismo presente” (RAMOS; ZAHRAN, 2006, p. 143). Na concepção gramsciana de Ramos e Zahran (2006, p. 138), hegemonia se refere “a um conjunto de princípios gerais, ideias, valores ou instituições, compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos, mas que, ao mesmo tempo, são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro”. Nos fornece assim, um conceito para interpretarmos os movimentos do Estado na implantação do aparato neoliberal e sua ampliação nos anos que seguem.

## 2.1 DA ASCENDA SÃO “NOVO SERVIÇO SOCIAL” À ASSUNÇÃO DO NEOLIBERALISMO

O espaço de trabalho se dá no movimento da história e, por isso, as demandas que se apresentam ao/a assistente social também são diversificadas, e tão complexas quanto a correlação de forças que estão em jogo no

momento histórico. (SANTOS; MISAKA, 2019, p .95).

Para prosseguirmos na discussão teórica e pavimentar os caminhos da análise proposta pela pesquisa é fundamental entendermos esse período dicotômico da década de 1990 de muitos avanços e inúmeros retrocessos. Assim, este subtítulo que carrega termos aparentemente de cunho religioso, pode vislumbrar a primeiro momento uma intenção de trazer a reboque toda a tradição católica que permeava o agir profissional nas primeiras décadas do século passado no Brasil, e que deixou alguns de seus resquícios na contemporaneidade da profissão. Dessa forma, para que não haja confusões, cabe-nos esclarecer que não passa de um trocadilho, que possui duas intenções essenciais, claras e simbióticas: as quais, partindo dos conceitos teológicos de ascensão e assunção, que se referem a formas de “subir ao céu”, onde respectivamente sobe-se por conta própria e se é elevado pela graça de “Deus”. Desse modo, busca-se através desses conceitos fazer um paralelo com a força de mobilização da categoria profissional, que através de seus esforços coletivos, nos espaços de deliberação, encontros, fóruns, conferências simpósios etc., elevou-se (acendeu-se) como uma profissão de caráter crítico e transformador, e que concomitantemente é elevada (assunta), pela “graça” do governo brasileiro, a uma política de desregulação de direitos e desmonte do Estado, o neoliberalismo.

Essa mobilização da categoria profissional é destacada pelas entrevistadas quando relatam:

Na época da faculdade a gente participava de tudo, assim, a gente foi em muitos congressos, a gente chegou a ir pra São Paulo, pro congresso lá da Cortês, a gente foi pra Ouro Preto, a gente nossa! a gente andou viu? Fomos a um monte de lugar, vimos muitas palestras, muita formação. A gente foi pra Belo Horizonte, pra PUC fazer umas palestras lá também, que foram excelentes! Tudo que tinha a gente dava um jeito de participar. Aqui na época da faculdade a Dirce Koga veio fazer uma palestra, acho que ela faleceu recentemente (MARGARIDA).

então participei de todas as conferências regionais, municipais, estaduais, eu só não consegui ir à federal. Fui convocada, mas na época eu sofri um acidente, não consegui ir pra Brasília (ROSA).

Todavia, Rosa aponta que “a participação das famílias no processo de participação e controle social é complexa. Eu creio que para isso, precisa de mais formadores de opinião”. Esse esvaziamento da população nesses espaços de controle e participação aponta para um sintoma de toda sociedade neoliberal, a individualidade em detrimento da coletividade. Esta é fomentada pelo Estado seja por meio da

desregulamentação estatal para desarticular o coletivo, e através de narrativas que perpassam não só os discursos oficiais, mas também do sistema cultural e social ganhando nos meios de comunicação e na internet um fortíssimo aliado (TRINDADE; SOUZA, 2020).

Assim, para prosseguirmos, a primeiro instante, trataremos do serviço social em um nível para além de sua materialização, de seu desenlace, ou seja, na sua concepção ético-política. Desta forma, os fundamentos do novo serviço social, da profissão após o último movimento do processo de reconceituação do serviço social, nomeado por Paulo Netto (2011) como intenção de ruptura são fixados em uma perspectiva teórica metodológica marxista.

Como o serviço social é uma profissão e não uma ciência, não possui uma teoria própria ou produz um conhecimento de um campo específico e peculiar do saber (IAMAMOTO, 2007). Todavia, ele passa a se apropriar do marxismo enquanto uma “corrente filosófica sob cuja égide o serviço social assumiu seu compromisso de intervenção em favor da classe trabalhadora por meio das lutas de classes, e responsável pelo embasamento do seu projeto ético-político” (OLIVEIRA, 2013, p. 14). Essa nova perspectiva do serviço social é posta com o Congresso da Virada<sup>16</sup> em 1979, se estabelecendo como o marco da intenção de ruptura, onde se estabelece as bases do novo serviço social, o serviço social crítico.

Tal perspectiva passou a suprir algumas lacunas conceituais deixadas pela base teórica fenomenológica, que até meados da década de 1970 subsidiava a prática cotidiana do assistente social e que não eram suficientes para sustentar respostas transformadoras às expressões da questão social. Ações que eram pautadas nas transformações do fenômeno e não da essência.

A partir da década de 1980, o serviço social que passava por um processo de reformulação e ruptura com o conservadorismo, foi chamado a construir um novo projeto de sociedade e de classe, contando com um arcabouço legal, como apresentado no primeiro código de ética, que trazia o foco para a organização política profissional. Posto isso, o projeto ético político do serviço social começa a tomar forma e sua corporificação se torna parte integrante nos estatutos legais, nas normativas do

---

<sup>16</sup> Congresso da Virada aconteceu em 1979, onde assistentes sociais se mobilizaram em protestos e lutas, que resultou no fim do legado católico conservador e confirmou a aderência do Serviço Social à corrente filosófica marxista, vigente até hoje (OLIVEIRA, 2013).

conjunto CFESS/CRESS e na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão e institui o Código de Ética profissional. As normas éticas contidas nesses documentos são valores que ultrapassam as barreiras da formação dos e das assistentes sociais e de suas práticas, são princípios que alicerçam a sociedade democrática, ou no caso brasileiro o projeto de uma real sociedade democrática, livre e igualitária que atribui aos homens e mulheres trabalhadoras o seu real valor na construção dessa mesma sociedade.

A Lei Federal Nº 8.662, de 1993, instituiu não só código de conduta profissional, mas um projeto de classe que tem como fim conduzir por meio das ações desses/as trabalhadores/as através de uma construção coletiva do planejamento social, uma alternativa de transformação e superação da realidade cotidiana imposta hegemonicamente, realidade de exclusão e exploração da população mais vulnerabilizada. Enfim, um conjunto de deliberações que tem como fundamentos e estruturas os princípios norteadores<sup>17</sup> da resolução CFESS Nº 273, de 1993 (BARROCO; TERRA, 2012).

Quando nos referimos ao projeto ético político da profissão estamos também referenciando o processo de luta que culminou com a materialização desse arcabouço. Desta forma, não é coincidência que foi no limiar do período em que o Brasil passava por uma autocracia imposta pelo regime ditatorial cívico militar que as faculdades de serviço social, segundo Paulo Netto (2011) iniciaram questionamentos dos métodos que não contribuíam para a transformação da gênese da questão social. O projeto

---

<sup>17</sup> São os princípios fundamentais do serviço social brasileiro: I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

ético-político foi moldado no cerne da luta da categoria profissional contra o totalitarismo, tem suas bases inscritas no reconhecimento da liberdade enquanto valor tico central. Na liberdade de participação em todo processo de planejamento e escolhas em todos os aspectos da vida.

No cotidiano do serviço social, inserido nos seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais, a participação do usuário no planejamento das ações é fundamental para o êxito das intervenções, contudo, ressaltamos que “a participação não se dá ao acaso, não é alheia ao tipo de sociedade” (LIMA, 1979, p. 36). Observando a influência que a sociedade capitalista exerce sobre o modo de vida das pessoas e suas instituições, a reprodução social também não se dá ao acaso, da mesma forma um serviço social sem um embasamento crítico segue a mesma linha hegemônica que perpassa a reprodução da sociedade. Afinal, não há como termos um resultado de mobilização crítica em uma sociedade que trata das questões sociais fundamentais de modo alienante.

Dito isso, para entendermos a linha hegemônica que atravessa a sociedade brasileira contemporânea, onde se funda a atuação desses e dessas profissionais, cabe buscar compreender as especificidades políticas e econômicas do país. Nos auxilia o conceito de neoliberalismo talhado por Dartot e Laval (2016, p. 17), para os quais “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. É justamente nessa lógica da concorrência, que o Estado direciona seus esforços para o desenvolvimento econômico deixando o social a cargo de setores que tem por natureza a não concorrência mercadológica o “terceiro setor”.

Assim, é na esteira do movimento latino-americano de contrarreformas iniciada nos anos de 1980, que na década seguinte, tardiamente, no Brasil, também se iniciam as contrarreformas orientadas pelas políticas neoliberais, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, visando a reconfiguração das políticas sociais e o estabelecimento da retomada do crescimento econômico do país. O encontro internacional conhecido como Consenso de Washington estabeleceu 10 regras para nortear as ações de contrarreforma do Estado:

1-Disciplinã fiscal – o Estado deve limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2-Redução dos gastos públicos; 3-Reforma fiscal e tributária, na qual o governo deveria reformular seus sistemas de

arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos; 4-Abertura comercial e econômica dos países, a fim de reduzir o protecionismo e proporcionar um maior investimento estrangeiro; 5-Taxa de câmbio de mercado competitivo; 6-Liberalização do comércio exterior; 7-Investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições; 8-Privatização, com a venda das estatais; 9-Desregulamentação, com o afrouxamento das leis de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10-Direito à propriedade intelectual (SILVA, 2015, p.1).

Regras estas, que governos de diferentes países colocaram em prática desde os anos da década de 1970, quando fora implementada o neoliberalismo no Chile por Pinochet em 1973. Imprimiu-se em cada país, que depois de receberem essas práticas, um ritmo de mudanças de acordo com a conjuntura do momento, tomando formas específicas e subjetivas em cada cenário nacional. As digitais únicas da estrutura e superestrutura neoliberal brasileira também trouxeram consequências particulares. Tardamente implementadas pelo Brasil, apenas no início dos anos de 1990, estas regras são sobrepostas às recém conquistas de direitos pela população. As políticas públicas que ganharam status de direitos de todos e dever do Estado com a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1989, passam a ser negligenciadas pelo próprio Estado em função do pacto neoliberal.

Com esta contrarreforma neoliberal, que de acordo com Souza Filho (2011, p. 172) fundamenta-se na lógica “[...] proposta pelo consenso de Washington, pautado na estabilização monetária, abertura comercial e privatização, e nos preceitos de um “social-liberalismo” que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social”, abrem-se brechas e lacunas, que por meio de narrativas que envolvem conceitos como a liberdade, a autonomia e emancipação, efetiva-se a responsabilização dos sujeitos sobre as suas mazelas e seu futuro.

Tais narrativas não levam em consideração a desigualdade que se manifesta de maneira específica em cada região do país, seja pela má distribuição de renda, onde apenas pequena parcela da população tem acesso a grande riqueza produzida (PIKETTY, 2014) ou mesmo as questões ligadas às desigualdades regionais (CANO, 2011) e culturais que um país de tamanho continental com influências múltiplas e heterogêneas dos povos que o formam e estruturam. Conforme Aldaíza Sposati (2006, p. 138):

A desigualdade socioeconômica se expressa concretamente nos territórios, [...] o território não é só a geografia da beira do córrego, da beira do rio, ou do morro que desliza. Mais do que isso é a topografia gerada pelas ações do Estado, do mercado e da sociedade. Topografia das relações culturais,

sociais, econômicas e políticas de ocupação dos lugares, de distribuição de serviços, de acessos, de viabilidade de viver o cotidiano face ao modo de inserção de cada um no processo produtivo.

Desta forma, a ação das instituições e mesmo a correlação de poder no interior destas, que as configuram como um espaço de luta da categoria profissional (PAULO NETTO, 2011), determina a incidência de mudanças na geografia local onde se alcançam as ações institucionais. No sentido mais restrito, a atuação de uma ONG local que tem por natureza a oferta de um bem social, tem sua legitimidade reduzida ao ser ofertado a poucas pessoas, em um pequeno território. Assim, contrário ao princípio da universalidade, atua em uma lógica de que aquela expressão de vulnerabilidade fosse também restrita a certos grupos.

De fato, durante a pesquisa, Rosa relata algumas dessas características limitadoras desse tipo de oferta de serviço:

Por questão do Jardim<sup>18</sup> ser um pouco afastado não temos muita demanda. E aí, onde tem muita demanda não vem pra cá, vai muito lá para outras instituições nos bairros mais carentes, que têm uma ONG ligada a instituições religiosas, lá tem uma demanda imensa. E enquanto aqui no Jardim, muitas vezes até sobra vaga. É mais pela questão da distância e a gente não tem como trazer as crianças de outros bairros (ROSA).

## 2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO NO BRASIL “DEMOCRÁTICO”

Pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera acomodação de conflitos requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas de maneira que elas não possibilitem somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza[...], mas, sobretudo, permitir que a política social se torne um instrumento de transformação social (PAIVA, 2006, p. 67).

A instituição das políticas neoliberais pelo Estado brasileiro no final da década de 1980, que prosseguiu até o início dos anos 2000 se destacou na administração pública nacional, pois foi durante esse período, que o Estado brasileiro por meio de

---

<sup>18</sup> Instituição onde a participante da pesquisa Rosa atua como Assistente Social.

ações dos governos eleitos naquela ocasião, implantaram na administração estatal o movimento conhecido como contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro. O país vinha de “uma crise financeira e um grande endividamento em meio a uma epopeica recessão econômica mundial, que assolava o país nos anos de 1980” (PAULA, 2020, p. 111). Houve um entusiasmo com a chegada do capital estrangeiro, promovendo várias desregulações na economia, nas políticas sociais, nas legislações de proteção ao trabalhador e do trabalho.

Assim sendo, com a grande movimentação econômica devido às medidas tomadas pelos governos, que juntamente com a estabilização e a valorização da moeda nacional foram suficientes para que fossem tomadas decisões sobre a diminuição do Estado por meio das inúmeras privatizações<sup>19</sup>, a fim de aumentar sua flexibilidade de investimento no campo econômico. A saída encontrada para a diminuição do Estado foi o aumento da responsabilização da sociedade civil no gerenciamento da questão social. Criou-se um forte argumento para que essa solução não fosse incisivamente questionada, mas defendida por segmentos sociais de destaque, como os meios de comunicação. A título de exemplificação, temos a campanha “amigos da escola”, que promovia na sociedade o sentimento de responsabilidade social e de cuidado com o próximo. Em relação a essa campanha, Groppo (2014, p. 1101) argumenta que “lá, a Rede Globo de Televisão teria advogado o voluntariado como redenção da escola pública, em prática abnegada, apolítica e caridosa em prol de uma instituição falida”, desnudando uma prática hegemônica de aparelhamento os meios de comunicação em prol da ampliação do setor.

No contexto de retração do Estado na questão social é indiscutível que tal processo tem efeitos diretos no binômio “política pública x direitos fundamentais”. Para entendermos a relação apresentada recorreremos à concepção de Souza (2008), que define as políticas públicas como desdobramentos das atividades do Estado. Assim, tem-se o próprio Estado como produtor por excelência de políticas públicas, mas com a contrarreforma, que tem como princípio a diminuição do Estado na área social, ele

---

<sup>19</sup> Chegando a 119 empresas dos ramos de telecomunicações, energia, mineração, entre outros, foram passadas para iniciativa privada, o que gerou uma receita de mais de 70 bilhões de dólares para a União (DRUCK e BORGES, 2006). Embora esse valor com a venda possa impressionar à primeira vista, precisamos considerar que o desfazer dos bens do Estado constitui um prejuízo social a médio e longo prazo, quando o cidadão passa a ser obrigado a pagar ou pagar mais pelos serviços prestados.

passa a não ser o único a pautar as políticas públicas no país. Já Carvalho (2019, p. 790) conclui que os direitos fundamentais “apresentam-se como fundamento das políticas públicas de desenvolvimento e interessa-se pela visão que enquadra os direitos sociais como marco de ação das políticas públicas”. Desta forma, qualquer mudança na formatação das políticas públicas pode interferir na oferta e garantia de direitos, pois o que era exclusividade do Estado passa a ser terceirizado.

A justificativa hegemônica utilizada para a diminuição do Estado, propulsionando as privatizações, é especificamente em relação ao peso que um Estado grande tem que carregar para dar conta de todas suas responsabilidades, principalmente para o fomento do desenvolvimento econômico. Dessa forma, em um desencadeamento lógico, um Estado mais leve poderia focar mais no crescimento econômico, em busca da superação da crise que rondava o início da década de 1990.

Contudo, Montaña (2010) traz outra perspectiva para interpretar essa fuga do Estado frente às responsabilidades sociais. Por meio de uma crítica, o autor desvenda um olhar analítico sobre o distanciamento Estatal na atuação direta com as expressões da questão social:

o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na questão social e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar essa função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico (MONTAÑO, 2010, p. 23).

A implementação das políticas neoliberais pelo Estado brasileiro é influenciada por inúmeros aspectos, sendo os mais avultados os de ordem econômica interna, que podem estar relacionados a políticas eleitoreiras; e os de ordem externa, principalmente os alusivos às crises do capital. Assim, segue um aprofundamento teórico dividido por períodos temporais que intersecciona com contextos econômicos e sociais próprios de cada tempo. Assim apontamos para cuidados epistemológicos, para que quando necessário evitemos aproximações generalizadas, que podem atuar como desarticulador crítico no debate acerca das políticas neoliberais.

Ao pensar a política de assistência social no município de Varginha em números, temos o quantitativo de nove instituições governamentais de atendimento à população usuária da política de assistência social, em contraposição das vinte e uma não governamentais com inscrição no CMAS. Os equipamentos públicos estão divididos em cinco CRAS, um CREAS, um Abrigo Municipal, um Centro de

Convivência para Pessoa Idosa e um Centro POP. Com a colaboração de inúmeras ONGs, destas vinte e uma entidades estão inscritas no CMAS. Existe assim, na cidade de Varginha/MG como na maioria dos municípios brasileiros uma miscelânea de instituições públicas e privadas na execução da política pública de assistência social, com grande destaque para as instituições do “terceiro setor”.

### 2.3 A DICOTOMIA SERVIÇO SOCIAL *VERSUS* “TERCEIRO SETOR”

Se entendermos a emergência do Serviço Social como produto histórico, quando o Estado toma para si a resposta das sequelas da “questão social” e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura, descontinuidade (CARLOS MONTAÑO, 1999, p. 73).

Uma vez delimitado para o nosso processo de investigação: as instituições que compõem o “terceiro setor”, foi necessária uma maior especificidade destas, pois conforme Montaña (2010), sua constituição é a mais variada possível. Assim, optamos em trabalhar com as organizações que prestam serviços e atuam na política pública de assistência social. Ao analisá-las cabe fazê-la de forma concomitante com a trajetória da política da assistência social, que algumas vezes na sua constituição sócio-histórica se mistura com o trabalho e atuação de outras várias organizações sociais como: as instituições religiosas, as Santas Casas, os Leprosários, os Asilos, o que Sposati (1994, p. 78-81) nomeia de “benemerência *in hoc*, institucionalizada” que pouco diferenciou no decorrer do tempo.

As instituições de caridade e filantropia estão presentes na sociedade brasileira desde 1543 com a fundação da Santa Casa de Santos (TACHIZAWA, 2002). Sua história se confunde com a história do Brasil depois da chegada dos europeus, todavia a preocupação do Estado em relação à política de assistência aos mais necessitados tem seu marco em 1938, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Este percurso histórico de filantropização das questões sociais pelo Estado Brasileiro, mesmo com a reformulação do Conselho, que pós CF/89 passa a entender a assistência como um direito e não apenas um serviço aos necessitados, passando

por mudanças inclusive de nomenclatura em 1993. O agora, Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme Mestriner (2011) pouco mudou com o passar dos anos e a mudança na estrutura do conselho não superou o vínculo entre assistência social e filantropia, mantendo-as como faces da mesma moeda, desresponsabilizando o Estado no dever com as políticas públicas.

Desta maneira, no Brasil a política de Assistência Social com a definição de direito do povo e dever do Estado tem seu marco legal apenas com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Porém, sua regulamentação foi bem mais tardia, vindo a ocorrer apenas na década de 1990 e início dos anos 2000. Firmou-se por meio de inúmeros dispositivos legais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as Normas Orientadoras Básicas (NOB), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as leis do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criaram-se um rol de legislações que visaram garantir à população meios de subsistência através de um complexo de equipamentos, ações, planos e programas de assistência social.

Vale ressaltar que é também no início dos anos de 1990 que o país acelera a implantação da agenda neoliberal, colocando os compromissos sociais em uma luta antagônica que ao mesmo tempo em que ganha status de direito, se vê flexibilizada e mercadorizada, cooptada pela lógica de diminuição do Estado, sob a falácia da ineficiência estatal, “como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado” (MONTAÑO, 2010, p. 23). Montañó alerta que a motivação desse projeto é fundamentalmente político-ideológico:

Retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando por um lado uma imagem de transferência de responsabilidades, e por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2010, p. 23).

A assistência social como política pública de direito é direcionada, diferentemente de outros direitos universais como a saúde e educação, para apenas os cidadãos que dela necessitarem. Assim, temos na realidade social um grupo populacional, que devido à dificuldade ou impedimento ao acesso aos seus direitos, nomeados de sujeitos em situação de vulnerabilidade, estão à mercê das influências do desenvolvimento econômico (CARMO; GUIZARDI, 2018). Tal descrição é usada para denominar a situação das populações que demandam os serviços da política de

assistência social. Desta forma, a situação de vulnerabilidade é um conceito dinâmico e multifatorial, seus determinantes são em essência a falta ou a dificuldade de acesso aos direitos fundamentais em todas suas gerações/dimensões (MEZZAROBA; STRAPAZZON, 2012).

Tem-se empiricamente definido que tal política é destinada à população pobre ou pauperizada. Esta simplista definição incorre em erros, pois quando falamos de pobreza nos delimitamos a categorias economicistas, de propriedade e de renda, não as conjugando com acesso aos direitos. Assim, se o cidadão possui renda não se leva em conta se ele teria acesso a direitos como educação, e mesmo direitos trabalhistas, podendo fazer de um trabalhador informal um não beneficiário da assistência social, regulamentando um verdadeiro Estado de barbárie.

Esse contexto do “terceiro setor” encontra-se com o serviço social, que tem como eixo fundante e estrutural o seu projeto ético-político, talhado na “luta pelo aprofundamento da democracia, [...] no reconhecimento da liberdade como valor ético central, [...] na busca da construção de uma nova ordem societária sem dominação e exploração” (BARROCO, 2012, p. 121,126,129), enfim uma profissão pautada em valores antagônicos aos valores que permeiam o “terceiro setor”, que em um passado recente passou por um processo de virada e ruptura com os valores conservadores e religiosos ainda persistentes nesse espaço.

Dessa maneira, coloca-se em discussão uma gama de subjetividades e objetividades em relação aos conceitos e até mesmo aos resultados dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito do “terceiro setor”. Logo, tomamos aqui como objeto de pesquisa, a atuação dos/as assistentes sociais em um dos diversos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem estes profissionais, quais sejam, as instituições e organizações não governamentais, (IAMAMOTO, 2009).

Analisando as organizações de assistência social, que integram o campo do “terceiro setor”, estas são em grande parte instituições que possuem nos seus pressupostos de atuação ações ligadas à filantropia, e à benemerência, que em primeira análise podem parecer suficientes para dar conta das mazelas da população mais vulnerável. Todavia, como traz a obra de Mestriner (2011, p. 13), tais valores são “expressões de altruísmo, são atitudes ocasionais”, que dependem de motivações podendo ser estas ligadas ao setor econômico ou a valores relacionados à teologia, mas raramente ações teleológicas ligadas à transformação social da realidade

cotidiana de exploração capitalista, como trabalhado por Marx.

Assim, o “terceiro setor” no contexto de expansão do capitalismo, através do avanço neoliberal, tem por função garantir condições de reprodução do capital, apaziguando as expressões da questão social e administrando a desigualdade (MONTAÑO, 2010). Tal mediação é vinculada ao objetivo neoliberal de diminuição do Estado, com a contrapartida da fomentação da participação e responsabilização da sociedade civil na condução dos problemas sociais que envolvem a população mais vulnerabilizada, os subempregados, os desempregados, e os informais.

Concernente à análise de Montaña, de que não existe casualidade da intenção neoliberal de apropriação do mercado no tripé da seguridade social. Com enfoque na política de assistência social apropriada pela sociedade civil através das ONGs, optamos por manter o termo “terceiro setor” entre aspas como diz o autor no seguinte trecho:

A opção não é fortuita; é que, efetivamente, o conceito em questão tem tanto sua origem ligada a visões segmentadoras, “setorializadoras” da realidade social (nas tradições positivistas, neopositivista, estruturalista, sistemista, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano etc.), claramente distante do nosso referencial teórico-metodológico, quanto que apresenta como procuraremos demonstrar, forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital, particularmente no que refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de respostas às sequelas da “questão social”, sendo, portanto, um conceito ideológico (como “falsa consciência”) portador da função de encobrir e desarticular o real (MONTAÑO, 2010, p. 16).

Destarte, se faz necessário pontuar o processo de formação da sociedade brasileira; colonial, escravagista, patriarcal, que teve grandes avanços na tentativa de alcançar um patamar mais igualitário e democrático apenas no último século, depois de aproximadamente 400 anos de história da presença portuguesa no Brasil. Foram muitos anos para solidificar um pensamento colonial de importação de conhecimento, de cultura e de marginalização da pobreza e suas manifestações, colocando-os à margem do Estado, fazendo com que nem as suas lutas e revoluções tivessem a gênese na questão racial e na pobreza (QUIJANO, 2005), essa influência alinha até os dias atuais a maioria das organizações sociais em torno das suas pautas.

Surge então uma questão: como o Estado é capaz de formular políticas públicas para uma camada marginalizada da população, que Ele mesmo não os reconhece? Desta forma, nos é apresentado o seguinte postulado: se a população está à margem, (fora do radar do Estado), para Ele, esta não existe e com isso

também inexistem seus problemas.

Assim, o “terceiro setor”, sendo expressão da sociedade civil organizada é, senão, a síntese do seu próprio modo de existência, moldado e edificado para dar respostas às suas mazelas. Uma sociedade civil organizada sob um viés capitalista desenvolvimentista, embrenhada pelos valores neoliberais em ascensão na América Latina, que chega tardiamente no Brasil com uma memória recente de expansão desenvolvimentista segundo Fonseca (2003), onde em nome da busca pelo aumento da produção e da produtividade e da pseudomodernização, em nome de uma estabilização, na prática com o aumento de emprego e expansão industrial. Traz como pressuposto, diante da crise econômica das décadas de 1980 e 1990, a substituição do Estado que passa a ser ausente nas questões sociais e mais presente nas questões econômicas.

Essa dinâmica de fortalecimento do “terceiro setor” é inversamente proporcional ao aumento da vulnerabilidade social, ou seja; quanto mais precarização de direitos, da ausência de políticas públicas estatais, mais forte será o “terceiro setor”. A união em torno das desigualdades emerge novas formas de enfrentamento, conforme Martinelli (2019) a resiliência pressupõe inventar um novo jeito de viver.

Para um maior entendimento das possíveis contribuições que esse setor pode ofertar, assim como seus limites e suas possibilidades de atuação, o “terceiro setor” tem que ser analisado não apenas no cenário em que se encontra ou por meio dos fenômenos em que atua. É necessária uma análise totalitária, considerando todo o processo sócio-histórico de sua formação, de sua gênese, desde o objeto que deu origem a necessidade da construção e ampliação deste setor, a sua nomenclatura e as suas relações políticas e econômicas. Assim, toda a constituição deste setor, aqui norteadas pelos pressupostos de Landim (1993), apontam uma convergência da conceituação do termo “terceiro setor” com o trabalho realizado pelo conjunto de instituições, principalmente aquelas ligadas ao pensamento religioso que prestavam serviços e atendimentos pautados na benemerência na caridade e no amor ao próximo, não configurando ações do setor econômico e nem estatal.

O setor também não pode ser analisado sob uma perspectiva teórica neutra, positivista ou fenomenológica, que não considera a totalidade e as influências que permeiam o setor no seu cotidiano. Sem um compromisso crítico com o movimento histórico de transformação, das lutas sociais que influenciam ativa e passivamente

atuação destas na sociedade, não temos um diagnóstico sobre o real movimento dessas organizações no cotidiano social. É necessário ir além, ter o compromisso de realizar uma investigação dialética. Honneth (2018) aponta que uma neutralidade levaria a exercermos as atividades relacionadas a nossa sociabilidade de maneira induzida por agentes internos, sem um posicionamento, seguimos a orientação hegemônica, que na sociedade capitalista tem sua posição bem demarcada.

Experenciemos com as falas das participantes essa dinâmica dialética que envolve a construção do sujeito em sua totalidade, que considera todas as influências do meio na constituição do ser. Margarida nos relata sobre a transformação de sua visão de mundo que perpassa toda sua historicidade ao nos relatar sua experiência em ser mãe, e como ela afetou sua prática profissional e por conseguinte a própria ação institucional é influenciada pela assistente social:

Gente, é muito..., é muito doido mesmo, porque a gente acha que sabe de alguma coisa..., a gente não sabe nada! E assim, por mais que você..., busque informação, você tem uma informação..., mas na prática a coisa é muito diferente. Então quando a Margarida de antes da maternidade achava que sabia as coisas de uma forma, hoje a Margarida ..., a Margarida mãe fala: não..., eu não sabia de nada, eu era muito leiga e eu não imaginava como seria e às vezes por força do hábito mesmo a gente tem mania de julgar e de achar que as coisas são de uma maneira que não são realmente (MARGARIDA).

Em outro ponto, ao destacar o posicionamento político em sua narrativa, Rosa afirma o seguinte:

Acho que tem que ter uma neutralidade política, tanto da instituição quanto dos profissionais [...]. Olha, falando sobre o assistente social, cada pessoa tem à sua maneira de pensar. Eu me decepcionei muito com o Partido Trabalhista. Decepcionei demais. Eu agora resolvi ficar neutra. Mas é momento. Pode ser que daqui a pouco eu volte a ter uma ideologia política. No momento eu estou neutra. Inclusive existe uma disputa né? Um lado não pode chegar na área do outro. Aqui dentro do Jardim é bem separado, para não ter um paternalismo (ROSA).

A entrevistada ao falar da neutralidade, que como vimos é condição discursiva para a ampliação hegemônica da classe dominante, traz também uma associação entre ideologia e paternalismo no interior das instituições. Para consolidar análises sobre essa associação trazida na narrativa, é fundamental entendermos o início da instituição em que Rosa trabalha:

Eu não sou envolvida com nenhum partido. Faço questão de dizer pra não confundir. Recebo convite o tempo todo, porque o Jardim quem fundou foi um professor ligado a um partido político na década de setenta e oitenta. Infelizmente ele faleceu, já idoso [...] mas tem os projetos dele engavetado lá

no congresso até hoje. Então na época do movimento ele fundou vários “jardins”: Elói Mendes, Poços de Caldas, Varginha, Três Corações..., a maioria faliu inclusive o Jardim de BH faliu também. E a maioria desses presidentes eram todos envolvidos com política, então hoje no “jardim” a diretoria é composta por pessoas neutras. Mesmo assim ainda tem algumas influências por causa do fundador ter sido político (ROSA).

É lá fora todo mundo pensa que o Jardim é do partido político hoje, e tem muitos anos que desvinculou. Mas como foi fundada por um deputado de direita..., então ficou essa ideia, né? (ROSA).

Frente a esse contexto, considerando os aspectos políticos que envolviam a instituição e o desdobramento nas suas inúmeras filiais que levaram ao fechamento em massa, Rosa ao se posicionar neutra, infere que seria esta a solução para a continuidade das atividades da instituição, mas não leva em consideração que o próprio espectro ideológico que o deputado fazia parte é o espectro que induz a neutralidade, colocando a neutralidade em um lado já definido anteriormente.

Diante dessa declaração de neutralidade pela participante da pesquisa, é necessário fazer considerações, como a de Japiassu (1975, p. 10-11) de que “o cientista jamais pode se declarar neutro, a não ser por ingenuidade, ou por uma concepção mítica do que seja ciência”. Rosa não se define como uma profissional que amplia as ações da classe dominante em suas atuações, todavia sua prática pontual relatada demonstra que está inserida no atendimento de demandas dessa ordem. Elas, acabam sendo definidas pelas relações de poder que permeiam estas instituições e colocam as profissionais nesse jogo. Isso exige delas, por vezes, que tenham que fazer determinadas concessões no cotidiano, relegando um papel secundário ao que seria a luta maior, a supressão real da desigualdade social.

Com a discussão acima, a assistente social aponta os caminhos para uma possível desvinculação política partidária e ocupação popular para fugir do paternalismo institucional que permeia o setor, quando ela aponta:

Precisa ter mais cuidado na hora de constituir a diretoria dessas instituições nas assembleias. Na legislação. Se você for..., se pegar a legislação de como compor uma diretoria de uma ONG, ela não pode ser vinculada a partido, não pode ter cargo político e então tomar cuidado porque às vezes não vai o esposo que é vice-prefeito ou que é vereador, mas vai a esposa então é nisso aí. A própria população, através do controle social pode diminuir esse tipo de relação paternalista (ROSA).

Ao propor a participação popular, Rosa demonstra uma ação de resistência à proposta hegemônica da neutralidade. Essa situação relatada é o retrato da dinâmica de correlação de forças que envolvem essas organizações e o próprio setor. O

planejamento social por parte das profissionais é fundamental para inscrever uma atuação crítica das profissionais.

Assim, no seio do trabalho dos/as assistentes sociais nos deparamos com uma corrente hegemônica que transpassa o senso comum, invade solapando as bases que fundamentam o trabalho profissional na prática. Infelizmente é comum presenciarmos alguns setores da sociedade manifestarem a ideia de que assistente social é aquela “tia boazinha” que fornece cesta básica. Ou mesmo que é aquela profissional que vai na casa pra ver se tem geladeira, televisão, que faz vistoria e sindicância. São definições que muito estão relacionadas com a gênese do serviço social, que também como vimos anteriormente é a base de formação da filantropia (MESTRINER, 2011), que por sua vez permeia todo o espaço institucional do “terceiro setor” (MONTAÑO, 2014).

Margarida nos relata como o serviço social ainda é encarado em uma das instituições em que trabalha:

Eu acho que ainda existe uma dificuldade das pessoas entenderem o trabalho profissional, assim eles ainda confundem. É claro que eu acho que já melhorou e a partir do momento que eles vão conhecendo a nossa atuação, o nosso trabalho, vão tendo uma outra percepção do serviço social, mas infelizmente ainda existe uma cultura de que assistente social é assistencialista, é quem da cesta básica, é quem pode dar chacoalhão em menino que não vai na escola, tem isso. É quem vai assim, atrás das mães que a gente vê que não traz crianças para tomar vacina e isso é algo que é muito complexo (MARGARIDA).

Assim no Canteiro<sup>20</sup> eles chamam o instrumental de visita de sindicância e tem essa prática mesmo assim bem assistencialista, mas assim é como eu falei é um sopão, é uma mistura ali e no final das contas é a vida dos outros né? Das famílias né? Acho que isso não é muito considerado né? Complicado (MARGARIDA).

É sob essa influência hegemônica, acima referenciada, que a prática cotidiana do/a assistente social é permeada, assim como a constituição de novas organizações da sociedade civil. Logo, a hegemonia é categoria fundamental na construção cotidiana da sociedade capitalista, impondo no que concerne a promoção da crítica da realidade, a necessidade de que os diversos atores sociais que integram esse cenário se pautem por um exercício de planejamento, no que tange esta pesquisa, especificamente os/as assistentes sociais.

Trazendo para as especificidades da pesquisa, é possível notar como essa

---

<sup>20</sup> Instituição onde a sujeita de pesquisa Margarida atua como Assistente Social.

influência hegemônica atua no cotidiano de nossas duas participantes. Como, no momento em que elas “escolhem” os rumos de suas profissionalizações. Elas concluíram suas formações técnicas na mesma Universidade, o UNIS, em períodos diferentes, e principalmente com expectativas diversas sobre a graduação. Enquanto Rosa se identificava com a proposta social da igreja, o que segundo ela:

Durante a graduação eu tive problema, dificuldade pra enxergar, pra ter essa visão crítica né? Porque eu sempre fui mais das exatas desde pequenininha. Desde criança eu sempre tive mais facilidade, habilidade com a matemática ou com as contas, com os juros (ROSA).

Margarida procurava uma formação voltada para história. O ponto convergente é que ambas concordam que a graduação em serviço social modifica e transforma o modo de se enxergar o mundo, nas palavras de Margarida:

Assim, eu acho que toda graduação ela nos faz refletir e eleva o pensamento em um outro nível que a gente num..., o entendimento de sociedade ele é totalmente modificado depois que a gente sai da faculdade, né?” (MARGARIDA).

Mesmo, que as entrevistadas chegam a um entendimento comum de que o serviço social proporcionou a elas uma transformação, as assistentes sociais travam diariamente lutas em espaços sócio-ocupacionais com características diversas. Conforme Paulo Netto (2011), os/as assistentes sociais compõem uma categoria que não pode ser tratada como uma massa homogênea, pois esse coletivo é constituído por várias correntes e entender a ação que os espaços de trabalho desses/as profissionais, como espaço das organizações do “terceiro setor” é fundamental para a compreensão dessas correntes.

### **3 A CONFIGURAÇÃO DO “TERCEIRO SETOR” NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG**

O “terceiro setor” insere-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto diversificado de instituições, no qual se incluem organizações não-governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001).

Nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1970, o capitalismo passa a vivenciar uma nova fase, principalmente influenciado por uma crise mundial de produção, com origens no modo ultrapassado de produção o fordismo taylorista, impulsionado pela crise energética do petróleo (HARVEY, 1992), que assim como todas as crises cíclicas do capital (ALMEIDA JUNIOR, 2016) o faz reinventar-se, passando por reestruturações das dimensões econômicas, sociais políticas, ideológicas e culturais.

Com destaque a partir dos anos 1960, concomitante ao processo de transformação do modo de produção, que mantém imaculado apenas o seu objetivo de expansão dos lucros, surgem vários movimentos organizados da sociedade civil como forma de contestação. A luta de classes, que antes era pautada apenas por aspectos voltados para a busca de melhoria do ambiente e de condições de trabalho e produção, começa a ganhar novos contornos, deixando em segundo plano a busca pela melhoria das condições de vida do trabalhador. Nesse contexto, surge uma nova organização social com objetivos e lutas diversas, os chamados novos movimentos sociais, já sob novos pilares, permeados agora pela influência de uma sociedade “pós-industrial” (TOURAINÉ, 1989), consubstanciado com a apropriação das inovações tecnológicas, colocando-os em uma realidade em que a luta pela garantia de condições mínimas de humanidade e de sobrevivência têm protagonismo no papel das instituições da sociedade nessa luta atual. Os movimentos passam a ocupar atribuições negadas pelo Estado.

O caminho dos movimentos sociais nesse cenário político e econômico das

décadas de 1980 e 1990 no Brasil foi permeado por inúmeras conquistas, mas o espectro do poder centralizador do Estado ainda pairava. Nesse sentido a narrativa dos discursos neoliberais de esvaziamento do Estado encontrou em alguns movimentos o combustível necessário para inflamar novas possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social, como diz a frase de autoria desconhecida de um suposto provérbio árabe: “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”. Assim sendo, alguns movimentos e parte da sociedade foram levados a enxergar unidirecionalmente que o Estado era a fonte dos problemas, e não o governo ditatorial totalitário, que através do aparelhamento do Estado tinha a real responsabilidade dos rumos tomados pelo país. Nesse sentido, deixando de lado todo o contexto político e econômico que levou o Estado brasileiro a essa forma, tomando uma frente única de ação, que atua na luta pela sua diminuição, esses movimentos encontram no discurso neoliberal de esvaziamento do poder estatal um possível amigo para a “destruição” do seu “inimigo”. Surge assim uma configuração de lutas institucionalizadas, seja através da materialização de novos partidos políticos e, também, de Organizações não Governamentais, estas últimas compondo um campo heterogêneo de instituições com interesses e objetivos dos mais diversos possíveis (MONTAÑO, 2010).

Em outro aspecto, do setor como um negócio segundo Joana Garcia (2004), é que nos anos de 1980 dentro de uma agenda de globalização em curso, este setor passa a ser fomentado por meio das campanhas em torno da responsabilidade social. Esta massiva campanha em torno da responsabilidade social, traz a “filantropia empresarial” (GARCIA, 2004, p. 9) para o cenário brasileiro, em um primeiro momento chega no cotidiano empresarial, mas no decorrer dos anos através de uma massiva campanha de marketing nos diversos canais de comunicação em massa chega a toda população. Segundo a autora:

O debate sobre filantropia empresarial e sua participação na ação contra a pobreza surge nesse cenário de crise do Estado de bem-estar social e da proposta, em escala mundial, de reconfiguração dos papéis do Estado, do mercado e da sociedade civil (GARCIA, 2004, p. 12).

Diante desse quadro de transição política e econômica, com suas novas formas de enfrentamento pelo Estado e pela sociedade, é que as ações do “terceiro setor” ganham mais impulso e começam seu protagonismo dentro das políticas públicas, chegando a ser em alguns municípios e em alguns segmentos a única porta de

entrada para a população, como as Instituições de Longa Permanência (ILPs), que tem na Sociedade São Vicente de Paula no município de Varginha a única a ofertar serviço de acolhimento à população idosa que não possui vínculos familiares.

Assim, podemos afirmar que a filantropia no Brasil está enraizada em nossa história trazendo em seu bojo o trabalho voluntário. Mas, inegavelmente, nos anos mais recentes esta presença, além de se diversificar em relação às tradicionais práticas solidárias, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de Proteção Social do país, confirmando o referido deslocamento de ações públicas estatais para iniciativas privadas (YASBEK 2002, p.173).

Nesse ínterim, o tema “terceiro setor” traz consigo uma gama contraditória de fundamentos, conceitos, definições e até mesmo funções, assim como uma vasta variedade de serviços, como o caso das diversas instituições que possuem inscrição no CMAS de Varginha/MG no ano de 2021 a 2022, neste sentido Gohn (2000), conceitua o “Terceiro Setor” como:

Um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégicas racionais pautadas pela lógica do mercado. [...] Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (2000, p. 60, 74).

Nessa esteira, Montaño (2002), não conceitua o “terceiro setor” como propriamente um setor em contraposição ao mercado e ao Estado, mas sim como uma nova função que veio para dar conta das respostas das refrações da questão social, como meio de substituir o Estado na garantia de direitos, com sua ação no plano local, e destituído de um aparato hierárquico burocrático, e conforme Teixeira e Fleury (2007) disposto em uma rede mais flexível e independente. Tal flexibilidade proposta por essas instituições, vem ao encontro do discurso de neoliberal de incapacidade do Estado em dar respostas rápidas e objetivas devido ao seu alto grau de burocracia. Objetiva-se com a proposta, transpassar a rigidez do Estado tanto na formulação quanto na execução de políticas públicas.

Assim como Lukács (2018, p. 40-41) escreve que “o milagre não é outra coisa senão a objetivação da admiração com relação a um fenômeno da vida; quanto mais religioso se é, tanto mais milagre se vê em toda parte”, quanto mais neoliberal se torna uma sociedade mais se enxerga possibilidades de resultados positivos em suas ações, como se o problema do Estado fosse seu aparato burocrático. Interpretar esse

movimento de apoio e até fomento das organizações não governamentais em detrimento da ação do Estado na oferta de políticas públicas, não possui uma neutralidade, ela é forjada na experiência e no cotidiano social. E, conforme Lukács trata-se de

Uma decisão que não se passa no espaço vazio de um imperativo categórico, de uma livre decisão existencialista; ademais, deve-se considerar ainda que tal ponto de referência “puramente moral”, puramente interior, para as decisões possui pressupostos ontológicos extremamente concretos. Esse é o campo mais amplo e importante das relações entre ontologia e práxis (LUKÁCS, 2018, p. 105).

Dito isso, Varginha não foge ao contexto que permeia as organizações que integram o “terceiro setor”, que segundo Silva (2010) se configura como uma proposta de desistência do Estado em manter um sistema de prestação de serviços sociais, transferindo-os às organizações não governamentais, o que implica em uma série de atendimentos, de oferta de serviços e benefícios sociais que desconstroem a dimensão universal, integral e de primazia no atendimento do serviço público. Assim, apresenta no contexto local resultados diversos, seja em relação a atuação das instituições ou mesmo no que se refere ao campo de trabalho das assistentes sociais.

Alguns retrocessos são associados ao tipo de financeirização dessas instituições, que recebem subvenções voltadas a oferta de atividades específicas, não possuindo suporte para enfrentar nenhuma fatalidade como no período da pandemia da covid 19, como destacado por Rosa:

Durante a pandemia, o Jardim passou assim, muita dificuldade não fechou as portas, e continua atendendo, mas com um número menor de criança, mesmo com as escolas fechadas, os meninos vinham para cá passar algumas horas, e a arrecadação caiu muito. A gente está aí batalhando porque muitas pessoas desligaram o telefone fixo. E infelizmente, a maioria dos doadores é idosa. Nós perdemos muitos idosos de covid em 2020 e 2021 (ROSA).

Nesse contexto, por se tratar de instituições privadas, muitas nessa situação se veem sem condições de manter a oferta de serviços que são básicos para o público atendido.

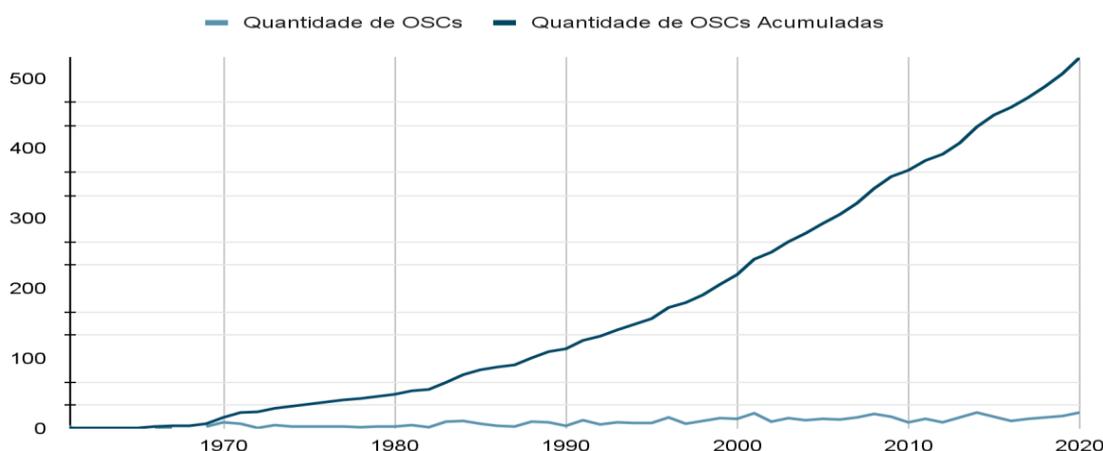
Assim, é fundamental a utilização de conceitos de autores críticos como Carlos Montañó; Maria Tereza Dias; Leilah Landim e Onguianos como Teixeira (2003) e Fernandes (1994). Pautando-nos sob um viés crítico, tomamos o cuidado de não desprezar o tamanho deste setor, seja pela movimentação econômica ou mesmo pela representatividade nas ações por elas desempenhadas na prestação de serviços à

comunidade.

O município de Varginha/MG, segundo os dados do mapa das organizações da sociedade civil do IPEA, possui um total de 530 Organizações da Sociedade Civil (OSC), que empregam mais de 3.000 (três mil) pessoas, movimentando em média dois milhões de reais em transferência de recursos federais ao ano (IPEA, 2022), em relação aos repasses, o município está muito abaixo da média nacional de transferências aos municípios, que é de aproximadamente 10,9 milhões de reais mensais, ocupando a posição 147<sup>a</sup> no ranking nacional. A primeira OSC se fixou no município em 1961 (IPEA, 2022), desde então, o setor tem registrado um aumento de entidades e instituições ano após ano, com picos de crescimento no período de 2001, 2014 e 2020, o que demonstra que o fomento deste setor pelo Estado não é uma estratégia exclusiva de um governo específico, mas uma estratégia econômica, pois perpassa por governos vinculados a partidos tanto de espectro ideológico de esquerda, como de direita, conforme conceituação de Jorge *et al.* (2020) “assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de Proteção Social do país, confirmando o referido deslocamento de ações públicas estatais para iniciativas privadas” (YASBEK 2002, p.173).

O Gráfico 1 traz a relação de crescimento quantitativo das organizações do “terceiro setor” em função dos anos no município de Varginha/MG. A curva de crescimento ganha destaque a partir dos anos 1990 com uma expansão paulatina nos anos seguintes, ilustrando os apontamentos anterior.

Gráfico 1 - Relação do crescimento anual das OSC em Varginha



Fonte: IPEA (2022).

A dimensão da representatividade do setor no município é tamanha, que Varginha no ano de 2018<sup>21</sup> ocupava a 27ª posição nacional em quantidade de organizações por município. Todavia, é importante ressaltar, conforme Dias (2003), que o “terceiro setor” se caracteriza como um conjunto de organizações de direito privado com objetivos públicos sem fins lucrativos, colocando como integrantes desse bloco um complexo de atores diversos, que se distribuem em inúmeras configurações jurídicas, econômicas e área de atuação, como a Tabela 1 e o Gráfico 2, ambos apresentados por estudos do mapa das organizações da sociedade civil (IPEA, 2022):

Tabela 1 - Relação de OSCs por natureza jurídica no município de Varginha em 2018

Natureza jurídica	Quantidade de OSCs
Associação privada	436
Fundação privada	20
Organização religiosa	74

Fonte: CNPJ/RFB/MF (2020), OSCIP/MJ, CNPJ/SRF/MF (2016), RAIS/MTE, CNPJ/SRF/MF (2018).

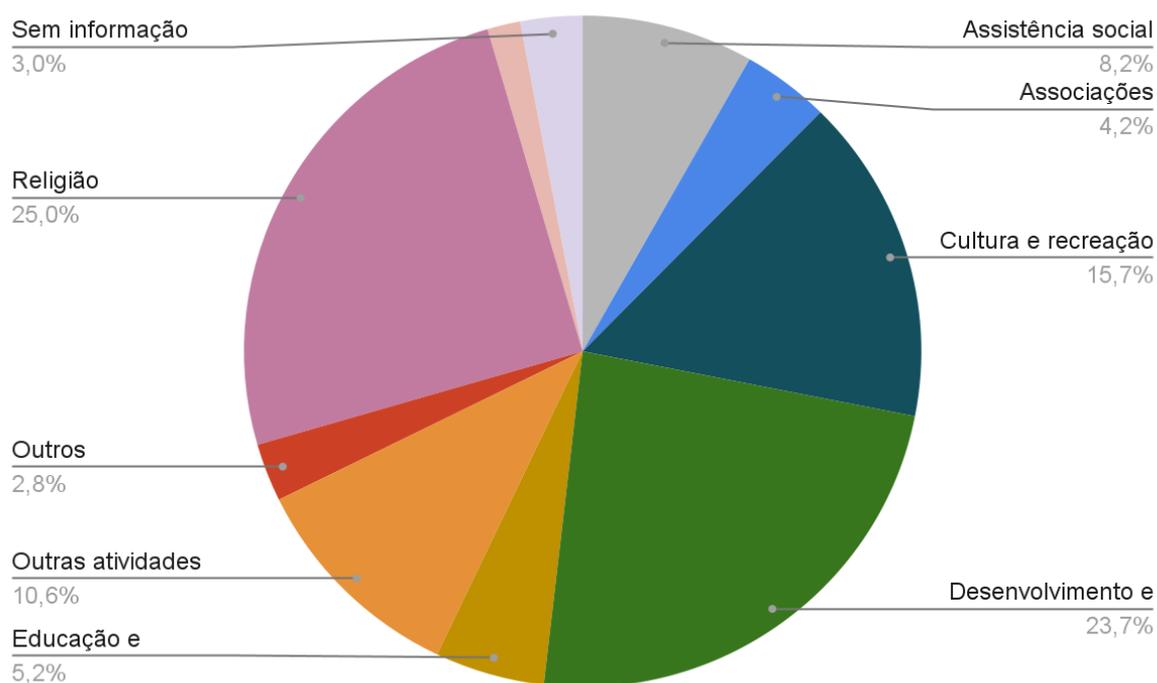
Desta forma, dentre um quantitativo de 530 organizações não governamentais, apenas 21 estão inscritas no conselho municipal de assistência social com atividades desenvolvidas em torno de políticas públicas da saúde, da assistência social e da educação ratificando o que Gohn (2000) alertava se tratar de um complexo de organizações das mais variadas possíveis. Essa associação entre ONGs e prefeituras podem se dar em razão “de sua multiplicidade e da dificuldade de manter a captação de recursos privados, associam-se às prefeituras, por intermédio de parcerias para elaboração e execução de programas sociais” (GARCIA, 2004, p. 18).

No Gráfico, a seguir, temos a estratificação do setor por áreas de atuação das instituições, que nos proporciona duas análises que são intrínsecas à pesquisa. São elas: o percentual de instituições religiosas compõe o maior segmento, mostrando que os valores do neotomismo, da caridade e do voluntarismo (MESTRINER, 2011), ainda estão presentes em massa neste setor. O outro ponto a ser analisado é que 8,2% das organizações são caracterizadas como de assistência social, o que totaliza 47

<sup>21</sup> O ano de 2018 é o último que o mapa das organizações da sociedade civil do IPEA possui dados publicados.

instituições. E, como vimos, no levantamento realizado sobre as instituições que possuem inscrição no CMAS, menos da metade dessas que se definem como de assistência social são inscritas no conselho municipal de assistência social. Um cenário mais grave é que destas 47 apenas 11 possuem assistentes sociais no seu quadro de trabalhadores.

Gráfico 2 - Distribuição de OSCs por área de atuação



Fonte: CNPJ/RFB/MF (2020), CEBAS/MDS (2017), Censo SUAS (08/2017), CNPJ/SRF/MF (2016), CNEAS/MDS (2017), CNEAS/MDS, RAIS/MTE, CNPJ/SRF/MF (2018), Censo SUAS (08/2019), CADSOL/MTE (2017), OSCIP/MJ, CADSOL/MTE, CEBAS/MS (09/2019), CNES/MS (2017).

Carvalho (1994) faz ponderações sobre essa heterogeneidade de setores de atuação dessas diversas entidades. Assim, segundo a autora, estas são organizações:

Multifacetadas, pinçando problemas e necessidades específicas ou elegendo clientela locais, nacionais ou supranacionais. Algumas são braços doutrinários da igreja; outras do empresariado; outras de partidos políticos; e outras ainda braços solidários da própria comunidade. Mas todas elas constituem, em comum, braços de um Estado inadimplente com os empobrecidos e excluídos (CARVALHO, 1994, p. 91)

Quadro 1 - Relação de instituições que possuem inscrição no CMAS do município de Varginha/MG

(Continua)

<b>Instituições</b>	<b>Atividade econômica<sup>22</sup></b>
Associação Nossa Senhora do Rosário	Religiosa
Associação Oficina do Ser	Assistência Social
Lar São Vicente de Paula	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais - FUVAE	Assistência Social
Associação de Promoção e Assistência Nossa Senhora de Guadalupe - ASPAS	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Núcleo de Capacitação para a Paz - NUCAP	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Associação de Ensino Profissionalizante - ESPRO	Assistência Social
Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - CDCA	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Associação Vida Viva	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Associação Santa Rita de Cássia - REFAZER	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Associação Levanta-te e Anda	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Instituto Ekklesia	Atividade Associativa não específica
Associação Afeto de Amparo à Gestante - AGEVA	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Conselho Metropolitano de Pouso Alegre	Desenvolvimento e Defesa de Direitos
Associação Eu Escolhi Amar	Atividade Associativa não específica
Associação Cultural Casa da Capoeira	Cultura e Arte
Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas de Varginha e Região - ABRAÇO (Sul de Minas)	Saúde

<sup>22</sup> As descrições das atividades econômicas estão de acordo com os dados do IPEA, no Mapa das organizações da sociedade civil.

Quadro 1 - Relação de instituições que possuem inscrição no CMAS do município de Varginha/MG

(Conclusão)

Instituições	Atividade econômica
Associação Anjos de Branco	Assistência Social
Organização de Assistência e Serviços Integrados ao Sujeitos com Necessidades Especiais - OASIS	Assistência Social
Associação de Renais Crônicos e Transplantados Renais de Varginha e Região - PRÓ RIM	Desenvolvimento e Defesa de Direitos

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações do Diário Oficial da prefeitura de Varginha-MG.

Dentre estas vinte e uma organizações inscritas no CMAS de Varginha, temos um conjunto de instituições que atuam na promoção dos mais variados direitos, com atividades, ações e benefícios que atendem uma diversidade de usuários, desde a promoção de arte e a cultura; acolhimento à população mais vulnerabilizada pelo uso abusivo de álcool e múltiplas drogas, tanto na prevenção quanto na promoção de atividades e políticas relacionadas ao tratamento; oferta de serviços e ações da política de educação em contra turnos; acolhimentos do tipo asilar; de promoção de direitos à famílias de apenados ou em privação de liberdade; capacitação, emprego e renda; de atendimento à pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; além de serviços e benefícios relacionados à política de saúde.

Uma considerável observação é o fato de que dentre todas as instituições listadas com inscrição no conselho municipal que trata sobre a política de assistência social no município, são 7 as que possuem alguma descrição religiosa já no nome da entidade como: São Vicente de Paula; Nossa Senhora do Rosário; Anjos; Santa Rita de Cássia; Nossa Senhora de Guadalupe; Ekklesia e Agência Adventista. Garcia (2004) traz uma relação intrínseca entre a definição de filantropia e a moralidade religiosa. Inicialmente ela a define como “amor à humanidade, altruísmo, humanitarismo” (GARCIA, 2004, p. 13). Analisa também que “embora inespecífica, nem por isso perde sua validade como um apelo agregador a quem se dispõe a fazer o bem” (GARCIA, 2004, p. 13) e continua: “no Brasil a filantropia, mesmo quando exercida em nome da ciência e das causas cívicas, frequentemente esteve associada a uma moralidade religiosa e dirigida preferencialmente a ações e obras sociais voltadas para os pobres” (GARCIA, 2004, p. 13).

Dentre as vinte e uma organizações, são onze instituições que possuem assistentes sociais com algum tipo de vínculo de trabalho. E desse montante, dez assistentes sociais são mulheres, o que ratifica a pesquisa do conjunto CFESS/CRESS, que aponta uma maioria de mulheres na profissão. Esses dados não são aleatórios, a profissão no Brasil foi pautada historicamente nos postulados do cuidado, da caridade, atividades que conforme Martins (2015), inicialmente eram atribuídas aos filantropos, homens ricos, estas com as mudanças no modo de produção que influenciou e influenciou toda a organização social, passa a ter centralidade na figura feminina, nas damas de caridade com seu apelo de cuidado maternal que passam a tomar frente e a ocupar esse espaço, inclusive institucionalmente com a tradição do primeiro damismo no Brasil de acordo com Torres (2002).

A política de assistência social no Brasil, mesmo permeada por instrumentos técnicos, sempre manteve traços do conservadorismo cristão de uma sociedade capitalista patriarcal. Essa relação é o que Baracho e Braga (2022, p. 158) chamam de “contradições que se inserem entre a ajuda e o direito”. Tais contradições ganham novos contornos ao se inserirem no contexto de instituições que também possuem sua gênese e atuação permeada por estes valores antagônicos.

Um ponto que também deve ser considerado para entendermos melhor o funcionamento e a racionalidade que envolve o “terceiro setor” é sobre o voluntariado, que aliado aos valores humanitários da caridade e benemerência (MESTRINER, 2012), coadunam para uma ação voltada às virtudes cristãs, tomadas por parte dessas instituições como condição primordial para o atendimento ao próximo, aos necessitados. Assim, Yasbek se posiciona sobre o assunto da seguinte maneira:

É facilmente observável que a dimensão, visibilidade e protagonismo assumida pelo “terceiro setor, no âmbito da solidariedade social, resulta em grande parte do trabalho voluntário, pois, sem dúvida, a filantropia e a provisão assistencial tem sido, ao longo da história, campo de valores como o altruísmo, o solidarismo e a ação voluntária. Esses valores, assim como a ação de voluntários, são seculares e estão vinculados a dinamismos confessionais, comunitários e humanitários diversos e heterogêneos (YASBEK, 2002, p. 177).

#### 4 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ONGS DE VARGINHA/MG

“Na sociedade capitalista o trabalho origina uma sociabilidade alienada, por que é exercida pelo fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucro para o capitalista” (GRANEMANN, 2009, p. 226).

Lukács (1978, p. 06) analisa que “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”. Essas escolhas são baseadas em juízo de valor, que por sua vez são engendradas na historicidade e no cotidiano dos indivíduos.

Para análises posteriores do cotidiano de trabalho das assistentes sociais inseridas no “terceiro setor”, Barroco (2010) nos dá elementos de como as mediações complexas da sociedade burguesa, direta ou indiretamente, reproduzem os interesses das classes dominantes, contribuindo para o controle social.

Como algumas dessas mediações, podemos citar a flexibilização e precarização do trabalho, que afetam não só o público que procura estas organizações, como que por sua vez, também afeta as profissionais, como na fala de Rosa: “Eu já cheguei a trabalhar 6 horas diárias e ganhar um salário-mínimo como assistente social, e ainda achava bom que estava com carteira registrada”. Ou quando Margarida fala da sua rotina de trabalho alucinante, chamada a dar resposta a demandas de quatro locais de trabalho diferentes, tendo segundo ela, que “virar a chavinha”. A isso, Granemann destaca em (2009, p. 227), que “a capacidade de produzir coisas pelo trabalho nas diferentes sociedades sempre esteve subordinada às relações sociais construídas pelos seres sociais”, que de certa forma explica a sujeição das assistentes sociais nessa rotina. ou mesmo o cotidiano alucinante de margarida:

Olha eu depois que eu fui mãe o meu cérebro ele não processa muito mais as informações. A minha vida, meu cotidiano é bem corrido, bem alucinante com esse tanto de coisa na minha casa. Moramos eu, meu esposo, né? Meu companheiro e meu bebê, eu tenho um bebê de um ano e um mês e trabalho em três locais né? Então assim é muita correria mesmo, o dia inteiro correndo (MARGARIDA).

Não obstante, Rosa durante um momento de sua vida, também se desdobrava para além das funções sociais do ambiente doméstico em três empregos, onde “Lecionar era o meu terceiro emprego. É que eu fazia tudo junto, eu ainda tinha o

escritório, aí na loja meu marido me ajudava muito e eu lecionava e eu conseguia me desdobrar e fazer três emprego” (ROSA).

Assim, esta seção propõe discutir o trabalho e os fenômenos da práxis e reificação das assistentes sociais Margarida e Rosa que atuam em instituições do “terceiro setor” do município de Varginha-MG.

#### 4.1 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

O trabalho é ao mesmo tempo, econômico e social. Econômico porque gera riqueza, social porque faz do ser social o produtor de sua própria história (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 34).

Iniciamos a discussão com a abertura do relato de Rosa em sua participação na pesquisa: “O trabalho pra mim, é algo assim: não é sacrifício, é algo prazeroso, o trabalho, me traz referência”. Rosa destaca o trabalho em sua vida como um norteador, uma atividade que a identifica enquanto ser. Em outro trecho, nostálgica e emocionada, nos revela:

Comecei a trabalhar aos quatorze anos e hoje estou com sessenta e um e não parei de trabalhar, [...] comecei em uma padaria, depois em uma indústria, [...] tive um escritório de contabilidade [...] nossa eu já trabalhei muitas coisas! e junto com o escritório cismeiquei que queria ser, ... ter uma loja, e eu tive a loja (ROSA).

Margarida também contribui com a discussão sobre sua posição relativa ao trabalho em sua vida, de maneira semelhante, mas destinos opostos, em que o cotidiano de trabalho de Rosa a levou à sua primeira formação na área contábil, quando ela se encontrava trabalhando no escritório de uma indústria têxtil, Margarida se direcionou para uma formação voltada para sua área de atuação como nos conta:

Então, eu trabalho desde os quinze anos... Desde os quinze anos que eu comecei trabalhar em loja e depois consultório médico, trabalhei muitos anos com médicos, e aí quando eu estava no último consultório que eu trabalhei eu iniciei na faculdade e consegui me formar (MARGARIDA).

Marx (2013) afirma que o trabalho é uma atividade humana necessária, um processo de produção que se inicia na interação objetual entre o homem e a natureza. Portanto, o trabalho é o resultado da intervenção do homem sobre a natureza, que ao mesmo tempo em que a transforma, por ela é transformado. Assim, Marx (2013), dotou

o trabalho de um sentido categorial, dando-lhe um significado, o existir em sociedade, ou seja; uma das formas do ser social conceber-se na e com a natureza.

No relato de Margarida sobre seu amigo e gestor da ONG Campo Fértil<sup>23</sup> na qual ela se voluntaria como assistente social, percebemos a descrição dessa transformação proporcionada pelo trabalho social que ele realiza:

Então, a gente trabalhou junto. E aí, assim, sempre acompanhei o trabalho do Copo de Leite<sup>24</sup> com a oficina dele, que é algo que ele exala, né? O Copo de Leite não tem como separar ele da oficina, é uma coisa só, né? Então eu vejo da seriedade dele, do quanto ele gosta de tudo isso. Então assim..., e o quanto ele luta pra manter lá o Campo Fértil. Ele batalha muito (MARGARIDA).

Essa transformação perpassa seu ambiente de atuação, hoje Margarida é voluntária da Campo Fértil, muito determinado pela influência do trabalho do Copo de Leite, um trabalho por demanda como relata a participante: “então sempre quando há essa necessidade de fazer um trabalho mais técnico aí eu desenvolvo pra ele e isso é algo que eu gosto” (MARGARIDA).

As transformações do objeto do trabalho que possui um objetivo anterior ocorrem durante o processo de trabalho, que é atividade humana e que acontece com a colaboração dos meios de produção. A questão principal é como este processo desaparece no produto, restando sua forma aparente de valor de uso. O produto ou objeto acaba por extinguir o processo que antecedeu a sua produção. Observa-se que as noções de necessidade acabam mascaradas dentro do produto e de toda a elaboração material de sua finalização. Todo o processo produtivo desde a sua idealização, descobertas da matéria prima, divisão do trabalho em partes na construção do produto final, que teve como mão de obra toda a força do trabalho dos indivíduos sociais se dissipa (MARX, 2013).

A mercadoria passa a ser a essência e a sua mercantilização a necessidade criada pelo sistema monetário capitalista. Pode-se afirmar que “O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado” (MARX, 2013, p. 330). No entanto, quem a produz não pode usufruir dela, já que não detém o poder de compra da sua própria produção. Marx (2013) afirma que o capitalista detém o trabalho e o controle daquele que trabalha e que o produto deste trabalho é de sua

---

<sup>23</sup> Instituição onde a participante da pesquisa Margarida atua como assistente social

<sup>24</sup> Diretor de uma das instituições que a participante da pesquisa Margarida presta serviço como assistente social.

propriedade e não de quem o produz, sendo estes dois fenômenos específicos do processo de trabalho.

Compreendendo-se, portanto, a similaridade existente entre a força de trabalho e o próprio trabalho, assimila-se que o capitalista é aquele que compra e consome a força de trabalho, impondo àquele que a vende, o trabalho. Cada ser social pode ser compreendido como a representação desta venda do potencial humano em ação. Porém, na lógica perversa do Capital já não basta o trabalho, esta precisa vir acompanhado dos aparatos de outras produções humanas já mercantilizadas. Afinal, o produto, já incorpora um valor de uso, sendo na sociedade fabril imposto como uma necessidade de consumo, uma mercadoria que se opõe ao trabalhador, já que não basta apenas ser possuidor da força de trabalho, é preciso consumir através da moeda o resultado do seu próprio trabalho. “Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado” (MARX, 2013, p. 326).

Nessa concepção de mão de obra e mercadoria, no serviço social a matéria prima são as expressões da questão social (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154), e a mercadoria, o produto final na sua acepção reificada, seriam indivíduos que tivessem condições mínimas para continuar o processo de reprodução, que garantisse o fluxo da acumulação de riquezas pelo capital. Já na perspectiva de uma práxis revolucionária, seriam indivíduos capazes de fazer suas próprias escolhas, planejassem seus passos, e definissem seus futuros, mesmo em um sistema de produção que as decisões não são totalmente livres para todos. Assim, Margarida nos ilustra esse processo de trabalho do/a assistente social com o relato de uma intervenção que a marcou pela transformação conseguida e superação da realidade enfrentada pelos usuários:

Eu comecei a atender três jovens, três adolescentes que são irmãos e eles eram órfãos de pais vivos. Eu falava isso, porque assim, tinha pai, tinha mãe, mas eles ficavam assim abandonados mesmo. E aí eu comecei a acompanhar eles no começo, nossa, tinha um que me maltratava mesmo assim, sabe? Não iam aos atendimentos, o juiz mandava pedido pra acompanhar eles, com dificuldade de acessar eles e eles ficavam aquela coisa assim de não chega perto de mim, isso e aquilo a irmã acabou indo pra casa lar e os outros meninos ficaram com uma tia que não cuidava. Aí nós fomos ali acompanhando e tentando de alguma forma. E hoje o mais velho, nossa, a gente tem um vínculo muito bom e ele tem o apartamento dele, ele trabalha e aí numa das vezes que ele veio pra cá, ele não conseguia tirar a documentação pra que ele tipo assim, tinha conseguido uma entrevista de emprego e aí eu auxiliiei ele a tirar a documentação civil, certidão de nascimento, a identidade, aí ele conseguiu o trabalho hoje ele trabalha lá na aduaneira, né? Entrou na aduaneira, e foi por conta do trabalho que a gente

desenvolveu e conseguiu essas garantias mínimas, hoje ele trabalha, tem uma família, tem uma filha e cuida dela e tá muito bem e assim, eu fico muito satisfeita quando eu penso assim deles. E eles conseguiram, sabe... É um caso que me, que me marcou muito (MARGARIDA).

É importante assinalar que o processo de produção capitalista não inicia sem uma prévia historicidade, mas ganha forças com a revolução industrial, ampliando as formas de apropriação do trabalho (GOUNET, 1999; HARVEY, 1992). Portanto, é um processo que inicia anteriormente, mas que ganha formas mais cruéis na medida em que institucionaliza o trabalho e o engendra dentro de uma teia que objetiva apropriar-se da força de trabalho do trabalhador, com o fim único de acumular capital nas mãos de poucos.

E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (MARX, 2013, p. 337).

Em meio às contradições existentes na sociedade do Capital, percebe-se que o ser social passa a viver uma vida afastada de seus reais objetivos. Assim, nos relata Margarida:

Antes da faculdade eu não imaginava ser conselheira e nem assistente social. Quando eu fui pro serviço social eu esperava fazer alguma coisa relacionada a história, porque eu tentei fazer..., eu fiz o vestibular na UNICOR pra história, fui no primeiro dia de aula e não formou turma, aí voltei pra casa, revoltada, chorando, falei: nossa mais um ano sem poder fazer nada..., e aí passou mais um ano, eu fiquei sabendo do serviço social no UNIS e eu falei: oh parece que isso aí tem história (gargalhada) e aí eu fui fazer totalmente no escuro (MARGARIDA)

Desta forma, o/a sujeito/a se vê atrelado ao sistema capitalista, que impõe o ato de trabalhar, muitas vezes não retirando o direito de escolha e as especificidades do trabalhador e trabalhadora, como nos relata Margarida: “E é interessante porque eu brinco que alguns lugares que eu não tinha o desejo de trabalhar..., a gente se vê tendo que trabalhar, e tem sempre aquela afinidade, né?”. Além disso, há uma imposição de existências pautadas em interesses financeiros como nos traz Rosa em um exercício de abstração:

Se eu tivesse começado pela graduação em serviço social, aí não existia a contabilidade. Porque se eu tivesse feito serviço social lá atrás lá, ... Eu formei em oitenta e seis a graduação, a primeira graduação. Ah seria outra história.

Eu teria me dedicado a estudar pra concurso eu ia eu ia me dedicar pra concurso. Porque o “terceiro setor” paga pouco em sua maioria (ROSA).

A estes indivíduos, restam o (des)sentir, uma espécie de torpor existente nesta sociedade que prioriza o lucro. Evidenciam-se, neste momento, as transformações perversas da degradação em ampliação na relação funcional entre homem e natureza que é determinada pela lógica social, cuja direção está, em primeiro lugar, orientada “para a produção de mercadorias e para a valorização do capital” (ANTUNES, 2003, p. 17).

Rosa e Margarida se veem impostadas dentro dessa lógica capitalista, onde ainda hoje depois de formadas e de carreiras estabilizadas, elas colocam suas intenções profissionais no passado. Esta imposição é evidenciada pelos verbos, usados pelas participantes, no tempo pretérito e o tom triste na voz. Margarida usa, agregado ao tom de voz e os verbos, um ar cômico, que Marilena Chauí (1986) atribui como uma ferramenta “crítica, corrosiva, irreverente, desrespeitosa de todas as instituições sociais, da família, do trabalho, dos valores e das ideias dominantes”, uma verdadeira forma de resistência:

Então, eu hoje eu gosto da área de psicologia, não sei [...], gosto da área de saúde, se tivesse uma melhor oportunidade na vida, teria o desejo de fazer medicina, mas a gente sabe das dificuldades, do quanto é difícil, do quanto é caro, então eu acho que alguma coisa relacionada à saúde mesmo. [...] Hoje eu acho que eu devia ter feito psicologia (MARGARIDA).

Essa pausa, o tom melancólico na voz da entrevistada e o posterior riso que transpassava uma visão de que naquele momento era uma alternativa que a Margarida encontrou para enfrentar esse cotidiano pesado, em que é chamada a dar resposta a demandas diversas em vários espaços que ela ocupa. Essa percepção foi possível pelas especificidades que a história oral como método nos proporciona durante os diálogos (MARTINELLI, 2019), a essa forma de encarar a realidade durante a entrevista Martinelli nomeia de “cicatriz política exposta pela autocensura” (MARTINELLI, 2019, p. 39).

Já no sentido inverso, Rosa encontra sua realização enquanto profissional no final da sua carreira, depois de financeiramente estabilizada com sua trajetória na área contábil, mas que não a referenciava enquanto ser social. Assim ela nos traz:

Agora o curso de serviço social me trouxe um aprendizado muito grande e me fez mudar de visão de mundo e eu me sinto mais realizada hoje. Eu indico esse curso para mais pessoas. [...] Hoje eu trabalho, eu sou privilegiada, eu falo que eu, eu trabalho só como assistente social, não preciso me desdobrar,

correr com outras coisas. [...] Então eu estou feliz como eu estou e quero continuar assim por um bom tempo (ROSA).

As relações de segunda ordem do capital, que sobrepujam as mediações primárias cuja mediação estabelece um composto de trocas que se harmonizam às necessidades humanas coletivas, (ANTUNES, 2003) podem ser percebidas na quotidianidade social humana quando o dinheiro e a produção para troca levam os atores sociais a compactuarem com o sistema e a reproduzirem as formas vis de expropriação dos direitos de seus semelhantes na práxis social.

A práxis reiterativa aparece evocada dentro da conjuntura estrutural. O ser social passa a ser a representação do alienado inconformado. Alienado porque se submete às lógicas estruturais, mas que a todo instante pode retomar a reflexão de um sentido, buscando através de uma nova forma de intervir, agora com um planejamento para uma transformação desse cenário alienado e alienante (VÁZQUEZ, 2007). Afinal, deve haver um sentido maior do que as estruturas a que ele se submete. Percebe-se que, como possibilidade, a única saída encontrada pelo trabalhador parece ser a ruptura com a estrutura social, tornando-se um desajustado.

Nesse sentido, é retirado do indivíduo o seu direito de definir os seus próprios destinos, seu direito à participação no planejamento social. Barbosa (1991, p. 53) aponta que “o processo de participação social onde o povo reflete, decide, age e revê toda ação ou práxis inovadora” configura o planejamento como “instrumento máximo da participação”, e isto é negado em duas instituições onde Margarida trabalha.

A participação da população no planejamento é falha, muito falha. A verdade precisa ser dita. É como eu te disse, no “Vasinho<sup>25</sup>” eu acho que isso é um ponto que a gente precisa evoluir, porque a questão lá do fazer, ela vem de cima. Entendeu? Ela vem de cima. Mas já começa a ter algumas coisas assim ao ponto de que a gente conseguiu colocar o serviço de convivência, eles têm o desejo de tá ampliando o atendimento para adultos, fazer um EJA. Então eu acredito que isso vá fazer com que eles estando lá, os adultos eles demonstram ali os desejos, os anseios da comunidade. Então, eu acho que isso vai ser um ponto chave para que isso apareça. Mas assim, ainda não é. Ainda não é de fato..., a comunidade ainda de fato não participa efetivamente desses planejamentos (MARGARIDA).

No Canteiro é mais difícil, ainda assim eu penso por que os idosos, boa parte deles hoje não estão mais em condições de expressar seus desejos, né? Mas mesmo os que têm essa possibilidade, a gente ainda não consegue suprir os desejos deles. Então, assim, isso é algo que é difícil. Os trabalhos são mais de insucesso do que de sucesso, né? (MARGARIDA).

Na concepção de Sandra Barbosa Lima (1979), a participação da população

---

<sup>25</sup> Instituição onde a sujeita de pesquisa Margarida atua como Assistente Social.

se desenvolve em dois planos: um primeiro relacionado à participação ativa nas decisões dos aparelhos sociais, e uma segunda, a participação passiva, que se efetiva por meio do acesso aos bens e serviços institucionais. Nos relatos das entrevistadas, observamos que ambos os tipos de participação se mostram com algum tipo de limitação. Essa participação se torna destituída de universalidade, que fragmenta a participação da sociedade ao acesso democrático no planejamento e no acesso aos serviços públicos.

Em análise ainda sobre a ausência significativa da participação social nas instituições, nos remetemos às falas das participantes ao se referirem à época da graduação:

Não participamos de nenhum movimento social, mas a gente foi conhecer o MST na época em Campo do Meio, né? Nós fomos em Caldas na tribo indígena, conhecer lá. Mas assim, efetivamente participar..., falar assim..., não, a gente foi conhecer o trabalho, mas não participamos não. (MARGARIDA).

Margarida, da mesma forma que sua colega participante da pesquisa, declara que não era vinculada em nenhum tipo de coletivo de luta, nem ligada a movimentos sociais ou em entidades estudantis durante a graduação. Esse engajamento em movimentos coletivos é, ainda nos dias atuais, um desafio para as profissionais, pois ambas relatam dificuldades na luta coletiva da profissão:

Pensando em articulação, eu acho que falta..., como a gente comentou, a articulação nossa mesma, enquanto profissional. Acho que isso está bem parado, precisa se movimentar, mas participar por enquanto eu não visualizo isso não. Essa articulação eu acho que ela é bem falha mesmo. E assim eu acho que as pessoas também são um pouco individualistas sabe? Olha o meu está aqui está dando certo então não vou me envolver com o do outro que não está muito legal sabe? Eu percebo isso também. Uma acomodação, né? Eu acho que precisa disso, eu acho que tem que ir atrás mesmo, que tantas pessoas, tantos profissionais não conseguem fazer as trinta horas, né? Por N questões, aí fica todo mundo: ah! eu faço então deixa o outro se virar por conta dele né? Então eu acho que precisa a gente se movimentar tanto pra fortalecer a profissão, a categoria também pra auxiliar aqueles que precisam. Eu sinto falta disso. De uma articulação melhor dos profissionais (MARGARIDA).

O nosso conselho de classe eu não posso falar muito não. Conheço muito pouco. Eu quase não consigo contato. Eu levei um, quase um ano pra registrar meu o meu diploma, porque lá funciona..., e foi bem antes dessa pandemia. Nem pensava em pandemia, mas eu me lembro, não sei como é que está hoje. Eu me lembro de que funcionava segunda, quarta, quarta, quinta só algumas horas. Aí os e-mails ficam lá, ninguém responde. Então não posso falar muito. Mas eu recebo..., esse ano eu recebi uma agenda com os telefones atuais. Mas eu não posso falar muito não. Conheço muito pouco. Eu tenho meu e-mail cadastrado, mas eu não recebo nada sobre capacitação ou mesmo reuniões. Sei que tem eleição. Da eleição eu recebi cartinha. A

cartinha. É como os órgãos burocráticos, né? Mas acho que é atuante porque eles dentro..., porque eles têm limitações também né? A gente sabe que o serviço social ele é cheio de limitações em todas as áreas (ROSA).

Margarida aponta para o individualismo como fator desagregante da luta coletiva. Já Rosa entende o Conselho de classe<sup>26</sup> como um órgão burocrático, em um tom de neutralidade em relação ao teor de luta que o permeia. A isso cabe destacar que Ramos (2011) chama atenção sobre o importante papel do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) na luta, ampliação da defesa e implantação do projeto ético-político segundo o autor este é “um projeto profissional, que objetiva a realização e ampliação de direitos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política” (RAMOS, 2011, p. 113).

As entrevistadas perfazem uma postura influenciada por valores neoliberais, como o individualismo e o discurso acrítico, instrumentalizado. Essas posturas as colocam aquém do conselho como se este tivesse uma personalidade própria e fosse alheio às assistentes sociais, tirando do CRESS o seu aspecto coletivo formado pela organização de assistentes sociais em torno das lutas da classe trabalhadora.

Verifica-se que na atualidade, esta decisão de desajuste acontece de forma involuntária. O trabalhador encontra-se jogado nas teias da exclusão do trabalho. As formas cruéis de contratação, observadas nas relações de trabalho, dos trabalhadores irregulares, agora se estendem para uma exploração legalizada. Se antes o trabalhador escolhia não ter a carteira de trabalho assinada, agora ele se vê obrigado às novas modalidades do processo produtivo. “Em síntese: houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 207).

Desta forma, inseridas nesse processo de transformação do sistema de produção, as instituições do “terceiro setor”, em uma discussão sobre a precarização do trabalho, ganham contornos próprios de um setor fundado em valores cristãos, de caridade, e amor, de verdadeira doação ao próximo. Assim, Rosa nos traz suas experiências institucionais:

Então aqui no Jardim tenho cinco anos como assistente social. É de dois mil e dezoito pra cá que eu passei a ser assistente social. Nesse caso foi através

---

<sup>26</sup> O Conselho de classe referido pela participante é o conjunto CFESS/CRESS, uma entidade organizativa da profissão formada pelo coletivo profissional, com suas diversas correntes em busca da defesa da categoria e da implementação do projeto ético-político profissional (RAMOS, 2011).

de contrato. O contrato é anual e determinado. E trabalho quatro horas por dia. E aí eles vão renovando, mas não tem os direitos trabalhistas não, é só a remuneração mensal de prestação de serviço. Não tem registro em carteira. É só contrato mesmo (ROSA).

Aí, hoje eu sou a primeira secretária, cuido das datas, cuido da questão do cartório. Apoio a questão da área de RH que eu fiz um curso também de gestão de pessoas. Então atuo em algum conflito, mas na área social, eu separo bem. Eu consegui separar. Então tem os dias que eu atendo só área social de acolhimento e o dia que eu estou dando esse apoio de amizade. Um pouco ainda continua meio misturado, mas eu tenho meus horários separados (ROSA).

No meu trabalho tem um dia que eu só atendo o serviço social. [...] e tem dia que é só de atender a família, e o dia que eu fico no planejamento administrativo, porque a ONG é pequena nós não temos..., é financeiro para contratar um administrativo no momento, mas isso vai mudar (ROSA).

As assistentes sociais estão inseridas nesse processo de exploração e expropriação do trabalho, sejam pelas condições de contrato de trabalho, ou do apelo ao voluntariado, Margarida atua em 3 instituições para garantir uma renda suficiente para sua sobrevivência, e ainda atua como voluntária em uma quarta organização. No entanto, Rosa apresenta um contexto socioeconômico diferente de Margarida, ela se tornou autossuficiente financeiramente antes de sua graduação em serviço social, mesmo assim ela faz uma reflexão que vai ao encontro da situação de Margarida que trabalha em vários locais para garantir uma renda suficiente, dizendo:

Aqui eu sou remunerada, mas eu sei que uma remuneração para sobrevivência o assistente social do “terceiro setor” é muito difícil alcançar e no momento, em Varginha é difícil, pode ser que esse assistente social consiga essa realização financeira numa outra cidade maior. Varginha não tem condição (ROSA).

Diante disto, resta-nos refletir que o ser social, ao longo do tempo, foi se tornando cada vez mais prisioneiro dessas estruturas e que embora ele tente se livrar destas teias, acaba por ser cada vez mais enredado nas amarras do sistema. Quanto mais terceirizado o serviço, menor o salário, os benefícios e as garantias trabalhistas. O trabalho informal, por contrato temporário e determinado, assume a linha de frente, quando não se manifesta em acordos verbais, sem Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada (DRUCK; BORGES, 2002).

As relações de trabalho, cada vez mais precarizadas, tendo o pós-Toyotismo e a Uberização do processo produtivo como a representação máxima da acumulação capitalista interage nos processos de mediação do trabalho; coloca o trabalhador incluído de forma mais ampla em novos modelos de exploração, cuja finalidade é, sem dúvida, a busca de mais-valia. Essa relação insere o trabalhador em condições

análogas à escravidão, e neste caso, é o próprio trabalhador que assume os riscos e as responsabilidades pelos meios de produção de sua própria atividade produtiva. Se antes o capitalista devia incluir nas despesas os gastos com os meios de produção e a força de trabalho, agora ele terceiriza os custos e os coloca sobre as costas do trabalhador (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Essas especificidades do trabalho atual podem se manifestar sobre outras bases nas instituições do “terceiro setor”, como o uso de meios próprios para a prestação dos serviços institucionais, seja de um carro para realizar uma visita, ou mesmo levando para casa trabalho a ser realizados. Esse espaço possui um tipo de “chibata filosófica”: o amor ao próximo e valores humanistas, que funciona como uma forma de forçar o trabalhador a se precarizar ainda mais. Rosa sofre tais efeitos quando lhe é negado seu processo de planejamento de trabalho e se vê obrigada a tomar decisões como esta:

Ontem mesmo levei serviço da casa. Ontem levei muita coisa para fazer em casa. E acabei não fazendo também, então eu tenho que me desdobrar hoje e amanhã. Não consegui, em casa também tem outros afazeres, não é? Acontecem outras coisas, outras demandas. Agora mesmo, temos essa nova demanda (ROSA).

Assim, passamos a ter como consequência do trabalho duas representações distintas, a práxis e a reificação. A primeira expressa-se pela realização de um trabalho planejado objetivando uma transformação, para tanto é necessário que haja um conhecimento e reconhecimento da realidade. A segunda é pautada numa reprodução da realidade sem rompimento, sem uma atividade teleológica, mantendo todas as relações de exploração fundantes do capitalismo.

#### 4.2 A PRÁXIS COMO ELEMENTO CENTRAL NA DINÂMICA DO TRABALHO

Margarida traz ao final de sua participação a seguinte fala ao ponderar sobre o agir profissional:

Vamos tentar fazer diferente, eu acho que plantar a dúvida já está auxiliando, sabe? Perceber que alguém conseguiu olhar para aquela pessoa, e conseguir pensar uma coisa boa pra ela, porque às vezes a gente vê que os próprios agentes do trabalho só pensando coisa ruim daquelas famílias, não conseguem visualizar nada. E aí chega um profissional que consegue ter um olhar diferente, de plantar uma dúvida, de poder fazer diferente, eu acho que isso é um fazer profissional, sabe? Eu acho que é por aí. A gente tá mostrando possibilidades. Tentando fazer com que eles visualizem um futuro diferente. Não é fácil. No dia a dia o apelo para as coisas é muito forte né? Mas quem sabe? Acho que é isso (MARGARIDA).

É exatamente disso que se trata um agir profissional pautado na transformação, e poderemos compreender melhor com os referenciais teóricos críticos apresentados abaixo.

Para interpretarmos o conceito de práxis nos remetemos a alguns autores como Vázquez (2007), que o aponta como um modo de transformação da realidade através da ação humana. Essa transformação pressupõe uma intrínseca associação entre teoria e prática, relação esta que observará previamente uma interpretação da realidade (MARX, 2002), só assim, pode-se obter uma ação transformadora, uma ação radical humana (VÁZQUEZ, 2007), através de uma prática orientada e planejada por uma teoria intercalada com a experiência do sujeito. Conforme o autor marxista, para que se alcance a fundo certas compreensões do cotidiano, é necessária uma articulação da teoria e prática com o íntimo de cada ser, fugindo de uma superficial e simplista ligação entre teoria e prática.

A relação teoria e prática intercalada com o conhecimento adquirido dos sujeitos, quando proposta para uma ação transformadora e crítica dá forma à práxis. Desta maneira, segundo Maria Rosa Mayoral:

A práxis opera como fundamento porque somente se conhece o mundo por meio de sua atividade transformadora: a verdade ou falsidade de um pensamento funda-se na esfera humana ativa. [...] e sua concepção revolucionária, a práxis é uma prática que aspira melhorar radicalmente uma sociedade: tem um caráter futurista; trabalha a favor de um melhor porvir humano (MAYORAL, 2007, p. 8).

Kosik (1976) a define como uma luta contra a natureza hegemônica do capital e assume a práxis como o único elemento da prática capaz de formar o ser humano como ser emancipado, autônomo, um ser não determinado pela história, mas crítico e capaz de planejar e definir seu futuro. Porém, para que essa prática planejada/orientada seja de fato transformadora e emancipadora, ela deve estar engendradora na luta pelo reconhecimento da existência do ser, pois sem esta luta que acomete todo o ser do homem (KOSIK, 1976), a práxis se degrada ao nível da técnica e da manipulação. Durante a entrevista fica nítido essa natureza hegemônica do capital que coloca na prática cotidiana de Margarida a práxis em contraposição da técnica, trazendo um certo descontentamento com o resultado do seu trabalho.

Olha, eu acho assim, que a gente trabalha tanto e muitas vezes a gente não tem tanto êxito, igual eu falei às vezes a gente tem mais decepção, não é bem essa palavra, mas é aquilo ali do que propriamente o êxito do trabalho. Infelizmente, existem outras coisas no meio do caminho, né? Que não nos

permite estar conseguindo promover tanto as famílias. Mas eu acho que isso é o natural da vida, a gente tem que entender é que a gente não consegue mudar tudo, a gente não tem eh..., se a gente conseguir plantar alguma coisa, modificar um dia que seja daquela pessoa, fazer alguma coisa diferente, um olhar diferente, eu acho que a gente já fez o nosso trabalho (MARGARIDA).

“A práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza, quanto realização da liberdade humana” (KOSIK, 1976, p. 205). É na práxis que o cotidiano fragmentado se transforma em totalidade, desvelando todas as subjetividades que o permeia e edifica-o, dando sentido ontológico aos sujeitos envolvidos. Na associação onde Rosa trabalhou anteriormente, que tinha atendimento à população em situação de rua, ela nos revela como os usuários eram lidos de forma fragmentada. As suas necessidades eram consideradas apenas em nível básico, de alimentação, e de sobrevivência, sendo negadas às pessoas atendidas a sua totalidade enquanto ser social. Nesse sentido ela aponta como o assistente social pode promover a superação dessa realidade:

Então no atendimento do assistente social quando vai atender o vulnerável que está dependente químico já que perdeu a referência e ele vai lá buscar a sopinha da noite num frio. Se tem um profissional que pergunta para ele se ele está fazendo um tratamento, fazer o encaminhamento, marcar a consulta para ele, cobrar se ele foi é extremamente importante para voltar a integridade. Esse é o meu jeito de pensar. Tá? Então eu cheguei a abordar alguns moradores de rua neste bairro. É um bairro bem carente. E fazer essa contrapartida para a gente não ficar nesse ciclo vicioso. E ver esse atendimento, buscar descobrir quem que é a família, pra buscar o apoio da família, resgatar algum vínculo, né? Para poder tirar essa pessoa desse sofrimento. Então é extremamente importante a contrapartida. O que vem de graça não tem valor. [...] E é uma forma..., se tem essa abordagem é uma forma que eu vejo muito importante aí para os profissionais do serviço social (ROSA).

Quando Rosa nos relata a necessidade da contrapartida como condição fundamental nos atendimentos aos usuários daquela instituição, ela indica uma ação planejada com um objetivo vinculado a superação da situação enfrentada. A ausência da atividade teleológica, em planejar os atendimentos para a população usuária, além da obviedade de manutenção da ordem vigente, determinante da exploração e expropriação do capital sobre o trabalho, é condição imprescindível para determinar, segundo a autora polonesa Rosa Luxemburgo, o rumo exclusivo que leva a sociedade contemporânea à barbárie (KONDER, 1992).

A práxis requer antes de tudo uma consciência dos sujeitos, como diz Kosik (1976, p. 197) uma “consciência filosófica” diferente de uma “consciência comum”, pois,

A consciência comum se apropria dos resultados da filosofia e os considera como coisa sua. Mas por não haver percorrido o caminho da filosofia e ter chegado às suas conclusões sem esforço, não as leva muito a sério e as trata como coisas óbvias. A consciência comum toma como óbvio aquilo que a filosofia descobriu tirando-o da ocultação, do esquecimento e da mistificação e tornando-o evidente. Nessa obviedade, tudo aquilo que a filosofia tornara visível, claro e perceptível, volta a decair no anonimato e na obscuridade (KOSIK, 1976, p.198).

Continuando, o autor de *Dialética do Concreto* faz questão de pontuar que “a práxis não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1976, p. 202). É atividade transformadora e determinante do homem na sua totalidade, na sua ontologia. Margarida aponta que o cotidiano da graduação em serviço social, em todas suas atividades foi fundamental para sua formação.

Durante a graduação, fui gostando, fui me encantando e tendo outra percepção de mundo mesmo. A faculdade me fez crescer muito e depois com os estágios, com o trabalho do conselho, foi muito rico. Graças a Deus deu para ter uma boa graduação. A gente se empenhava muito em estar em bastante palestras, simpósios, fora. Então, assim, foi um bom tempo. Muito bom (MARGARIDA).

Os professores, os profissionais, ver o trabalho sendo desenvolvido. Eu acho que nesse sentido o estágio é muito rico, né? A gente vê o trabalho profissional, o fazer e aí cria bons laços, boas amizades, assim, com excelentes profissionais que eu considero. Então, acho que isso que motivou porque a partir do momento que tudo foi fazendo sentido de estar ali naquela graduação, de correlacionar com a sociedade, com as estruturas e com o trabalho eu acho que pra mim fez muito sentido e despertou esse desejo de atuar e estar presente, estar atuante, né (MARGARIDA).

O futuro do homem como ser social é definido pelo seu presente, sua ação é tomada numa perspectiva de transformação do seu futuro com base no seu cotidiano e no conhecimento que ele tem de si, da sociedade e da teoria que circunda suas atividades cotidianas, que juntamente com todas as suas experiências vivenciadas subsidiarão sua prática, configurando-se então em uma verdadeira práxis. Assim é através do cotidiano, do seu presente que o sujeito toma suas decisões, e o serviço social para Rosa foi um ponto importante.

E daí, eu sempre tive muito gosto de lidar com pessoas. Então foi isso que me levou a concluir o curso de serviço social. É um sonho, né? De ver a sociedade desenvolver, né? A gente, eu gosto muito da minha cidade e eu queria que fosse, que tivesse menos violência, mais educação. Então pode ser igual a você, em Campos Gerais. Você sonha com a tua cidade. Lá é muito bom. Mas você sonha em ficar melhor ainda, né. Então era a visão que eu tinha de não ver tantas mazelas né? Que a gente encontra, [...] todos os dias (ROSA).

E é o serviço social que pode contribuir com esse sonho, porque no serviço

social a gente aprende na teoria a não repetição da desse ciclo vicioso que acontece o tempo todo. Aquilo, o serviço social ele faz você mudar a visão pra não ficar repetindo as mazelas (ROSA).

As escolhas de Rosa se apresentam pautadas nos fundamentos éticos políticos da profissão, mesmo em um contexto institucional em que o importante é a ajuda, a caridade. Conforme Mestriner (2011), a preocupação das instituições de assistência social filantrópicas é com aqueles desajustados, e não com a real emancipação dos sujeitos para assim, não alterar a ordem do capital. E isto é desvelado em uma das narrativas de Rosa sobre sua atuação quando ela exemplifica uma situação na igreja quando ainda era estudante de serviço social:

Vou te dar um exemplo: Cesta básica..., na igreja eu fui... Eu presenciei isso. Todos que se cadastraram lá recebiam de mão beijada a cesta básica. Porque não tinha uma visita domiciliar. As pessoas, muitas pessoas recebem e não precisam e quem realmente teve a casa que caiu, teve o problema, não recebe. Ou eh, qualquer benefício tem que ser analisado, tem que ser olhado e não é porque a casa está toda bagunçada, quebrada e... quer dizer você tem que analisar esses pontos (ROSA).

Teve uma visita de uma assistente social há um tempo. Chegou lá viu a casa da doninha lá. Tinha televisão. Estava limpinha. Aí ela não recebeu o benefício. Mas a gente sabia que ela estava com problemas de saúde muito grave. O marido sem trabalho. Então a gente tem que ter uma visão integral. E o assistente social tem essa visão global das coisas. Ele não é só aquela visão paternal e não pode ter visão paternalista, não é? [...] Então tem muitos profissionais assistentes sociais que se envolvem com política e nisso ele fica com a visão paternalista, que no fundo no fundo fica buscando o apoio político, né? (ROSA).

Já para Gramsci (1978), a filosofia da práxis é interpretada como consciência plena das contradições, sendo a única prática capaz de combater as ideologias modernas. Para tanto, o autor adverte que sua análise e interpretação não pode ser tomada de maneira reducionista, “para ele não se pode deixar de tratar dos aspectos pertinentes à arte, economia, ética e até mesmo das teorias das ciências naturais” (GOMES, 2014, p. 8). Em síntese, uma ação é percebida como práxis quando observados todos os aspectos que rodeiam e constroem o ser social.

Essa práxis multidimensional se manifesta na vida de Rosa quando ela diz:

Como eu vim de uma área administrativa contábil, então é... Eu enxergava muito assim a questão de... É como que eu vou te explicar... É aí eu estava muito ligada em Caridade, sabe? Aqui a gente tem, por isso que eu falo que o curso de serviço social ele traz nova visão de mundo para gente. Embora eu tenha vindo de uma classe social muito simples, e que passava muita dificuldade, mas eu desde pequena achava que a gente trabalhando, resolvia tudo e nem sempre isso é fato. O trabalho realmente é muito bom. Ele traz oportunidade, mas se a pessoa não tiver a base lá traz, é um ciclo vicioso e as mazelas continuam (ROSA).

Assim, ela aponta que não é apenas a práxis voltada ao cotidiano do trabalho que determinará um desligamento dos usuários dessa política das correntes hegemônicas. A cidadania só será garantida com o acesso dessa população a todos os seus direitos. Aponta ainda que a caridade é corrosiva no sentido de uma superação plena dos valores hegemônicos:

Então, se a gente trabalha só com a questão da Caridade, nós não vamos mudar a realidade. Temos que pensar em outras estratégias, mesmo que a solidariedade seja importante, né? No momento de algum fenômeno, de alguma coisa grave que aconteça, mas não pode ser só isso. A família não pode viver de solidariedade a vida inteira. Ela precisa ter estrutura para se autossustentar e ter autonomia, em que praticar o bem, tem que praticar a solidariedade. Antigamente era assim, mas hoje não. Hoje depois do curso de serviço social penso diferente (ROSA).

Lukács (2013) é quem traz a categoria trabalho como uma forma possível de práxis social, possibilitando a partir do trabalho a transformação da realidade. Essa prática transformadora é alcançada através da tomada de consciência de classe e o reconhecimento de si enquanto ser social, conceituando o trabalho conforme define França (2020, p. 573): um “ponto de partida de toda sociabilidade humana”, é na relação homem e natureza que o primeiro através do trabalho transforma a segunda para garantir suas mais variadas necessidades.

Margarida traz uma relação muito peculiar com o trabalho, durante a entrevista ela sempre fez questão de trazer para a sua narrativa a forma como os laços sociais e de amizade permeiam suas escolhas e a ajudaram a definir seus caminhos profissionais até o momento. Ela começa falando sobre seu dia a dia de trabalho:

Então na parte da manhã eu trabalho no Solo<sup>27</sup>, nas Covas<sup>28</sup>, né? Que eu passo são doze Covas no total, então a gente demora duas semanas pra passar em todos os lugares, mas eu estou sempre a disposição pra tá indo a algum local que tem alguma emergência, alguma coisa e na parte da tarde, na segunda e na quarta eu trabalho na Associação “Vasinho” e na terça e na quinta eu trabalho no Canteiro. Com o Copo de Leite do Campo Fértil, como eu te expliquei anteriormente<sup>29</sup>, eu faço um trabalho assim pontual quando ele precisa de algum material burocrático, plano de trabalho, relatório, aí eu faço e envio para ele. Eu não vou até lá. É um trabalho voluntário e que quando ele necessita de alguma coisa que ele me pede e a gente trabalha junto no que ele precisa (MARGARIDA).

Eu conheci o Copo de Leite há um bom tempo atrás quando eu estava na

<sup>27</sup> Instituição onde a participante da pesquisa Margarida atua como assistente social.

<sup>28</sup> Programas da instituição Solo, onde a participante da pesquisa Margarida executa suas ações.

<sup>29</sup> Nesse ponto a entrevistada se referia ao que anteriormente, durante a apresentação do projeto, ela relatou: que conheceu o Copo de Leite desenvolvendo um trabalho em outra instituição e que devido a amizade e seu empenho com os assistidos ela o ajuda.

faculdade ainda, a gente trabalhou juntos nuns projetos (MARGARIDA).

Dito isso, apesar de uma rotina corrida, trabalhando em 3 locais diferentes, Margarida devido ao laço criado anteriormente, em outro espaço sócio-ocupacional com o Copo de Leite, se empenha em desenvolver mais uma atividade laboral. Na sequência Margarida também nos conta como as questões ligadas ao cotidiano de trabalho a coloca em vários espaços sócio-ocupacionais:

E aí essas questões do trabalho, eles vão aparecendo para mim assim... Não sei dizer de onde que aparece, mas estou sempre trabalhando em algum lugar..., já passei em vários locais assim diferentes, e aí..., tamo aí na luta, né? Trabalhando, pelejando (MARGARIDA).

Quando ela abordou sua chegada na instituição Canteiro, novamente ela nos relata de um vínculo criado no cotidiano de trabalho:

O convite é porque, novamente na minha vida eu trabalhei lá com a Camélia<sup>30</sup> que é assistente social, ela era assistente social do Projeto Estufa<sup>31</sup> e eu era educadora social e aí a gente trabalhou junto lá e a gente fez o laço de amizade e tudo, e depois a gente trabalhou na secretaria municipal junto né? (MARGARIDA).

Assim, mesmo que Margarida em alguns momentos verbaliza não saber como vão surgindo os trabalhos na sua vida, é perceptível que estes não aparecem do acaso. Suas relações cotidianas com o trabalho e com os demais trabalhadores é que determinam esse cenário, ou melhor, “estas questões de trabalho” para utilizar a expressão da participante da pesquisa. Analisando este contexto de Margarida em Kosik (1976), essa relação que ela estabelece com o trabalho é fundamental para sua práxis cotidiana.

Desde o surgimento do capitalismo com a superação do modo de produção e de vida feudal a sociedade vem se transformando. Cria-se formas de se produzir, reproduzir e organizar, todavia mantendo sempre o objetivo de fortalecer o modo de socialização capitalista, na produção e distribuição dos bens e serviços na sociedade. Essa dinâmica cotidiana se fundamenta na luta de classes que coloca em oposição os trabalhadores e os donos dos meios de produção (MARX, 2010).

Nessa relação antagônica, o/a trabalhador/a não consegue identificar através do seu autoconhecimento/ consciência a sua condição de trabalhador/a. Desta forma,

---

<sup>30</sup> Assistente social que trabalhou com Margarida no Projeto Estufa e influenciou sua escolha em ir trabalhar no Canteiro.

<sup>31</sup> Instituição onde a sujeita de pesquisa Margarida fez seu estágio e trabalhou por um período.

não pode reconhecer o trabalho enquanto meio de transformação da natureza, seja para sua subsistência ou como meio para a superação da exploração capital x trabalho. Eles/as são afastados e desarticulado enquanto classe, destituídos de um referencial teórico crítico que possa instigar um rompimento do status quo. Assim, conforme a afirmativa de Adorno e Horkheimer (1997, p. 188) de que “toda reificação é um esquecimento”, ao se esquecer de sua condição ontológica de existência o trabalhador corrobora para materializar traços de reificação.

No cotidiano do trabalho das assistentes sociais nas organizações não governamentais, essa tensão de forças se estabelece na relação dessas profissionais enquanto trabalhadoras, que sofrem com a precarização do trabalho como todos os demais. E em segundo plano na sua relação com os usuários, que são afetados enquanto trabalhadores em alguma medida por essas relações, seja pela precariedade, pela flexibilização das relações de trabalho ou mesmo o desemprego.

Prosseguindo, Rosa, que demonstra um cuidado ético-político durante sua entrevista, nos apresenta em sua fala, sobre um novo público da instituição, o que Adorno e Horkheimer chama de esquecimento propulsor da reificação.

E a partir de primeiro de abril nós vamos ter uma turma na quarta, por que a quarta-feira a gente separou para trazer 3 meninos lá do CREAS que tiveram na questão das Medidas Socioeducativa, só que acabou não dando certo a questão. Daí a gente não abriu turma porque estava aguardando, porque a gente decidiu não colocar eles junto com os pequenininhos. Não é por preconceito, mas para não ter influência para a gente conhecer eles primeiro, porque primeiro a gente precisa conhecer para depois..., porque a maioria das crianças daqui tem de 8 a 12, é nosso público hoje e são poucos os maiores (ROSA).

Num primeiro momento relacionado a esse movimento de exclusão Honneth teoriza o seguinte:

Na consumação de nossa práxis podemos não dar atenção ao fato do reconhecimento prévio porque nos deixamos influenciar por esquemas de pensamentos e preconceitos que são cognitivamente irreconciliáveis com aquele fato e, nesse sentido, talvez fosse melhor falar aqui não de esquecimento, mas de uma recusa ou de uma defesa (HONNETH, 2018, p. 90).

Assim, em uma ação de cuidado que permeia toda sua construção profissional, na ânsia de proteção das crianças atendidas pela instituição, Rosa reifica sua ação para com os novos adolescentes. Priva-os de seus direitos de convivência social e integração ao separar horário específico para esse público. Ao destacar que é para não ter influência, destaca-se daqueles sujeitos apenas a qualidade de adolescentes

infratores, ou como leva a entender Honneth (2021), tem nestes adolescentes apenas a qualidade de receptáculos de más influências. Por fim, despreza-se também um dos princípios fundamentais do código de ética do assistente social, o do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128).

Dessa forma, é no conceito de Lukács sobre a práxis que se encontra o fenômeno da reificação que será aprofundado pelos próprios conceitos lukacsianos e pelo referencial teórico de Honneth, dispostos na obra “Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento” (2018), e com subsídios em sua outra obra “Luta por reconhecimento social” (2021), onde o autor aponta que a prática subsidiada pelos conceitos teóricos construídos historicamente pela sociedade capitalista, assim como sua crítica apenas no campo teórico são incapazes de operar uma transformação. Dito de outra forma, é por meio do reconhecimento do sujeito através da crítica aos pressupostos teóricos vigentes, que se efetiva a práxis social uma verdadeira transformação (MELO, 2014).

#### 4.3 A REIFICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Que a reificação seja entendida enquanto um conjunto de práticas que negam ou perdem de vista o primado do reconhecimento (BUTLER, 2008, p. 102).

Os estudos em torno do fenômeno da reificação ganharam importância no início do século XX, principalmente no âmbito acadêmico alemão. Nesse período, pré primeira guerra mundial, o cenário econômico e social da Europa estava passando por um momento de grandes crises, que colocava as relações sociais em um patamar de relações coisificadas, frias, sem amor (HONNETH, 2018). Contudo, no desenrolar do início do mesmo século as grandes guerras sobrepujaram o foco dos estudos, ficando o tema da reificação em segundo plano no desenvolvimento das pesquisas, tendo Lukács como o filósofo que se destacou na pesquisa sobre tal fenômeno.

Mesmo se tratando de uma discussão que se inicia há mais de um século, atualmente a categoria reificação se apresenta com destaque no cotidiano das instituições assistenciais não governamentais. Mestriner (2011, p. 50), ao trazer sua

colaboração em que relata que “a pobreza é vista como sina e incapacidade pessoal e como tal deve ser alvo da filantropia e da benemerência” e não do Estado, coloca a população mais vulnerável na mão de ações pautadas por esses valores, destituindo desses, o acesso ao direito e a políticas públicas estatais. Torna-se assim mais propício à ampliação da vulnerabilidade em razão da ampliação do desenvolvimento econômico. Se os indivíduos que compõem esta população mais pauperizada não forem tratados como portadores de direitos, para além de simples “trabalhadores parados, que não possuem vínculo formal, os desempregados, o indigente, os inativos ou deserdados” nas palavras de (SPOSATI, 1989, p. 14), as ações de assistentes sociais que trabalham neste setor podem, por diversas maneiras, se materializar em formas reificadas de prática.

Segundo Honneth (2018, p. 31), Lukács define que reificação “não significa senão que uma relação entre pessoas passa a assumir o caráter de uma coisicidade”. As relações humanas são equiparadas com as relações de mercado, nas quais se atribui às pessoas e às relações um valor de troca. Essa atribuição de valor, faz com que as decisões passem a ser pautadas por conceitos econômicos como o custo-benefício.

Na instituição Vasinho, que é vinculada a uma empresa onde Margarida trabalha, ela relata uma dificuldade na direção da empresa entender a lógica do serviço social, como segue:

No “Vasinho”, essa parte já é um pouco..., a gente está implantando porque lá é uma empresa, né? [...] É um é um projeto social da empresa., então o dono, ele tem uma visão um pouco diferente do que o Serviço Social tem, entendeu? O trabalho que ele desenvolve ali é sensacional, mas ainda precisa ter algumas..., como é que eu vou dizer? Ainda precisa tá encaixando algumas coisas que ainda não consegui, sabe? Assim o trabalho ali do serviço social ele ainda não foi implantado como um todo, sabe assim? Eh ainda tem essa dificuldade, mas eu já tenho uma certa autonomia, já. Ele já tá sendo mais bem respeitado, mas existe uma dificuldade nesse sentido, entendeu? De entender não ser uma questão tão assistencialista, em que a gente consegue estar trabalhando melhor com as famílias e existe uma confusão no sentido de que é um projeto social implantado, uma associação (MARGARIDA).

Dentre possíveis dificuldades, em uma inferência do relato, o que parece evidente é o posicionamento mercantil da direção da empresa, que na ação social dela, a população é tratada de forma a manter-se alinhada aos objetivos empresariais, assim o assistencialismo é a melhor pedida. Mantém-se assim, um elo inquebrantável de dependência entre a população atendida e a empresa, cada sujeito visando seus

objetivos nessa relação, para a população a sua assistência e para a empresa a garantia do seu lucro.

Lukács chega a uma tese de que a reificação na sociedade capitalista toma a forma de uma segunda natureza (HONNETH, 2018), as relações e os produtos da natureza transformados pelo homem, agora, não mais têm somente seu valor próprio e/ ou são percebidos por si só, eles possuem um segundo valor (o de troca) e são percebidos por outros predicados. Marx contempla esse fenômeno com o conceito de forma-mercadoria, que atua em todo processo de sociabilidade capitalista. Assim, para o autor:

A forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem [...] absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assumem para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2013, p. 206).

Cabe aqui levantar uma discussão interna da categoria sobre o trabalho do/a assistente social, especificamente sobre sua materialidade ou imaterialidade, ou seja, sobre sua relação com a geração de valor, se a atuação do/a assistente social gera mais valia. Existem duas correntes críticas distintas, que possuem suas respectivas relevâncias, as que tratam o valor gerado como um valor social e as que entendem o trabalho dos/as assistentes sociais como estratégicos dentro do sistema capitalista (FERRAREZ, 2016). Assim, independente da natureza do trabalho, segundo Antunes (2018) ele vem se transformando no seio da sociedade capitalista que mesmo o trabalho imaterial passa a contribuir de alguma forma para a valorização do capital.

Conforme apresentado, a reificação é um fenômeno intrínseco à sociedade capitalista, colocando todas as relações equiparadas às relações de mercado. Nas relações trabalhistas, o fenômeno reificante pode atuar tanto na lógica da produção de mercadorias quanto na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho no processo de produção. No sentido da produção de mercadorias, elas não mais têm o objetivo de garantir a sua sobrevivência, são mercadorias produzidas para alimentar o mercado e garantir o lucro e conseqüentemente a manutenção e expansão do capital, atinge-se assim uma “pseudo natureza, uma aparência da natureza” (BAVARESCO *et al.*, 2020, p. 24). Partindo para a análise do processo de trabalho dos sujeitos, sendo essa a perspectiva epistemológica que delineará os rumos desta pesquisa, Lukács considera a “reificação como uma práxis deficiente em seu todo”

(HONNETH, 2018, p. 38), uma ação meramente observadora e contemplativa.

No cotidiano das organizações nas quais as assistentes sociais participantes da pesquisa estão inseridas, podemos inferir alguns indícios do uso do serviço social para garantir outros objetivos, que não os propostos pela profissão, configurando assim, uma possível nova natureza do trabalho das assistentes sociais. E fica nítido quando uma instituição contrata o/a assistente social, mas não proporciona condições e autonomia no desenvolvimento de seu trabalho e planejamento. Como observamos nas falas das participantes:

\_ Margarida: “no Vasinho eu acho que isso é um ponto que a gente precisa evoluir, porque a questão lá do fazer, ela vem de cima. Entendeu? Ela vem de cima”.

\_ Rosa: “Esses eventos são planejados pela instituição da equipe. Eles sabem, eles estão há muito mais tempo que eu, então a gente respeita muito. Eles trazem opiniões e a gente coloca em prática”.

Dado esses exemplos, e tomando o planejamento como uma ferramenta indispensável para uma prática transformadora, de uma práxis, ao negar ou negligenciar o ato de planejar aos profissionais, nega-se a essência crítica da profissão. Pois ao partirmos de uma situação problema, sistematizamos ações pautadas em um objetivo futuro em que a superação do problema será extinta depois de concluídas todas as fases deste planejamento, encerra-se também com a superação do problema inicial. Dessa maneira, conforme Barbosa (1991, p. 22) “é possível que a negação da prática de planejar esteja colaborando para a formação de uma sociedade alienada e insatisfeita, manipulada por um grupo que decide em seu lugar”, colocando nossas entrevistadas em uma posição estratégica para o desenvolvimento econômico local, em uma ação pontual e caritativa, alheia a uma verdadeira transformação social.

Outra análise possível, vai ao encontro do que Honneth (2018, p. 89) traz quando ele reflete que “a ocorrência de reificação se trata de uma práxis em que nos preocupamos de maneira tão enérgica e unilateral com certos fins que não damos mais atenção a todos os outros motivos e objetivos que provavelmente estavam na origem de nossa ação”. Trazendo para o caso concreto, ao se preocupar com uma melhor organização do evento pautada na experiência de outros profissionais, Rosa não percebe que sua formação específica em serviço social pode também colaborar no planejamento em busca de melhores resultados, a fim de uma maior adesão das

famílias, e conseqüentemente vindo a ter uma avaliação oposta à sua fala quando analisa a participação dos familiares:

As famílias não costumam participar. Muitos pais trazem as crianças e vão embora, você convida para esses eventos, poucos vêm, a não ser no dia da beleza, aí ferve, porque aí vai sair, vai arrumar, né? Quando vão ganhar eles vêm..., a Natal também. Tem brinquedos para a criança, aí vem tudo. Quando fala que vai dar alguma coisa, mas é, por exemplo, o no dia da beleza que ficam, esses profissionais nós tivemos uma dentista, ela fica ali parada se não chamar eles se não vão, não tem adesão (ROSA).

Partindo da afirmação de ROSA *et al.* (2021, p. 334) onde, o trabalhador “apoderando-se da natureza pelo trabalho, se priva em igual escala dos meios de existência física, produzindo assim escassez mortal”, por estranhar-se ao objeto que ele mesmo produz, o indivíduo se contrapõe a ele, como se este fosse algo separado de si. Corporificando uma força contrária, mas que é necessária à sua própria subsistência e que deve ser adquirido na ótica do maior esforço. No entanto, quanto mais o ser social produz, menos ele pode obter e mais se submete ao capital, perdendo sua capacidade de validação.

Assim, o trabalhador é chamado a vender apenas sua força de trabalho, o sujeito que está ali durante sua jornada de trabalho é reduzido a um mero receptáculo do que o dono do meio de produção comprou, a sua força vital, ou seja, “os sujeitos são tratados não conforme suas qualidades humanas, mas como objetos insensíveis, mortos, ou seja, como mercadorias” (HONNETH, 2018, p. 27).

Ao nos contar sua experiência com o curso de serviço social, Rosa nos mostra como a qualificação do trabalho é importante para romper com essa manifestação da reificação do trabalho através da criticidade, ela diz:

O curso é maravilhoso, eu gostei demais, me abriu um leque muito grande de visão, assim de mundo né, eu mudei minha visão de mundo completamente. Hoje eu sou outra pessoa por conta do curso do Serviço Social. Hoje, eu tenho muito mais análise crítica. Eu creio que se eu tivesse feito outro curso e eu não teria essa visão que eu tenho hoje. (ROSA).

Desta forma, quando alienado dessa dimensão crítica, o/a trabalhador/a não efetiva seu trabalho de maneira pensada, planejada, teleológica, que incorre na manutenção da realidade, abstendo-se da possibilidade de transformação, despontando-se na manifestação da coisificação (MARX, 2010). A coisificação não é restrita apenas ao produto do processo de trabalho, mas também da relação cotidiana do sujeito com a natureza e com outros sujeitos, que é nomeada por Lukács (2018)

como reificação.

Sobre a manifestação da reificação, o autor húngaro aponta que ela está no plano mental e cultural, no comportamento meramente contemplativo dos sujeitos frente ao cotidiano. As ações reificadas, destituídas de uma teleologia própria da práxis, são determinadas por uma consciência que estrutura e constitui a sociedade capitalista (FEENBERG, 2014). Trata-se de uma consciência pautada em valores hegemônicos, como o do mito da neutralidade evidenciado durante a entrevista com Rosa. Assim, uma prática reificadora é determinante para expansão do capital e alienação da classe que vive do trabalho. Jinkings (2010, p. 8), relata que “o trabalho, dentro do sistema industrial capitalista, inexoravelmente, leva à alienação do homem, que se objetifica diante da máquina e se torna uma ferramenta”, que no caso específico do trabalho de assistentes sociais no “terceiro setor” se materializa através de uma ação técnica racional pautada em valores que os/as legitimam a atuar sobre os fenômenos e não na essência das expressões da questão social.

Assim, também foi destacado por nossas entrevistadas a ausência de um planejamento em educação continuada, de capacitação para o trabalho específico da assistente social. Rosa não abordou nada referente a capacitação profissional para além da sua graduação e uma pós em gestão social, além de momentos coletivos como:

Eu sempre participei de mobilizações sociais, eu participei muito, mesmo depois da graduação eu fiz pós em gestão social então participei de todas as conferências regionais, municipais, estaduais, eu só não consegui ir na federal. Fui convocada, mas na época eu sofri um acidente, não consegui ir pra Brasília. Foi em dois mil e nove. Eu já estava lecionando. Mas aí teve esse problema e não pude ir. Então já fui delegada, fiz parte do Conselho Municipal de Assistência Social há uns quatorze anos. Então já tenho uma bagagem grande (ROSA).

Já Margarida relata quando falava de sua experiência no “Terreno<sup>32</sup>” que: “a gente vê assim que falta..., acho que por falta de interesse do poder público mesmo de capacitar, de repente até profissionalizar mesmo para que não aconteça algumas discrepâncias que a gente vê por aí, né?”. Continuando:

Em relação a educação permanente, no “terceiro setor” [...], é falha eu acho que é falha..., então olha na época em que eu estava no Projeto Estufa, isso era muito incentivado. Existem instituições que incentivam essa capacitação permanente. Assim, no “Vasinho” tiveram algumas, mas muito assim, não voltado para nossa questão profissional. No Canteiro também não, todas as

---

<sup>32</sup> Instituição em que a sujeita participante da pesquisa Margarida atuou durante sua graduação

buscas assim partiram de mim mesma não teve nada oferecido por eles assim não (MARGARIDA).

A prática reificada, dessa forma, não busca uma revolução ou uma transformação, pois os membros de uma sociedade reificada possuem certo nível de estranhamento e alienação. A manutenção e ampliação dessa sociedade é construída por meio do processo de reprodução das condições sociais. Os aparelhos ideológicos do Estado, de acordo com a definição de Althusser (1980), atuam no interior da lógica capitalista de produção como um vetor que influencia hegemonicamente as relações sociais. Essa ação, reconfigura os objetivos e metas desses aparelhos, à medida que são chamados a responder pelos momentos de crise. Com isso, inicia-se a configuração destes aparelhos, e até mesmo propicia a construção de novas instituições e aparelhos pela sociedade civil, como as ONGs.

Toda ação da sociedade capitalista é permeada por intencionalidades hegemônicas, elas não são tomadas ao acaso, tem no “desenvolvimento das forças materiais de produção” seu objetivo (LUKÀCS, 2010, p. 19). Desta forma, sua ação reificadora não pode ser tomada como “um erro categorial epistêmico nem a uma conduta moral imprópria, então resta por fim simplesmente considerá-lo uma forma de práxis diferente em seu todo”. (HONNETH, 2018, p. 136).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com história oral não consiste em provar a verdade ou jogar o que está sendo narrado, mas também saber lidar e mediar as contradições e diversidades nos e dos discursos (SMITH, 2021).

Ao finalizar esta pesquisa, assume-se a necessidade de pontuar que as vivências oportunizadas desde o início desta etapa acadêmica proporcionaram ao cotidiano do pesquisador uma grande miscelânea de sentimentos, poucas frustrações e doses gigantescas de prazer e entusiasmo.

Para que se chegasse a este saldo, foi fundamental um trabalho teórico e epistêmico, ao associarmos a teoria crítica marxista e marxiana com a metodologia da história oral temática, consubstanciado com o fato da formação em serviço social do pesquisador, agregado à sua experiência de trabalho em instituição do “terceiro setor”.

De maneira geral os objetivos propostos pela pesquisa foram respondidos:

- a) Conseguimos descrever de forma quantitativa o universo de instituições inscritas no CMAS de Varginha/MG, chegando ao total de 21 organizações;
- b) Complementarmente, identificamos dentre essas ONGs, 11 entidades que tem assistente social desenvolvendo seu trabalho, bem como o cotidiano da instituição;
- c) Desenvolveu-se por meio da metodologia da história oral, diálogos que possibilitaram reflexões sobre o trabalho das assistentes sociais nas organizações investigadas;
- d) Por fim, não só as análises aqui apresentadas compõem o saldo de contribuição da pesquisa, o referencial teórico marxista e marxiano foi fundamental para os direcionamentos dos diálogos entre entrevistador e participantes da pesquisa na construção desta dissertação.

Assim o “terceiro setor” como um campo heterogêneo e complexo no que tange o projeto político de suas instituições, se apresenta na cidade de Varginha/MG com essas mesmas características. Tais características estão presentes na totalidade das organizações sociais, que de acordo com os dados do observatório do “terceiro setor” somam 530 instituições, essa setorização se reproduz dentre as 21 ONGs que estão inscritas no CMAS. Das últimas, elas se distribuem em instituições religiosas, de defesa de direitos, prestação de serviços em arte, cultura e de assistência social.

Esse espaço como um dos locais de trabalho do/a assistente social, se mostra desafiador, e ainda não ocupado totalmente. Das 21 ONGs apenas em 11 temos um/a assistente social. A rotatividade em decorrência das formas de precarização do trabalho mostra indícios de ser alta. Durante as entrevistas foi identificado pelos relatos a rotatividade em algumas instituições que as participantes já trabalharam, além do que capitamos ao entrar em contato com as organizações para apresentação da pesquisa, onde três apontaram que no momento estavam em processo de contratação de assistente social.

Neste espaço em Varginha/MG, encontramos assistentes sociais voluntários, contratados por tempo determinado, e apenas poucos com carteira assinada e os direitos minimamente resguardados. O ponto em comum dentre todas as instituições é a baixa remuneração. Esta precarização traz consigo um outro aspecto que impõe desafios às assistentes sociais, as triplas e quadruplas jornadas, como no caso de nossas entrevistadas Margarida e Rosa que possuem atividades e compromissos a ser cumpridos seja no ambiente doméstico ou no trabalho, totalizando até 4 espaços diferentes.

A intensificação da precarização do trabalho sobre os/as assistentes sociais gera manifestações e alterações no cotidiano dos/as profissionais, que se não refletido pela categoria sob um viés crítico pode perpassar por meio dos atendimentos aos usuários valores hegemônicos em uma reprodução da lógica neoliberal vigente, destacando o fomento a auto responsabilização da população pelas suas mazelas, por meio de um discurso moral. Dito isso, o setor das organizações não governamentais traz em seu círculo de atuação o espectro da filantropia, e da benemerência e caridade como valores religiosos fundantes desse setor, que intensifica uma prática reificada e desconexa da situação real da classe que vive do trabalho.

As respostas críticas para a superação de uma prática reificada são apontadas pelas participantes, com destaque ao planejamento e à participação social. É evidente com a pesquisa que estas duas categorias centrais e basilares de uma práxis são em alguns momentos negligenciadas pela categoria e principalmente pelas instituições.

No primeiro caso, referente às/os profissionais, dentre outras possibilidades, ela se manifesta por omissões no momento de um planejamento de atividades externas, que instrumentalmente são os cartões de visita das instituições, como (natal

solidário, dias das crianças e dias de beleza), mas que com a atuação crítica dos/as assistentes sociais podem também ser uma possibilidade de trazer a população para assumir seu lugar de participação e controle social.

Sobre as negligências institucionais, que sob um viés epistêmico crítico, transmutam na realidade em ações que colaboram para uma manutenção do *status quo*. Então, elas por meio de uma operacionalização voltada às práticas pontuais de atendimentos da população, como ficou perceptível nas falas transcritas, se apresentam quando as organizações não reconhecem as particularidades da profissão e ignoram as atribuições e competências privativas destes/as profissionais. Logo, se estabelece uma espiral que retoma a primeira situação, apresentada no parágrafo anterior, com os/as trabalhadores/as se omitem frente às suas possibilidades de práxis.

Ao adentrar em um nível de reflexão mais íntima desse processo reificador que ronda a prática institucional, podemos apontar o processo de formação continuada das profissionais como uma ferramenta de luta na tentativa de empregar uma prática transformadora. Nesse sentido, elas apontam críticas a falta de apoio das instituições em promover tais capacitações, e relatam que o período da graduação foi o ápice desse processo de formação, e que qualquer tentativa neste sentido é de iniciativa própria.

Retomando a participação social no âmbito das profissionais, temos em um plano teórico, muita intensidade por parte das entrevistadas, todavia no campo real e prático, existe uma espécie de conformação com a situação posta pelas forças hegemônicas que influenciam o cotidiano. Assim sendo, não foi identificada nenhuma ação, para além do campo intencional, das assistentes sociais enquanto classe, sejam articulações no conjunto CFESS/CRESS, movimentos sociais, sindicais ou mesmo político. Diante disso, uma das participantes chegou a abordar uma suposta neutralidade política como uma alternativa.

A pesquisa apontou resultados que alinham o trabalho das assistentes sociais nestas instituições do “terceiro setor” como uma ação que busca uma práxis social, mas que também é minada a todo momento pela ideologia dominante e religiosa que fundamentam as organizações desse setor. Ela também aponta para algumas limitações que incidiram durante o processo, as quais são apresentadas a seguir.

Uma das dificuldades apresentada foi devido à alta rotatividade de profissionais nesse setor. Em alguns contatos iniciais os/as assistentes sociais nos informavam que

não poderiam participar por estarem a pouco tempo nas instituições e não entendiam que poderiam colaborar com o processo de compreensão do cotidiano de trabalho nestas organizações.

Outra dificuldade foi devido à falta de autonomia no processo de planejamento e organização do seu cotidiano profissional. Nesse ponto algumas profissionais, mesmo depois de apresentado o método da história oral temática, onde foi pontuado que elas não seriam o objeto da pesquisa e sim participantes da construção de um conteúdo reflexivo da prática profissional neste setor, podendo nestes momentos de encontro construir novos valores, ratificar práticas positivas e superar processos ultrapassados, conservadores e que não contribuem para uma transformação da realidade, retornavam com a negativa justificada pela ausência de tempo no cotidiano da instituição.

Segundo Yasbek (2017, p. 2) “as políticas sociais têm limites muito claros, de ordem estrutural que agravam sua baixa efetividade”. É nesse sentido, que foi pautado pela intenção de pesquisa, e buscado em cada etapa desta investigação científica, a busca de uma reflexão conjunta com a categoria profissional na qual, por meio da práxis profissional existe correlação de forças no cotidiano dessas profissionais que objetivam uma atuação pautada na práxis social em contraposição ao ambiente reificador que permeia as instituições pesquisadas.

O objetivo do trabalho em analisar a partir das narrativas orais das assistentes sociais, como se manifestam a práxis e a reificação no cotidiano das organizações do “terceiro setor” no município de Varginha/MG, nos proporcionou resultados que garantiram conhecimentos e a compreensão do trabalho das assistentes sociais no contexto do “terceiro setor”. Todavia trouxe consigo apontamentos sobre a relação de gênero e reprodução social, que merece investigações mais profundas, mas, que inicialmente não fazia parte dos objetivos desta pesquisa.

Deste modo, para complementação dos estudos sobre as categorias marxistas e marxiana trabalho, práxis e reificação no cotidiano das assistentes sociais no “terceiro setor”, é fundamental que se dediquem esforços futuros em pesquisas que abordem questões de gênero e reprodução social sob um olhar crítico da teoria da reprodução social no cotidiano das organizações desse setor.

Pensando sobre a influência religiosa exercida sobre o setor, e mesmo no processo histórico de construção do serviço social contemporâneo, os resultados

desta pesquisa apontam perspectivas de futuras investigações, pautadas no antagonismo proporcionado pela relação entre a teologia da libertação e a teologia da prosperidade no seio das organizações não governamentais.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa ser um ponto de partida para novas investigações sobre o processo de trabalho do “terceiro setor”, e que as reflexões aqui propostas possam impactar de forma positiva o cotidiano das participantes da pesquisa e de mais profissionais que trabalham neste espaço sócio-ocupacional. Destaca-se também a expectativa que a história oral enquanto método possa figurar como uma rica possibilidade nas discussões sobre gestão e políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro. **Terceiro setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

ALCOFORADO, Ihering. Guedes. O luto e os espectros do marxismo e do socialismo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 84–88, 2005. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10826>. Acesso em: 14 dez. 2022

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Carneiro de. **A teoria marxista das crises cíclicas de superprodução**: desenvolvimento e aplicação para o caso brasileiro. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Curitiba, 2016.

ALMEIDA, Magdalena. Maria. História oral e formalidades metodológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Presença: Martins Fontes, 1980.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal? Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katalysis**, [s. l.], v. 12, p. 188-197, 2009.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. *In*: ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. p. 205-209.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ASTORI, Fernanda Bindaco da Silva; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. Caminhando com Michel de Certeau: contribuições epistemológicas para a pesquisa em educação. **Revista Pró discente**: Caderno de produções acadêmicas-científicas

do programa de pós-graduação em educação – UFES, Vitória, ES, v. 25, n. 1, p. 10-26, jan./jun. 2019.

ÁVILA, Lívia Neves. Sociabilidade burguesa, consciência de classe, luta de classes: desafios do cenário contemporâneo. **Revista Herramienta: Revista de debate y crítica marxista**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/sociabilidade-burguesa-consci-ncia-de-classe-e-luta-de-classes-desafios-do-cenario-contempor- neo>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BARACHO, Gessyca; BRAGA, Cilene. Assistentes sociais na gestão da Política de Assistência Social no Pará: do gênero à gênese. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 145, p. 152–173, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.297>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e serviço social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BARROCO; Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO; Maria Lúcia Silva; TERRA; Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAVARESCO, Agemir; IBER, Christian; LARA, Eduardo Garcia. Segunda natureza em Hegel e Marx. **Eleuthería: Revista do Curso de Filosofia da UFMS**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 23-45, 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **O que são organizações do Terceiro Setor?** 2001. Disponível em: [www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/.../827.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/.../827.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso). Acesso em 28 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jul. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.663 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. / Secretaria da Reforma do Estado. **Cadernos MARE da reforma do estado**; v. 2. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 25 maio 2023.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BUTLER, Judith. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. *In*: HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. São Paulo: Unesp, 2018. p. 97-119

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 27-55, nov. 2011.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública** [online], [s. l.], v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo B. Assistência: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em governo paralelo da pobreza. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, 1994.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 773-794, 2019.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, 1986.

CIMINO, Valdir. A arte do terceiro setor: ordem, progresso e amor. **Observatório do Terceiro Setor**. 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/colunas/a-arte-do-terceiro-setor-ordem-progresso-e-amor/>. Acesso em: 12 out. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **História oral**. [2023]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CUNHA, Elcemir Paço; REZENDE, Thiago Dutra Holanda de. Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 345-362, 2018.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Teresa Fonseca. **Direito administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

DINIS, Rodrigo. Categoria e pesquisa: algumas linhas introdutórias. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **A história oral no serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019. p. 41-60.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 15, n. 37, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18604>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FEEMBERG, Andrew. A realização da filosofia: Marx, Lukács e a escola de Frankfurt. **Verinotio**: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, [s. l.], v. 9, n. 18, out. 2014.

FERNANDES, Rubens César. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAREZ, Cynthia Santos. Processo de trabalho e serviço social: particularidades do debate crítico sobre a profissão. *In*: CONGRESSO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2., 2016. Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CRSSRJ, 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/079.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadão**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FRANÇA, Reginaldo Pereira. Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács. **Revista Katálisis**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 572-581, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6LjkBcBkGpT5BTKp8s5MBLw/?lang=pt>. Acesso em: 6 de jan. 2023.

FRANCO, David Silva. FERRAZ, Deise Luiza Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad.EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., p. 844-856, nov. 2019.

FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, [s. /], v. 14, n. 40, p. 299–308, set. 2000.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs, terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOMES, Jarbas Maurício. Gramsci, a filosofia da *práxis* e “as três fontes e as três partes constitutivas do marxismo” de Lênin. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 6., 2014, Marília, SP. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/gramsci-a-filosofia\\_jarbas.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/gramsci-a-filosofia_jarbas.pdf). Acesso em: 14 mar. 2022.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, [s. /], v. 10, n. esp. p. 83-92, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In*: SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

GROPPO, Luís Antônio. Gestão educacional: amigos da escola em ação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. /], v. 19, n. 59, p. 1101–1104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kWwTgSynYpyMGC35LqLKWhk/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GUEDES, Olegna de Souza. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 4, n. 1, p. 7-25, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, acumulação flexível: transformação sólida ou reparo temporário. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cad CRH**, [s. l.], v. 24, n. esp. 1, p. 15–22, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>. Acesso em: 8 jun. 2023.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2021.

HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO; Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO; Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das organizações da sociedade civil**. [2022]. Disponível em: <https://mapaosci.ipea.gov.br/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JINKINGS, Ivana. Manuscritos econômico-filosóficos: nota à edição. *In*: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 8.

JORGE, Vladimyr Lombardo, FARIA, Alessandra Maia Terra de; SILVA, Mayra Goulart da. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/XNBnwhWwbSsMPFrj4zmHQsG/#>. Acesso em: 01 jun. 2023.

KAGEYAMA, Ângela.; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922>. Acesso em: 12 jan. 2023.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 16, n. 46, p. 5–27, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZXTQFJfDLyTyBr48Lb6Rmpx/?lang=pt#>. Acesso em: 02 jul. 2023.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?**: filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa ISER, 1993.

LIMA, Sandra Amendola Barbosa. **A participação social no cotidiano**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1979.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas da atividade humana**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (Temas, 4).

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 1**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **A história oral no serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História oral**: exercício democrático da palavra. São Paulo: PUC SP, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neuza Cavalcanti. Entrevista na história oral: campo de mediações na entrevista e pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **A história oral no serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Revista Gênero**, Niterói, n. 2, p. 13-28, set./out. 2015.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. 3 v.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOS, Luciano; HERCOWITZ, Marcelo. **Economia do meio ambiente e serviços ambientais**: estudo aplicado à agricultura familiar, às populações tradicionais e aos povos indígenas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011.

MAYORAL, María Rosa Palazón. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.br>. Acesso: 10 dez. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO NETO, Antônio de Pádua. Teletrabalho: novas formas de subsunção do trabalho ao capital? **Cadernos do CEAS**, [s. l.], n. 223, p. 18-21, jul./set. 2006.

MELO, Rúrion. Da teoria à *práxis*: Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 15 p. 17-36, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/md99hfRY7CPpkRYBDcgPpNx/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEZZAROBA, Orides; STRAPAZZON, Carlos Luiz. Direitos fundamentais e a dogmática do bem comum constitucional. **Sequência**, Florianópolis, SC, n. 64, p. 335-372, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/56FLPcBcrhgftG9NrRqXXmn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MIGUEL, Luís Felipe. **Hegemonia e resistência**. 2017. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt08-26/10662-hegemonia-e-resistencia/file>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 59, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos., (org.). **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Edison. Movimentos populares na transição inconclusa. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [s. l.], n. 13, p. 86–94, 1987.

OLIVEIRA, Wanderley Costa. **Elementos do assistencialismo no serviço social brasileiro**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, ES, 2013.

OLIVEIRA, Orlandina de; SALLES, Vânia. Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 4, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18831>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAIVA, Beatriz A. O Suas e os direitos socioassistenciais: a universalidade da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006.

PAULO NETTO, José. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à crise contemporânea. *In*: CRISE Contemporânea, questão social e serviço social: programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: módulo 01. Brasília: CFESS/ABEPSS/DSS: CEAD-UnB, 1999.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

PAULO NETTO, José; BRAS, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes; 2008. p. 154-211.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto história**, São Paulo, n. 22, p. 9-35, jun. 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Leonardo; ZAHRAN, Geraldo. Da hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual. **Cena Internacional**, [s. l.], v. 8, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/cena-internacional/articulo/da-hegemonia-ao-poder-brando-implicacoes-de-uma-mudanca-conceitual>. Acesso em: 16 nov. 2022.

RAMOS, Sâmya R. A importância da articulação entre Abepss, Conjunto CFESS/Cress e Enesso para a construção do Projeto Ético-Político do serviço social brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 113-122, jul./dez. 2011.

RIBEIRO, Paulo Silvino. O bicentenário (da)nação: as contradições de um país pronto, mas que não se fez. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.15, n.44, p. 26-41, 2022.

ROSA, Kaio Lucas da Silva; SOUSA, Débora Conceição de Carvalho; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha; GUERRA, Ana Carolina. Nova pandemia, antiga tragédia: um olhar para a exploração dos entregadores uberizados. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n 162, p. 329-354, 2021.

Rovai, Marta Gouveia de Oliveira; Santhiago, Ricardo (org.). **História oral como experiência**: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTOS, Tais Felipe Silva; MISAKA, Andre Katsugoshi. Sociabilidade: mediação do serviço social no cotidiano. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **A história oral no serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019. p. 85-102.

SILVA, Ademir Alves. **A Gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Débora. Consenso de Washington. **Estudo prático**: história, idade contemporânea, Belo Jardim, PE. 2015. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/consenso-de-washington-objetivos-regras-e-o-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SMITH, Roberta de Carlo. História oral, ensino de história e construção de identidades. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História oral como experiência**: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araújo. Revolução informacional, novas tecnologias e consumo imediatista. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, n. 16, p. 111-124. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/issue/view/508/91>. Acesso em: 20 set. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [s. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SPOSATI, Aldaíza (coord.). **Cidadania ou filantropia: um dilema para o CNAS**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUCSP, 1994.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não?: comentários da experiência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 133-141, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria. **Os direitos dos desassistidos sociais**. São Paulo. Cortez. 1989. p. 5-30.

TACHIZAWA, Takeshy. Reflexões sobre o crescimento do terceiro setor e organizações não governamentais e seu efeito no papel do administrador. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, DF, n. 38, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. São Paulo: Annablume/FAPESP/Instituto Polis, 2003.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; OUVENERY, Assis Mafort. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 3, p. 133-160, 2010.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relação de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 05–18, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tNhY6qvJhHxBQLxpZzLS8f/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TRINDADE, Karlili; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. As contradições da narrativa neoliberal: uma análise do discurso do empreendedorismo no contexto da plataformização do trabalho. **SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES**, 6., 2020, Vitória. **Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades**, Vitória, ES, v. 1, n. 6, 2020.

VARGINHA (MG). **Diário Oficial**. 2022. (Pesquisa de 01 de julho de 2021 a 01 de

julho de 2022). Disponível em: <https://www.varginha.mg.gov.br/portal/jornal/1/0/0/0/0>. Acesso em: 15 jul. 2022.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERONESE, Renato Tadeu. A magia de narrar: a arte de tecer, dialogar e contar histórias. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **A história oral no serviço social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 147-175.

YASBEK, Maria Carmelita. **Análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, em uma conjuntura de crise do capital**. São Paulo: [s. n.], 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 25/26, p. 171-184, 2002.

ZAGO, Luís Henrique. O método dialético e a análise do real. *In*: **Kriterion**, [s. l.], v.4, n.127, p. 109-124, jun. 2013.

## **Apêndice A - Roteiro de entrevistas para direcionamento dialógico com as Assistentes Sociais.**

### **1. Dados Pessoais**

- a. Nome
- b. Data de nascimento
- c. Orientação sexual
- d. Autoclassificação racial segundo o IBGE
- e. Conte-nos sobre quem é você

### **2. Trabalho**

- a. Conte sobre você e o trabalho na sua vida. O que é o trabalho para você?
- b. Sobre o primeiro emprego, quais foram as circunstâncias que a levou a trabalhar nele?
- c. Teve alguma influência?
- d. Você tinha alguma expectativa?
- e. Teve alguma mudança no sentido do trabalho desde o seu primeiro emprego?

### **3. Serviço social**

- a. Nos conte como é a experiência de vida em relação com serviço social.
- b. Teve alguma influência na escolha dessa profissão? Qual?
- c. Você tinha alguma expectativa?
- d. Como foi o processo de formação?
- e. Teve desafios?
- f. Você tinha algum planejamento de carreira no terceiro setor?
- g. Participou de algum movimento estudantil? Como foi?
- h. Qual foi o tema de seu TCC? O que motivou essa escolha?

### **4. Sociedade**

- a. Você participa de algum coletivo de classe?
- b. Participa de algum movimento social; pastoral ou religioso; ou militância política? Se não, tem vontade de ingressar em algum?

- c. Se sim, como conheceu o movimento?
- d. Tinha alguma expectativa em relação ao movimento? Houve alguma mudança do início para os dias atuais?
- e. Conte como foi sua inserção nesse espaço sócio-ocupacional?
- f. Foi sua primeira opção de emprego?

## **5. Terceiro setor**

- a. Como conheceu o terceiro setor?
- b. E como você definia o setor na relação sociedade x Estado x mercado?
- c. O que lhe motivou a buscar a ONG em que trabalha?
- d. Você tinha alguma expectativa em relação a ONG e ao setor? Teve alguma mudança do início para os dias atuais?
- e. Como é seu cotidiano de trabalho?
- f. Em relação à sua Instituição, fale dos desafios, limites e possibilidades.
- g. Sobre seu cotidiano com os Usuários, quais os desafios, limites e possibilidades?
- h. Qual o impacto do seu trabalho na vida dos usuários e da sociedade local?
- i. Qual a relação do projeto ético-político do serviço social com a prática no âmbito da sua instituição?

## **6. Cotidiano**

- a. Qual público atendido pela instituição?
- b. Como é realizado o processo de planejamento do seu trabalho?
- c. O planejamento é colocado em prática de acordo com suas diretrizes ou não existe uma rotina?
- d. A população atendida participa das tomadas de decisão da instituição? E das políticas públicas?
- e. Qual a contribuição do assistente social no cotidiano da instituição?

## **7. Gostaria de abordar algo que não tenha comentado?**

**Apêndice B - Termo de consentimento e livre esclarecimento - TCLE.**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

-Participante da Pesquisa-

**Dados de Identificação**

Título da pesquisa: DA PRÁXIS À REIFICAÇÃO: A TRAJETÓRIA DAS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDAS NO TERCEIRO SETOR DE VARGINHA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.

**Pesquisador(a) responsável:** Elisa Zwick

**Pesquisador participante:** Luís Ronaldo dos Santos

**Nome do participante:** \_\_\_\_\_

**Data de nascimento:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, do projeto de pesquisa *DA PRÁXIS À REIFICAÇÃO: A TRAJETÓRIA DAS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDAS NO TERCEIRO SETOR DE VARGINHA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XXI*, de responsabilidade da pesquisadora *Elisa Zwick*. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra a pesquisadora responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido(a) sobre as etapas da pesquisa ao final deste documento.**

**1. Esta pesquisa tem por objetivo**

*Analisar, a partir das narrativas de história oral temática das assistentes sociais, os fenômenos da práxis ou da reificação que integram suas atividades no cotidiano das organizações do terceiro setor no município de Varginha - MG, a fim de conhecer a*

*relação da instituição com o profissional e com a comunidade, na promoção de direitos se desdobrando nos seguintes objetivos específicos:*

- 1) Fazer um levantamento quantitativo de entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Varginha, descrevendo posteriormente o universo e um corpus amostral de entidades;*
- 2) Identificar as entidades que possuem profissionais de serviço social e seus respectivos tipos de vínculos trabalhistas, bem como conhecer o processo sócio-histórico e político de atuação institucional, a partir de dados e das narrativas de história oral dos profissionais;*
- 3) Apreender e analisar, a partir da dinâmica ontológica da atuação profissional cotidiana dos assistentes sociais dessas organizações, como se dão os processos do trabalho, se sob a categoria de reificação e práxis.*

## **2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em**

*Responder a entrevista ao pesquisador participante: Luís Ronaldo dos Santos que é composta de um roteiro direcionado ao seu cotidiano de trabalho, aspectos de sua formação profissional e o seu trajeto sócio-histórico de atuação como assistente social. As entrevistas serão realizadas no seu espaço de trabalho, sempre respeitando a confidencialidade pesquisador e pesquisado. É imprescindível salientar que durante as entrevistas estará presente apenas o pesquisador participante e o entrevistado. Serão realizadas sessões de entrevistas com duração máxima de 1 hora e 30 minutos, se necessário poderão ser 2 sessões com mesma duração. O registro será tomado através de gravações (áudio) das entrevistas para um maior detalhamento dos resultados, garantido o sigilo do participante, da instituição e de terceiros que vierem a ser relatados.*

## **3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de**

- **Risco baixo social**, que pode decorrer do espaço de trabalho do profissional que mesmo diante de legislações que garantam o seu sigilo, ainda não contam com um espaço de atendimento que disponha de toda privacidade necessária; que serão minimizados com a mudança para um espaço que garanta o sigilo podendo a entrevista ser reagendada para outra data e local de acordo com a disponibilidade do entrevistado;*
- **Risco físico baixo** de contaminação por covid 19; que serão minimizados mantendo a distância mínima de 2 metros entre o entrevistador e entrevistado além do uso de máscara durante toda a entrevista sendo também apenas realizada as entrevistas após apresentação do comprovante de vacinação de ambos.*

- **Risco de quebra de sigilo baixo**”; este será minimizado, pois todos os áudios, documentos e demais instrumentos relacionados à pesquisa não serão salvos em nenhuma plataforma digital ou mesmo em nuvens. Assim como serão utilizados codinomes para referenciar tanto às instituições quanto aos profissionais respondentes da pesquisa.

#### **4. Ao participar desse trabalho você contribuirá**

*Para o conhecimento de fato das condições e relações de trabalho do assistente social em organizações do terceiro setor, podendo esses resultados subsidiar futuras tomadas de decisões com vistas tanto ao fortalecimento da atuação e direcionamento na formação profissional ligada à transformação social, quanto nortear os rumos das políticas públicas gestadas e/ou executadas por este setor.*

#### **5. Sua participação neste projeto terá a duração de**

*Uma média de 3 horas divididas em 2 sessões com duração máxima aproximada de 1 hora e meia, com vistas a garantir que seu cotidiano de trabalho não seja alterado pela pesquisa.*

6. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo as entrevistas e questionários totalmente gratuitos; e poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

7. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à buscar ressarcimento.

8. Caso ocorra algum dano, previsto ou não, decorrente da sua participação no estudo, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo patrocinador e/ou pesquisador responsável), pelo tempo que for necessário; e terá o direito a buscar indenização. **Atenção:** De acordo com a Resolução 466/2012, Seção IV.3; IV.4; V.6; V.7, e a Resolução 510/2016, Seção IV, Art. 18 ao 20; devem ficar explícitos como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes; e como serão indenizados diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. No caso de pesquisas envolvendo gestantes, o pagamento de despesas,

assistência integral e gratuita e/ou indenizações deve incluir a mãe e a criança.

**9.** Será assegurada a sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

**10.** Você foi informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.

**11.** Conforme o item III.2, inciso (i) da Resolução CNS 466/2012 e o Artigo 3º, inciso IX, da Resolução CNS 510/2016, é compromisso de todas as pessoas envolvidas na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para os indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Por esses motivos:

AUTORIZO ( ) / NÃO AUTORIZO ( )

a coleta e divulgação de imagens/fotografias/vídeos/som de voz para a presente pesquisa.

**12.** Você poderá consultar a pesquisadora *Elisa Zwick*, no seguinte e-mail [eliza.zwick@unifal-mg.edu.br](mailto:eliza.zwick@unifal-mg.edu.br) e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG\*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: [comite.etica@unifal-mg.edu.br](mailto:comite.etica@unifal-mg.edu.br) sempre que entender necessário obter informações

ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

*\*O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG) é um colegiado composto por membros de várias áreas do conhecimento científico da UNIFAL-MG e membros da nossa comunidade, com o dever de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento científico dentro de padrões éticos.*

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Varginha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

.....  
(Assinatura do participante da pesquisa)

.....  
(Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante)